

**Efeitos do Programa de Desenvolvimento do Turismo
no Nordeste do Brasil – Prodetur/NE na qualidade de
vida da população de baixa renda no distrito de
Lagoinha, município de Paraipaba (CE)**

Romildo Carneiro Rolim

**Fortaleza-Ceará
2005**

Efeitos do Programa de Desenvolvimento do Turismo no
Nordeste do Brasil – Prodetur/NE na qualidade de vida da
população de baixa renda no distrito de Lagoinha,
município de Paraipaba (CE)

Romildo Carneiro Rolim

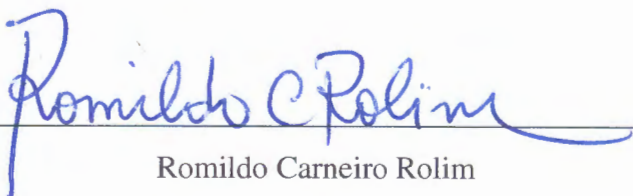
Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Mestrado em
Avaliação de Políticas Públicas, da Pró-reitoria de Pesquisa e
Pós-graduação, como requisito parcial para obtenção do título de
mestre.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Fortaleza-Ceará
2005

Esta dissertação foi submetida à Coordenação do Curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre, outorgado pela Universidade Federal do Ceará.

A citação de qualquer trecho desta dissertação é permitida desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.


Romildo Carneiro Rolim

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 09/06/2005.

Prof. Ricardo Figueiredo Bezerra, PhD.
Orientador

Profa. Sílvia Maria de Freitas, Dra.
Co-orientadora

Prof. Luiz Antônio Maciel de Paula, PhD.
Examinador

Prof. Héber José de Moura, Dr.
Examinador

Profa. Lea de Carvalho Rodrigues, Dra.
Suplente

Aos meus pais, João e Maria, principais responsáveis pela minha formação moral e educacional.

À minha esposa Aurora e aos meus filhos João David e André, com muito amor, pelo apoio e compreensão em todos os momentos, sobretudo naquelas horas em que foram-lhes sacrificados o convívio e o lazer familiar.

DEDICO

Agradecimentos

A Deus, que me deu forças e me iluminou, nos momentos mais difíceis, durante todo este trabalho.

Ao Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), pelo incentivo, apoio e oportunidade de realização deste Mestrado.

A todos os colegas do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), que direta ou indiretamente deram apoio e contribuições importantes para a realização desta dissertação.

Ao Professor Doutor Ricardo Figueiredo Bezerra, pelo incentivo, amizade e pela orientação segura e competente durante a realização deste trabalho.

À Professora Doutora Sílvia Maria de Freitas, pela amizade, contribuição e orientação para o desenvolvimento deste trabalho.

À Professora Doutora Lea de Carvalho Rodrigues, coordenadora do Curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, pelas colaborações importantes para a realização deste trabalho.

Ao Professor Doutor Luiz Antônio Maciel de Paula, que tão solícitamente aceitou compor a banca examinadora, pelas contribuições e conselhos decisivos para a realização desta dissertação.

Aos demais professores do Curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, pelos importantes conhecimentos transmitidos durante a realização do curso.

A todos os colegas do Curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, pelo apoio, amizade e aprendizado mútuo, em especial à Inez, Márcia Moroni, Mazé

Chaves e Stélio, companheiros e também colegas no BNB, pela rica troca de conhecimentos e experiências.

À GAUSS – Empresa Júnior de Estatística da Universidade Federal do Ceará, pela rica contribuição na aplicação dos questionários e tabulação dos dados.

À minha esposa Aurora, pelo amor, companheirismo, apoio, dedicação, compreensão e paciência. Sem a sua colaboração e vibração ao longo dessa trajetória, teria sido impossível a efetivação dessa missão.

Aos meus filhos João David e André, pelo carinho e amor sem limites. Que este percurso seja uma lição enriquecedora para nossas vidas.

Por fim, porém no mesmo grau de importância, às famílias residentes nos domicílios visitados em Lagoinha, Paraipaba (CE) e à Francisca do Nelcy, Agente de Saúde de Lagoinha, pela excelente receptividade, disponibilidade e presteza no fornecimento das informações que alimentaram esta pesquisa.

Sumário

Lista de tabelas xi

Lista de gráficos xv

Lista de figuras xvii

Lista de abreviaturas xviii

Resumo xx

Capítulo 1

Turismo e qualidade de vida – uma abordagem ao problema 1

- 1.1 O turismo como instrumento de desenvolvimento regional 1**
- 1.2 O problema e sua importância 9**
 - 1.2.1 A relevância do problema 11
 - 1.2.2 Histórico do Prodetur 14
 - 1.2.3 O Prodetur no Estado do Ceará 17
 - 1.2.3.1 O Prodetur no distrito de Lagoinha, Paraipaba (CE) 23
- 1.3 Hipóteses 26**
 - 1.3.1 Hipótese principal 26
 - 1.3.2 Sub-hipóteses 26
- 1.4 Objetivos 27**
 - 1.4.1 Objetivo geral 27
 - 1.4.2 Objetivos específicos 27

Capítulo 2

Revisão de literatura 28

- 2.1 Desigualdade e pobreza 28
- 2.2 Qualidade de vida como indicador de desenvolvimento humano 34

Capítulo 3

Lagoinha – o ambiente da pesquisa 42

- 3.1 O Ceará no contexto nacional e regional 42
- 3.2 Paraipaba no contexto estadual 48
- 3.3 O distrito de Lagoinha, Paraipaba (CE) 53

Capítulo 4

Desenho do estudo 55

- 4.1 Definição e operacionalização das variáveis na identificação do perfil sócio-econômico da população de baixa renda no distrito de Lagoinha 55
 - 4.1.1 Características dos domicílios 55
 - 4.1.2 Características dos moradores 56
- 4.2 Procedimento para a formação do Índice de Qualidade de Vida – IQV 57
- 4.3 Operacionalização das variáveis do Índice de Qualidade de Vida – IQV 61
- 4.4 Instrumentos e dados da pesquisa 65
- 4.5 Determinação do tamanho da amostra 67

Capítulo 5

Análise e discussão dos dados 70

- 5.1 Perfil sócioeconômico da população de baixa renda do distrito de Lagoinha** 70
 - 5.1.1 Características dos domicílios 70
 - 5.1.2 Características dos moradores 78

- 5.2 Análise dos indicadores de qualidade de vida da população de baixa renda do distrito de Lagoinha** 88
 - 5.2.1 Saúde 88
 - 5.2.2 Condições sanitárias 90
 - 5.2.3 Educação 92
 - 5.2.4 Condições de moradia 93
 - 5.2.5 Acesso a bens duráveis 96
 - 5.2.6 Recreação ou lazer 97

- 5.3 Contribuição de cada indicador no Índice de Qualidade de Vida da população de baixa renda do distrito de Lagoinha** 99
 - 5.3.1 Índice de Qualidade de Vida geral (IQVg) 99
 - 5.3.2 Índice de Qualidade de Vida rural (IQVr) 102
 - 5.3.3 Índice de Qualidade de Vida urbano (IQVu) 105
 - 5.3.4 Índice de Qualidade de Vida por segmento da população entrevistada 107

Capítulo 6

Conclusões e recomendações 118

Referências bibliográficas 127

Anexos:

1 – Tabelas complementares 131

2 – Questionário 135

Tabelas

- Capítulo 1**
- 1.1 Valores dos projetos financiados pelo Prodetur/NE I, por componentes 11
 - 1.2 Projetos de transportes e rodovias financiados pelo Prodetur/NE I no Estado do Ceará 19
 - 1.3 Projetos de saneamento básico financiados pelo Prodetur/NE I no Estado do Ceará 20
 - 1.4 Projetos de meio ambiente e proteção ambiental financiados pelo Prodetur/NE I no Estado do Ceará 21
 - 1.5 Projetos financiados pelo Prodetur/NE I no município de Paraipaba 23
- Capítulo 2**
- 2.1 Proporção de pobres (%) – Brasil, Região Nordeste e Ceará – 1981-1999 31
 - 2.2 Coeficiente de Gini – Brasil, Região Nordeste e Ceará – 1983-1999 34
- Capítulo 3**
- 3.1 Brasil e Ceará – Taxa de crescimento anual do produto interno bruto (1989 – 2000) em % 45
 - 3.2 Ceará – Produto Interno Bruto *per capita* (em US\$) 46
 - 3.3 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal no Estado do Ceará, em 1991 e 2000 47
 - 3.4 População residente em Paraipaba-CE, em 1991 e 2000 50
 - 3.5 Unidades de saúde instaladas no município de Paraipaba (2000) 50
 - 3.6 Abastecimento de água em Paraipaba-CE (2000) 51
 - 3.7 Esgotamento sanitário em Paraipaba-CE (2000) 51
 - 3.8 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) em 1991 e 2000 52
 - 3.9 Quantidade de domicílios no distrito de Lagoinha, por estrato (urbano e rural) – 2000 53

- Capítulo 4**
- 4.1 Discriminação dos índices de qualidade de vida calculados no distrito de Lagoinha 59
 - 4.2 Distribuição da amostra dos domicílios no distrito de Lagoinha, por estrato (urbano e rural) 68
 - 4.3 Distribuição da amostra dos domicílios visitados no distrito de Lagoinha, por zona (comunidade/bairro) 68
- Capítulo 5**
- 5.1 Estrutura dos domicílios de baixa renda em Lagoinha (2004) 72
 - 5.2 Propriedade da moradia da família visitada em Lagoinha (2004) 73
 - 5.3 Forma de abastecimento e utilização de água, pela população de baixa renda de Lagoinha (2004) 74
 - 5.4 Forma de escoamento do aparelho sanitário, pela população de baixa renda de Lagoinha (2004) 75
 - 5.5 Forma de destinação do lixo, pela população de baixa renda de Lagoinha (2004) 76
 - 5.6 Uso de energia elétrica pela população de baixa renda de Lagoinha em 2004 77
 - 5.7 Uso de telefone pela população de baixa renda de Lagoinha em 2004 78
 - 5.8 Número de pessoas residentes nos domicílios visitados em Lagoinha 79
 - 5.9 Tempo de moradia em Lagoinha e no domicílio de baixa renda visitado, pela família residente 80
 - 5.10 Identificação da população de baixa renda de Lagoinha, residente nos domicílios visitados (2004) 81
 - 5.11 Grau de instrução da população de baixa renda de Lagoinha, residente nos domicílios visitados (2004) 82
 - 5.12 Trabalho/setor de atividade desempenhado pela população de baixa renda de Lagoinha, residente nos domicílios visitados (2004) 84
 - 5.13 Atividades desempenhadas pela população de baixa renda de Lagoinha, residente nos domicílios visitados (2004) 85
 - 5.14 Acesso aos serviços de saúde ofertados à população de baixa renda de Lagoinha, em 1997 e 2004 90

- 5.15 Condições sanitárias da população de baixa renda de Lagoinha, em 1997 e 2004 91
- 5.16 Acesso aos serviços de educação pela população de baixa renda de Lagoinha, em 1997 e 2004 93
- 5.17 Condições de moradia da população de baixa renda de Lagoinha, em 1997 e 2004 94
- 5.18 Aquisição de bens pela população de baixa renda de Lagoinha, em 1997 e 2004 96
- 5.19 Áreas de recreação ou lazer à disposição da população de baixa renda de Lagoinha, em 1997 e 2004 98
- 5.20 Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida geral (IQVg) da população de baixa renda do distrito de Lagoinha 100
- 5.21 Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida rural (IQVr) da população de baixa renda, residente na área rural, no distrito de Lagoinha 104
- 5.22 Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida urbano (IQVu) da população de baixa renda, residente na área urbana, no distrito de Lagoinha 106
- 5.23 Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida (IQVpnh) da população de baixa renda, residente na comunidade Penha, distrito de Lagoinha 108
- 5.24 Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida (IQVlg) da população de baixa renda residente na comunidade Lagoinha dos Gomes, distrito de Lagoinha 110
- 5.25 Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida (IQVpds) da população de baixa renda residente na comunidade Pedrinhas, distrito de Lagoinha 111
- 5.26 Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida (IQVsl) da população de baixa renda residente na Vila Santa Luzia, distrito de Lagoinha 113
- 5.27 Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida (IQVps) da população de baixa renda residente na

Vila Pôr do Sol, distrito de Lagoinha 114

- 5.28 Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida (IQVc) da população de baixa renda residente no bairro Centro, distrito de Lagoinha 116

Anexo 1–Tabelas

- complementares**
- 1A Grau de instrução da população de baixa renda de Lagoinha, entrevistada, em relação ao sexo 131
- 2A Tipo de trabalho desempenhado pela população de baixa renda de Lagoinha, entrevistada, em relação ao sexo 132
- 3A Tipo de trabalho desempenhado pela população de baixa renda de Lagoinha entrevistada, em relação à faixa etária 133
- 4A Condição se a população de baixa renda de Lagoinha, entrevistada, estuda em 2004, em relação à faixa etária 133
- 5A Grau de instrução da população de baixa renda de Lagoinha, entrevistada, em relação à faixa etária 134

Gráficos

- Capítulo 2** 2.1 Coeficiente de Gini - Brasil no contexto internacional: anos 80 e 90 33
- Capítulo 5** 5.1 População de baixa renda de Lagoinha, visitada, por grau de instrução (2004) 82
- 5.2 Distribuição relativa da população de baixa renda de Lagoinha, visitada, por desempenho de trabalho/atividade econômica (2004) 84
- 5.3 Valores médios da renda média domiciliar *per capita* dos domicílios de baixa renda, visitados em Lagoinha 86
- 5.4 Distribuição dos valores das rendas médias domiciliares *per capita* dos 80 domicílios visitados em Lagoinha 87
- 5.5 Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida geral (IQVg) da população de baixa renda do distrito de Lagoinha 100
- 5.6 Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida rural (IQVr) da população de baixa renda residente na área rural, no distrito de Lagoinha 104
- 5.7 Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida urbano (IQVu) da população de baixa renda residente na área urbana, no distrito de Lagoinha 106
- 5.8 Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida (IQVpnh) da população de baixa renda residente na comunidade Penha, distrito de Lagoinha 108
- 5.9 Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida (IQVlg) da população de baixa renda residente na comunidade Lagoinha dos Gomes, distrito de Lagoinha 110
- 5.10 Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida (IQVpds) da população de baixa renda residente na comunidade Pedrinhas, distrito de Lagoinha 111
- 5.11 Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida (IQVsl) da população de baixa renda residente na Vila

Santa Luzia, distrito de Lagoinha 113

5.12 Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida (IQVps) da população de baixa renda residente na Vila Pôr do Sol, distrito de Lagoinha 114

5.13 Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida (IQVc) da população de baixa renda residente no bairro Centro, distrito de Lagoinha 116

Figuras

- Capítulo 3**
- 3.1 Posição geográfica do Estado do Ceará 42
 - 3.2 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000. Municípios do Estado do Ceará 48
 - 3.3 Posição geográfica do município de Paraipaba (CE) 49

Abreviaturas

- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BNB – Banco do Nordeste do Brasil S/A
- CAGECE – Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará
- COELCE – Companhia Energética do Ceará
- COFIEEX – Comissão de Financiamentos Externos
- DAC – Departamento de Aviação Civil
- DEMA – Departamento de Estatística e Matemática Aplicada
- DERT – Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes
- EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- INFRAERO – Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
- IQV – Índice de Qualidade de Vida
- IQVc – Índice de Qualidade de Vida do bairro Centro, distrito de Lagoinha
- IQVg – Índice de Qualidade de Vida de todo o distrito de Lagoinha
- IQVlg – Índice de Qualidade de Vida da comunidade Lagoinha dos Gomes, distrito de Lagoinha
- IQVpds – Índice de Qualidade de Vida da comunidade Pedrinhas, distrito de Lagoinha
- IQVpnh – Índice de Qualidade de Vida da comunidade Penha, distrito de Lagoinha
- IQVps – Índice de Qualidade de Vida da Vila Pôr do Sol, distrito de Lagoinha
- IQVr – Índice de Qualidade de Vida da área rural do distrito de Lagoinha
- IQVsl – Índice de Qualidade de Vida da Vila Santa Luzia, distrito de Lagoinha
- IQVu – Índice de Qualidade de Vida da área urbana do distrito de Lagoinha
- LEMA – Laboratório de Estatística e Matemática Aplicada
- OMT – Organização Mundial do Turismo
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil

SEAIN – Secretaria de Assuntos Internacionais

SEMACE – Superintendência Estadual de Meio Ambiente do Estado do Ceará

SETUR – Secretaria de Turismo do Estado do Ceará

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UEE – Unidade Executora Estadual

UFC – Universidade Federal do Ceará

UVA – Universidade Vale do Acaraú

Resumo

Dentro de uma política de expansão do turismo na Região Nordeste, foi criado o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil – Prodetur/NE, em 1994, com o objetivo de reforçar a capacidade da Região Nordeste em manter e expandir sua indústria turística, com vistas a perseguir o desenvolvimento sócioeconômico regional. O Programa financiou projetos de infra-estrutura básica e de serviços públicos em áreas consideradas em expansão turística, no Nordeste, onde a capacidade do Estado não vinha acompanhando a demanda por tais serviços, sendo que os investimentos financiados deveriam também beneficiar a população de baixa renda residente nas áreas selecionadas. Com a melhoria das condições das áreas turísticas, o Programa pretendia, também, atrair investimentos turísticos privados adicionais e de melhor padrão, para gerar oportunidades de emprego e aumento dos níveis de renda, bem como das receitas públicas. Este estudo propôs-se avaliar o Programa numa abordagem de investigação de suas efetivas contribuições para a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda nas áreas beneficiadas com obras de infra-estrutura básica e serviços públicos, financiadas pelo mesmo, no Estado do Ceará, estudo de caso realizado no distrito de Lagoinha, município de Paraipaba (CE). O estudo analisa e caracteriza as condições sócioeconômicas da população de baixa renda de Lagoinha, tendo-se avaliado a qualidade de vida dessa população, comparando-se a situação em 1997, antes da implementação das ações do Programa no distrito, com a situação observada atualmente (2004). Para a realização da pesquisa, foram utilizados dados primários, obtidos através da aplicação de questionários, ocorrida em março/2004, diretamente nas comunidades rurais e bairros urbanos de baixa renda, em Lagoinha. A amostra foi do tipo aleatória estratificada, sendo que foram visitados 80 domicílios, dos quais 45 na área urbana e 35 na área rural do distrito. Na definição e operacionalização das variáveis do perfil sócioeconômico da população de baixa renda, trabalhou-se com variáveis sociais e econômicas, abordando questões relativas às características dos domicílios visitados e dos moradores destes domicílios. Para justificar e quantificar o Índice de Qualidade de Vida – IQV da população de baixa renda de Lagoinha, foram utilizados os seguintes indicadores sócioeconômicos: *saúde, condições sanitárias, educação, condições de moradia, acesso a bens duráveis e recreação ou lazer*, nas situações antes, em 1997, e depois (2004) da implantação dos projetos do Prodetur/NE em Lagoinha, tendo sido analisada a situação para o distrito de uma forma global, como também segmentada a análise para as áreas urbana e rural do distrito, separadamente, além de verificar, ainda, a situação em cada comunidade e/ou bairro visitado, de onde foram coletadas as informações através da aplicação dos questionários. Quanto ao perfil sócioeconômico da população estudada, foram adotadas questões fechadas. Os resultados obtidos indicam que a população de baixa renda de Lagoinha atualmente reside basicamente em casas próprias e já pagas, construídas de tijolo, compostas por entre quatro a sete cômodos, tendo-se observado, com maior frequência, a seguinte composição dos domicílios visitados: sala, dois quartos, cozinha e banheiro, utilizando, em maior frequência, também, água tratada para consumo humano, sendo que os domicílios localizados na área urbana do distrito contam com ligações de água da CAGECE, tendo-se constatada, atualmente, a existência de água encanada em 61,3% de todos os domicílios visitados e utilização de energia elétrica em 81,2% desses domicílios contra um índice de apenas 25,0%, em 1997, possibilitando o atual acesso, pela população, a bens duráveis, a exemplo de televisão, geladeira, *freezer*, ferro elétrico, liquidificador, etc, os quais,

Capítulo 1

Turismo e qualidade de vida – uma abordagem ao problema

1.1 O turismo como instrumento de desenvolvimento regional

O turismo é hoje, no mundo, uma das mais relevantes atividades econômicas que vem se desenvolvendo com muita rapidez. Em muitos países como Espanha, Itália, França, o poder público percebeu a importância desta atividade e, conseqüentemente, passou a intervir no mercado turístico, a fim de melhor planejar e otimizar o desenvolvimento da atividade. A partir de tal fato, ficou evidenciada a grande importância da formulação e avaliação das políticas públicas neste setor, objetivando um desenvolvimento sustentável com melhores condições sociais e econômicas para as populações locais e proporcionando um grau de satisfação elevado para os turistas.

O turismo é fenômeno recente como objeto de estudos e, embora antigo como fato sócioeconômico e político-cultural, são raros e deficientes os estudos a respeito da sistemática de sua filosofia e de sua aplicação às diferentes realidades. Os poucos estudos em profundidade destinam-se apenas à análise e à sistematização de aspectos econômicos, cambiais e legais. No final do século XIX e no princípio do século XX, surgiu um número significativo de descrições e conceituações com o objetivo de explicitar a realidade intrínseca do fenômeno turismo, muito embora quase todas tenham se perdido, umas por fraqueza de fundamentação, outras por falta de atribuição de paternidade respeitável. (ANDRADE, 2002).

A mais antiga das indicações conceituais aproveitadas é de 1910 e tem sua autoria atribuída ao economista austríaco Herman Von Schullard, que compreende turismo como 'a soma das operações, especialmente as de natureza econômica, diretamente relacionadas

com a entrada, a permanência e o deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região’.

Na mesma linha de interpretação do fenômeno voltado apenas ao turismo internacional e estrangeiro, anos depois, Edmond Picard, economista belga e professor da Universidade de Bruxelas, diz que ‘a função do turismo é a importação de divisas pelos países. Seu impacto reside no fato de que as despesas de turismo podem fazer para os diferentes setores da economia e, em particular, para os proprietários e gerentes de hotéis’.

A conceituação mais completa e que melhor explicita as finalidades do turismo, a diversidade de sua natureza e considerações a respeito do receptivo é a de Mathiot, citado por ANDRADE (2002), que assim descreve o fenômeno: ‘Turismo é o conjunto de princípios que regulam as viagens de prazer ou de utilidade, tanto no que diz respeito à ação pessoal dos viajantes ou turistas como no que se refere à ação daqueles que se ocupam em recebê-los e facilitam seus deslocamentos’.

De forma mais técnica e sintética, também vale por sua qualidade, estruturação e conteúdo, a seguinte conceituação: *Turismo é o conjunto de serviços que tem por objetivo o planejamento, a promoção e a execução de viagens e os serviços de recepção, hospedagem e atendimento aos indivíduos e aos grupos, fora de suas residências habituais.*

Em vista da conceituação acima, o turismo, já chamado de indústria sem chaminés, em sua fase poética hoje ultrapassada, situa-se no setor terciário e se caracteriza como organização que possibilita ou viabiliza viagens, hospedagem, alimentação e lazer às pessoas que se deslocam de suas residências para atendimento de seus objetivos diversos.

O desenvolvimento do turismo sustentável pode satisfazer as necessidades econômicas, sociais e estéticas das localidades receptoras, mantendo, simultaneamente, a integridade cultural e ecológica. Pode ser benéfico para os anfitriões e para os visitantes enquanto protege e melhora a mesma oportunidade para o futuro. Contudo, o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis também envolve a tomada de medidas políticas vigorosas baseadas em trocas complexas a nível social, econômico e ambiental. Requer uma visão

que abranja um maior tempo e espaço do que aquele que é tradicionalmente usado ao planejar e tomar decisões relacionadas com a comunidade.

O planejamento, desenvolvimento e operação do turismo devem ser parte de estratégias de desenvolvimento sustentável para uma região, estado ou nação. Devem, também, ser inter-setorial e integrado, envolvendo as organizações governamentais, empresas privadas, cidadãos e indivíduos, permitindo obter o maior número possível de benefícios.

O turismo deve ser planejado e gerido de uma forma sustentável, tendo em conta a proteção e utilização econômica adequadas do ambiente natural e humano das áreas anfitriãs. Deve ser feito com equidade, tendo em vista a justa distribuição dos benefícios e custos pelos promotores do turismo e por essas áreas anfitriãs.

No interesse individual e coletivo, devem estar disponíveis, antes e durante o processo de desenvolvimento, informações detalhadas, pesquisas e comunicados sobre a natureza do turismo e seus efeitos sobre o ambiente, particularmente para as pessoas de modo a que possam participar e exercer a maior influência possível sobre o desenvolvimento e seus efeitos.

Segundo setor em investimentos no mundo – com US\$ 6,7 bilhões de investimentos em 2001, de acordo com dados da Organização Mundial do Turismo, o turismo foi responsável, ainda no mesmo ano, por 6% do PIB global e pelo movimento de 699 milhões de pessoas ao redor do mundo. O compromisso do setor com o desenvolvimento sustentável apresenta-se, dessa forma, como estratégico.

O turismo sustentável foi definido pela OMT, em 1995, como sendo 'aquele ecologicamente suportável a longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. Exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando a frágil balança que caracteriza muitas destinações turísticas, em particular pequenas ilhas e áreas ambientalmente sensíveis'.

O envolvimento do turismo com a questão da sustentabilidade vem se ampliando. Este fato fica evidente com o crescente número de publicações dedicadas ao tema, assim como pelas

declarações endossadas nos últimos anos, entre as quais se destacam a 'Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo para o Desenvolvimento Sustentável' e o 'Código Mundial de Ética do Turismo'.

A divulgação, em 1996, da Agenda acima citada, pela OMT, pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo e pelo Conselho da Terra, teve como inspiração a Agenda 21 aprovada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992 (ECO - 92).

ANDRADE (2002) lembra que apesar de permanecerem no papel muitas das recomendações prescritas por esse documento elaborado em 1996, ele ainda constitui uma referência importante para o estabelecimento de planos de ação para a construção de uma nova ordem apoiada no sentido da sustentabilidade.

A avaliação de impactos que a atividade turística provoca enfrenta dois tipos de dificuldades. A primeira se refere à difícil tarefa de delimitar fatores intervenientes e impactos. A segunda diz respeito à falta de estatísticas padronizadas e mesmo à sua quase total ausência. Além disso, é extremamente difícil estabelecer com exatidão quais são os impactos provocados pelo turismo e quais podem ser explicados por outras ordens de fatores. No caso do Brasil, em especial, esse fato é agravado pelo recente desenvolvimento do setor e pela ainda mais recente abordagem científica do fenômeno.

Relativamente aos impactos da atividade turística, RABAHY (1990), citado por AULICINO (2001), propõe a seguinte classificação:

a) impactos econômicos:

Dentre os impactos econômicos, são citados a renda gerada, a distribuição de renda e o desenvolvimento regional. A grosso modo, os impactos diretos do turismo sobre a renda nacional são benéficos, pois proporcionam um aumento de seu volume, seja pelos gastos diretos em hotéis, restaurantes, comércio, transportadora etc, seja pelos gastos indiretos,

por meio do estímulo à procura de bens primários, intermediários e finais nos outros setores produtivos.

Entretanto, nem sempre o saldo interno das contas é positivo, em especial se o país não dispõe das pré-condições sociais e econômicas que permitem o desenvolvimento eficiente da atividade. É o caso da infra-estrutura urbana, dos equipamentos turísticos, do acesso, do atrativo e da capacidade da própria economia de atender às necessidades dos turistas. Muitas vezes o turismo acaba agindo como um efeito demonstração negativo, pressionando a demanda por bens de produção limitada, o que acaba gerando inflação ou criando problemas para o abastecimento local (AULICINO, 2001).

A questão da distribuição da renda pode ser analisada como uma condição intrínseca ao desenvolvimento regional, ou seja, a atividade turística poderia ser estimulada em certas áreas de modo a criar laços econômicos e sociais entre os habitantes de uma localidade ou região qualquer. Entretanto, para que isso aconteça, é fundamental a existência de pré-condições como a infra-estrutura social básica, os serviços públicos e a determinação estratégica de desenvolvimento daquela região e dos setores selecionados.

Além disso, na concepção de RABAHY (1990: 66), citado por AULICINO (2001: 45), a expansão do turismo deve processar-se de maneira ordenada, não massificada e nas regiões onde a vocação turística esteja muito bem caracterizada. É imprescindível também que a estratégia de ativação do setor seja definida a partir e para a população local, num processo voltado para a preservação de sua cultura e de seu ambiente.

O nível de emprego gerado nos destinos turísticos é uma das maiores vantagens apontadas pela expansão do setor turístico. A questão da geração de empregos enfrenta duas dificuldades. A primeira diz respeito à sazonalidade, ou seja, durante a alta estação, é grande a procura por mão-de-obra que, na baixa estação, geralmente permanece desocupada.

Entretanto, com relação à sazonalidade, tendo em vista que é possível prever esse tipo de flutuação, pode-se atribuir uma dose de voluntariedade dos indivíduos engajados em ocupações dessa natureza (CHAHAD, 1991, citado por AULICINO, 2001). Conclui-se,

dessa forma, que a possibilidade de previsão atenua a condição negativa da sazonalidade, porque implica um certo grau de controle sobre ela, ou seja, ela passa a ser manipulada, planejada.

A segunda dificuldade diz respeito à complexidade de isolar, do ponto de vista estatístico, os empregos gerados direta e indiretamente pelo turismo, bem como aqueles que são fruto do desempenho da economia em geral.

Em nível local, devem ser levados em consideração também os problemas desencadeados na questão do valor da terra, pois a constituição de novos destinos turísticos implica necessariamente a instalação de empreendimentos imobiliários, o que, por sua vez, pode estimular a especulação.

A relação entre o turismo e o setor público deve levar em conta dois elementos: a receita fiscal gerada e os gastos públicos requeridos (RABAHY, 1990, citado por AULICINO, 2001). No caso da receita fiscal, além do turismo externo, o turismo interno também desempenha um papel importante nos países desenvolvidos ou de nível intermediário de desenvolvimento, mas de grande extensão territorial, como é o caso do Brasil. Quanto aos gastos públicos, necessários à instalação de infra-estrutura e de serviços públicos básicos, AULICINO (2001: 47) lembra que essa é uma das razões da existência do Estado, que deve garantir uma boa qualidade de vida para a população, portanto, esses investimentos são necessários em maior ou menor proporção para qualquer atividade econômica.

A maior estabilidade de crescimento verificada nos últimos anos pela atividade turística tem sido um argumento econômico importante para estimular investimentos maiores no setor. No entanto, se a questão do crescimento econômico norteou o rumo do desenvolvimento de muitos países num passado recente, não é o que se constata na realidade atual, quando se passou a discutir os custos ambientais e sociais desse processo, na busca de uma política de valorização do bem-estar das populações locais, da qual o turismo é parte integrante, tanto como um fator de recreação e lazer, quanto como um instrumento de valorização dos recursos naturais e do patrimônio sócioeconômico.

b) impactos socioculturais:

Entre os impactos socioculturais do turismo está a questão da formação de recursos humanos, pois o turismo é, basicamente, um setor prestador de serviços, em que a mão-de-obra desempenha um papel muito importante. Esse fato é significativo de uma maneira especial nos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, nos quais o percentual de mão-de-obra disponível costuma ser elevado, principalmente em um mercado em que o ritmo e o nível de desenvolvimento industrial não consegue absorver.

Entretanto, é preciso lembrar que muitas vezes esses mesmos países caracterizam-se por elevadas taxas de analfabetismo e baixos índices e níveis de escolaridade, e que, em contrapartida, os serviços turísticos requisitam pessoal razoavelmente qualificado. Assim sendo, a questão da expansão do turismo passa, então, pela necessidade de preparação desse pessoal, tarefa da qual podem encarregar-se tanto os setores públicos como os privados diretamente interessados. Isso repercute, sem dúvida nenhuma, tanto na melhoria do mercado profissional como na qualidade de vida da população em geral, embora tal relação seja de difícil aferição.

LANQUAR (1985: 80), citado por AULICINO (2001) lembra que a expansão da atividade turística em países em desenvolvimento é vinculada a redes internacionais de hotéis, que recorrem à importação de mão-de-obra qualificada, deixando para usar a oferta local sem muito preparo, apenas de tempos em tempos, gerando um elemento agravante desse fenômeno que é o poder de atração sobre populações desocupadas que acabam se concentrando em favelas, intensificando a concorrência e provocando uma diminuição dos salários.

c) impactos ambientais:

Por causa de uma série de fatores, a questão ambiental atingiu, nos últimos anos, o topo das preocupações de organismos internacionais que a difundiram pelo mundo todo, culminando com a realização da ECO-92, no Rio de Janeiro. Por sua própria natureza e pela intensidade de sua expansão, o turismo não deve isentar-se de tais preocupações, pois

o ambiente ou a natureza são, muitas vezes, o conteúdo principal da oferta, que é “vendida” aos turistas. Por outro lado, em função dessa mesma situação, o ambiente acaba sendo alvo de preocupações conservacionistas (AULICINO, 2001).

A relação que o turismo mantém com o ambiente deve ser entendido tanto como o conjunto de fatores que garante a sobrevivência de uma espécie qualquer, quanto, numa visão mais ampla, um conjunto de fatores que inclui o homem e sua cultura.

MATHIESON & WALL (1990), citados por AULICINO (2001) analisam os impactos do turismo não só sobre o ambiente natural, mas também sobre o ambiente artificial criado pelo homem. De uma forma ou de outra, entretanto, é sempre necessário levar em consideração o grau de evolução atingido pelo turismo, que pode ir de um estágio inicial de exploração, passando pelos de participação, desenvolvimento, consolidação, estancamento, declínio e envelhecimento.

Quanto aos impactos positivos do turismo, esses mesmos autores relacionaram tanto a conservação e a preservação de áreas naturais, sítios arqueológicos e monumentos históricos, quanto a divulgação e a criação de condições de acesso a ambientes antes inatingíveis, bem como a geração de renda que financie investimentos nesse processo geral de conservação e de proteção de espécies animais e vegetais.

A divulgação de preocupações ambientais por meio do turismo também pode exercer a função de catalisador em relação a outras atividades econômicas, estimulando posturas conservacionistas. Por outro lado, entre os impactos negativos do turismo, está sua capacidade de reunir por pouco tempo grandes aglomerados humanos, gerando congestionamento de veículos, excesso de lixo, poluição sonora, do ar e da água, etc.

AULICINO (2001) argumenta que perceber o ambiente como uma entidade viva, em contínua interação e limitada em relação à capacidade de absorção das transformações é, sem dúvida, o principal mérito de toda discussão atual em torno da questão ecológica, não se podendo esquecer que lutar pela preservação de certos espaços naturais é lutar pela manutenção e pela valorização da comunidade humana que ali vive. Por isso, o turismo

deve ser uma entidade centrada no homem, no ser humano, no enriquecimento cultural do turista, e que se dá por meio do fortalecimento cultural de quem o recebe.

1.2 O problema e sua importância

O estudo aqui apresentado pretende investigar os efeitos do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil – Prodetur/NE I na qualidade de vida da população de baixa renda do distrito de Lagoinha, município de Paraipaba (CE), contemplado com investimentos em obras de infra-estrutura básica e serviços públicos, financiados por este Programa, no Estado do Ceará.

O Prodetur/NE I foi executado pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB, em parceria com o Governo Federal, os governos estaduais e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, representando a convergência de ações para a realização de investimentos na infra-estrutura turística de todos os estados da Região Nordeste.

Iniciado em 1995, o Prodetur/NE I ganhou dinamismo a partir de agosto de 1996, quando passou a integrar o elenco de projetos prioritários do Governo Federal, denominado Programa Brasil em Ação, depois chamado de Programa Avança Brasil, na gestão do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

O objetivo básico do Prodetur/NE I, conforme seu Regulamento Operativo assinado em dezembro de 1994, foi:

“... reforçar a capacidade da Região Nordeste em manter e expandir sua crescente indústria turística, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico regional. O Programa pretende prover de infra-estrutura básica e serviços públicos, áreas atualmente de expansão turística e onde a capacidade do Estado não acompanhou a demanda por tais serviços; os investimentos beneficiarão principalmente a população de baixa renda das áreas selecionadas. Assim, com a melhoria das condições das áreas turísticas, busca-se também atrair atividades turísticas privadas adicionais e de melhor

padrão, gerando oportunidades de emprego e aumento dos níveis de renda e das receitas públicas” (BID, 1994).

A característica fundamental do Programa seria possibilitar a exploração do turismo no Nordeste do Brasil de forma planejada e sistêmica, não se tratando de um mero programa de obras ou de uma simples linha de crédito à disposição dos governos estaduais.

O Programa foi concebido para financiar obras múltiplas de infra-estrutura básica e serviços públicos relacionados com os seguintes setores, declarados elegíveis pelo BID e BNB:

- saneamento (abastecimento de água e esgotamento sanitário);
- administração de resíduos sólidos;
- proteção e recuperação ambiental;
- transporte (obras viárias urbanas e rodovias); e
- recuperação de patrimônio histórico.

Além dos componentes acima, o Prodetur/NE I apoiou cinco projetos específicos de expansão de aeroportos e projetos de desenvolvimento institucional (financiamento de assistência técnica aos órgãos envolvidos no Programa, elaboração e implantação de planos de desenvolvimento urbano e ambiental e capacitação de recursos humanos) considerados prioritários para a dinamização do turismo na Região Nordeste do Brasil. Os valores financiados por cada componente (setor) estão listados na Tabela 1.1, totalizando um valor financiado equivalente a US\$ 400 milhões:

Há dois anos, o BNB, em parceria com o BID, os estados da Região Nordeste, Estado de Minas Gerais e Estado do Espírito Santo, vêm discutindo e formatando o Prodetur/NE II, representando este, a segunda fase no apoio para o desenvolvimento do turismo nestas regiões, mediante financiamento também orçado em torno dos US\$ 400 milhões.



Tabela 1.1– Valores dos projetos financiados pelo Prodetur/NE I, por componentes.

Componentes	Valor Orçado(US\$ 1.000)
Desenvolvimento institucional	17.300
Obras múltiplas	265.675
- Saneamento	108.400
- Administração de resíduos sólidos	2.775
- Recuperação e proteção ambiental	7.000
- Transporte/rodovias	112.500
- Recuperação de patrimônio histórico	35.000
Aeroportos	110.000
Estudos e projetos	4.500
Inspeção e supervisão	2.525
Total	400.000

Fonte: BID. Regulamento Operativo do Prodetur/NE I (1994).

A proposta do Prodetur/NE II é:

“... alterar o enfoque do Programa de conjuntos de investimentos isolados para um planejamento integrado de áreas ou os citados Pólos de Turismo, com a participação de grupos de municípios contíguos e com um compromisso para desenvolver a capacidade local de gerenciar o turismo para o benefício da população local. Objetivando apoiar e desenvolver esses espaços integrados, estão sendo implantados, nos estados do Nordeste, Conselhos de Turismo voltados para deliberar e viabilizar ações que concorram para o desenvolvimento do turismo regional, contando com a participação efetiva de diversos segmentos econômicos e sociais” (BNB, 2003).

1.2.1 A relevância do problema

Passados sete anos desde a conclusão dos primeiros projetos do Prodetur/NE I, transformações estruturais no setor de turismo certamente se fizeram notar. No entanto, apesar dos investimentos aplicados nos municípios cearenses de Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi e Itapipoca, além da construção de um novo aeroporto em Fortaleza, uma série de questões relativas aos efeitos do Programa na

realidade sócioeconômica das populações destes municípios está ainda por ser investigada, principalmente no que se refere ao segmento de baixa renda dessas comunidades.

Que benefícios vêm sendo auferidos por esse segmento da população ? As obras já foram concluídas. Muitos municípios foram beneficiados direta ou indiretamente com essas obras de infra-estrutura. No entanto, cabem algumas questões:

- houve melhoria nos níveis de emprego e renda para a população pobre dessas áreas?
- houve melhoria nos indicadores saúde, condições sanitárias, educação, moradia, acesso a bens duráveis, recreação e lazer ?
- quais os efeitos dos citados investimentos do Prodetur/NE I nos níveis de qualidade de vida dessa população, mensurados através da verificação destes indicadores ?

Considerando a relevância do objetivo principal do Programa - a promoção do desenvolvimento do turismo na Região Nordeste, de forma sistêmica, a partir da disponibilização da infra-estrutura de apoio ao turismo, priorizando ações que mantivessem e expandissem a atividade turística, bem como estimulando a participação da iniciativa privada, com a conseqüente geração de ocupação produtiva e renda – e a magnitude dos recursos envolvidos, propõe-se fazer a avaliação do Programa numa abordagem de investigação das suas efetivas contribuições para a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda nas áreas beneficiadas com obras múltiplas de infra-estrutura básica e serviços públicos, financiadas pelo mesmo, no Estado do Ceará, estudo de caso a ser realizado no distrito de Lagoinha, município de Paraipaba (CE).

Elegeu-se o distrito de Lagoinha em virtude do propósito de se medir os efeitos do Prodetur/NE I em alguma localidade detentora de potencial turístico reconhecido, a fim de se investigar a variação nos níveis de qualidade de vida da população de baixa renda residente na localidade em função das ações do Programa.

A escolha do distrito de Lagoinha se deu pelos seguintes motivos:

- localidade com potencial turístico reconhecido;
- relativa distância da cidade de Fortaleza (100 km);
- distrito beneficiado com implantação de obras de saneamento básico (abastecimento de água e esgotamento sanitário), envolvendo expressivo volume de recursos; e
- distrito beneficiado com modernização de toda a rodovia que liga o distrito à sede do município de Paraipaba, bem como da rodovia que liga a sede do município à Fortaleza, através do complexo rodoviário Costa do Sol Poente, implementado pelo Programa.

O distrito de Pecém, município de São Gonçalo do Amarante (CE), dentre as justificativas acima, seria a localidade litorânea que mais se aproxima das características do distrito de Lagoinha, relativamente às ações do Programa em termos de volume de recursos investidos, reunindo também as demais características alinhadas. No entanto, tendo em vista as ações relacionadas com a implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, que poderiam gerar vieses na conclusão do presente estudo, optou-se em analisar os efeitos do Prodetur/NE I em Lagoinha, onde não há interferência de outras ações governamentais do porte do que tem sido a implantação do Porto, no Pecém.

Dessa forma, o que se pretende investigar através de pesquisa deverá ser respondido através da seguinte questão:

Quais os efeitos até então gerados em decorrência da implantação dos projetos do Prodetur/NE I nos níveis de qualidade de vida da população de baixa renda no distrito de Lagoinha, município de Paraipaba (CE), beneficiado com investimentos de infra-estrutura básica e serviços públicos, a partir de 1997 ?

Segundo BOND, citado por COHEN & FRANCO (1993), efeito é todo comportamento ou acontecimento que se pode dizer razoavelmente que sofreu influência de algum aspecto de um programa ou projeto.

As motivações pessoais para elaborar a pesquisa objeto do presente projeto partem do próprio interesse em contribuir de forma efetiva para a mensuração dos efeitos gerados por políticas públicas atualmente em implementação, incluindo municípios do Estado do Ceará, como beneficiários. É a possibilidade de contribuir, como profissional e cidadão, para a avaliação dos indicadores de qualidade de vida da população de baixa renda no distrito de Lagoinha, em Paraipaba (CE).

Outro aspecto motivador para a realização do trabalho, além da oportunidade de aperfeiçoamento na própria área de pesquisa é a atuação profissional como colaborador do BNB, órgão executor do Programa, instituição que vem atuando com efetividade em suas políticas de ação estruturadora direcionadas para a identificação e a análise de potencialidades, a elaboração e execução de programas e projetos estruturadores, visando o desenvolvimento integrado e sustentável das atividades econômicas, em sua área de atuação.

1.2.2 Histórico do Prodetur

A partir das necessidades identificadas pelos governos estaduais nordestinos, na busca de alternativas econômicas que incrementassem os níveis de emprego e renda da população, mediante um maior desenvolvimento da vocação turística da Região, iniciaram-se, no ano de 1991, ações com a finalidade de articular a elaboração e a implementação de um programa específico de desenvolvimento turístico, objetivando o financiamento da infraestrutura dos estados, compreendendo ações nas áreas de desenvolvimento institucional, obras múltiplas (transporte, saneamento, recuperação do patrimônio histórico, preservação e proteção ambiental) e aeroportos.

Em março de 1992, foi criado o Comitê Consultivo e de Coordenação do Programa, formado por representantes de Ministérios - Fazenda, Planejamento, Indústria, Comércio e Turismo, Aeronáutica; Banco do Nordeste do Brasil S/A - BNB; Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE; Instituto Brasileiro de Turismo -

EMBRATUR; Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária – INFRAERO; Departamento de Aviação Civil – DAC; e Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN). O BNB, enquanto órgão mutuário, executor e financiador do Programa, ficou responsável por um conjunto de atividades gerenciais e relacionadas com o processo operacional, as quais contemplaram:

- articulação estratégica;
- planejamento operacional;
- análise técnica dos projetos de financiamento e das contrapartidas;
- análise dos processos licitatórios;
- acompanhamento da programação e execução físico-financeira;
- manutenção do fluxo de desembolsos;
- elaboração de relatórios técnicos e gerenciais e de avaliações *ex-post*; e
- acompanhamento de auditorias.

Neste sentido, em abril de 1992, o BNB elaborou um documento preliminar sobre o Prodetur/NE I, resumindo as propostas dos estados nordestinos (enfocando a necessidade de investimentos em infra-estrutura econômica e social de suporte às atividades turísticas, bem como indicando o potencial do seu acervo turístico) e dando início ao processo de negociação junto ao BID e à Comissão de Financiamentos Externos do Governo Federal, no sentido de priorizar o Programa – pleito este aprovado em junho do mesmo ano – e autorizar o aporte de recursos federais.

Ao longo de todo o ano de 1992, houve negociação com o BID, inclusive com visitas que se iniciaram no mês de junho, envolvendo diversas questões, tais como:

- delimitação de uma amostra de projetos a serem analisados por equipe técnica mista (BNB, BID e estados da Região Nordeste);
- definição dos critérios para seleção de projetos a serem incluídos no Programa;
- elaboração de Regulamento Operativo do Programa;
- definição de condições especiais para elegibilidade dos sub-mutuários, como assinatura de convênio, aprovação de estratégias turísticas e de planos de ação pelo

- BNB e BID e, ainda, o atendimento de exigências especiais para elegibilidade dos projetos.

Em junho de 1993, foi aprovada pela COFIEX, a inclusão do aporte de recursos federais como contrapartida local do empréstimo de recursos do BID, repassados pelo BNB, em atendimento ao pleito encaminhado em abril de 1992.

Os recursos originários do BID, repassados pelo BNB, complementaram o montante necessário à implementação dos projetos, para os quais os estados da Região Nordeste deveriam aportar as respectivas contrapartidas de recursos. A paridade de recursos financiados pelo BID e recursos aportados pelos estados, mais freqüentemente verificada nos projetos, foi de metade recursos do BID e metade recursos aportados pelos estados.

Finalmente, em 12 de dezembro de 1994, foi assinado o Contrato 841-OC/BR, referente ao Prodetur/NE I, entre o BNB e BID. Posteriormente, foram assinados contratos entre o BNB e os sub-mutuários (estados nordestinos e município de Maceió-AL) visando o repasse dos recursos para a execução dos projetos considerados prioritários para a Região.

O ano de 1995, no qual teve início a execução do Programa, coincidiu com mudanças nos governos estaduais, de forma que a fase de preparação do Prodetur/NE I foi realizada com um conjunto de governadores e a fase de execução foi iniciada já com novas administrações estaduais. Essa descontinuidade verificada na gestão pública, em muitos casos, implicou em alterações nos arranjos institucionais e morosidade no andamento dos trabalhos. Nesse ano, o Programa realizou diversas atividades preparatórias, tais como: elaboração de projetos, estruturação das Unidades Executoras Estaduais - UEE's, responsáveis pela monitoração dos projetos, em cada estado, capacitação de pessoal, formulação de manuais, guias e processos licitatórios.

Os estados tornaram-se elegíveis para participar do Programa e assinar o contrato do financiamento, num primeiro momento, na medida em que definiram uma macro-estratégia turística e plano de ação para implantação da estratégia, aprovados pelo BNB e pelo BID. Também os projetos passaram pelo crivo da elegibilidade, tornando-se passíveis de financiamento pelo Programa aqueles que atendessem às seguintes exigências:

- fazer parte da estratégia turística e do plano de ação dos estados;
- que o órgão executor local e/ou órgãos beneficiários demonstrassem capacidade técnica e organizacional, bem como equilíbrio financeiro;
- atendimento aos requisitos técnicos e legais referentes ao sistema de licenciamento de atividades poluidoras, apresentando todas as licenças exigíveis;
- apresentação de planos de reassentamento de pessoas sempre que o projeto envolvesse desapropriações que obrigassem o remanejamento de população; e
- apresentação de viabilidade técnica, sócioeconômica e ambiental, conforme os critérios de elegibilidade e avaliação presentes no Regulamento Operativo do Programa.

Não obstante a contratação do Programa ter ocorrido em 1994, até agosto de 1996, por razões diversas que vão desde a descontinuidade na gestão pública, até a falta de margem de endividamento dos estados e municípios para contratação das respectivas operações, o Programa não apresentava um desempenho satisfatório.

1.2.3 O Prodetur no Estado do Ceará

No Estado do Ceará, como uma das ações do Prodetur/NE I, foi implementado o complexo rodoviário Costa do Sol Poente, com 255 km de rodovias que vem permitindo fácil acesso às praias do litoral oeste do Estado. Também foi construído o novo Aeroporto Internacional Pinto Martins, em Fortaleza. Além desses dois projetos, o Programa também financiou obras de transporte/rodovias, saneamento, preservação e proteção ambiental, dentre outras ações complementares.

A macro-estratégia turística do Estado do Ceará, que serviu de referencial para a implementação de ações pelo Programa, definiu como sendo prioritária para realização de investimentos a área composta pelo litoral oeste do Estado, tendo sido mais diretamente beneficiados pelos projetos de infra-estrutura básica e serviços públicos os municípios de

Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi e Itapipoca, além da construção do novo aeroporto internacional, em Fortaleza.

Pretende-se avaliar os efeitos do Prodetur/NE I, no distrito de Lagoinha, município de Paraipaba (CE), no sentido de se obterem dados que permitam não apenas se fazerem conclusões e/ou recomendações do estudo, mas de se emitir um grau de valorização sobre a questão analisada, a partir das definições ou pressupostos conceituais explicitados.

Verificar-se-ão, através deste estudo, a adequação e relevância dos diversos projetos, tomando-se como referencial o disposto no próprio Regulamento Operativo do Programa, assinado em dezembro de 1994, cujo teor do objetivo trazia, em seu bojo, que os investimentos deveriam beneficiar principalmente a população de baixa renda das áreas selecionadas, mediante a melhoria das condições das áreas turísticas, buscando também atrair atividades turísticas privadas adicionais e de melhor padrão, gerando oportunidades de emprego e aumento dos níveis de renda e das receitas públicas.

No Estado do Ceará, os projetos amparados pelo Programa estão listados abaixo, discriminados por componente:

- *Transportes e rodovias*

As obras das rodovias tiveram como objetivo melhorar a acessibilidade dos turistas e das populações locais, proporcionando o desenvolvimento do turismo e da economia regional. Conforme se pode verificar na Tabela 1.2, o Programa contemplou a implantação de cerca de 124 km de via estruturante, 98 km de vias de acesso e 33 km de vias de percurso, que certamente vem favorecendo o desenvolvimento dos fluxos locais e turísticos.

Tabela 1.2 – **Projetos de transportes e rodovias financiados pelo Prodetur/NE I no Estado do Ceará.**

Trechos	Extensão (km)
Via estruturante (trechos)	123,69
- CE-085 - Garrote (contorno Caucaia)	5,14
- Contorno de Caucaia - Tabuleiro Grande	14,00
- Tabuleiro Grande – CE-421	5,80
- CE-421 - São Gonçalo do Amarante	19,70
- São Gonçalo do Amarante - CE-341	14,70
- CE-341 - Entr. CE-085 (1ª. Variante)	8,77
- CE-085 (1ª. Variante) - Acesso Paraipaba	5,57
- Acesso Paraipaba-Camburão (km 0 – km 6,4)	6,40
- Camburão - CE-162 (km 6,4 – km 16,3)	10,26
- CE-162 – Gualdrapas	7,14
- Gualdrapas – Barrento	26,21
Vias de acesso	98,44
- Pecém / Taíba – São Gonçalo do Amarante	5,12
- Itapipoca / Barreto	21,43
- Pecém / Entr. Taíba - Pecém	9,88
- Rodovia Estruturante / Trairi(Ecesso Trairi)	11,85
- Entr. Pecém / Entr. Taíba - Siupé	6,47
- Paraipaba / Lagoinha	10,63
- Barrento / Baleia	33,06
Vias de percurso	32,88
- Trairi / Entr. Mundaú - Flexeiras	9,57
- Mundaú / Guajiru	17,78
- CE-085 – Lagoa do Banana - Cumbuco	5,53
Total	255,01

Fonte: BNB.

A construção do Aeroporto Internacional Pinto Martins, em Fortaleza, representou um marco histórico para o desenvolvimento econômico e turístico do Estado. Sua via de acesso conta com um total de 6 km de extensão, incluindo ciclovias e viadutos, estabelecendo ligações básicas entre as zonas leste e oeste da cidade.

- *Saneamento básico*

As ações de saneamento básico tiveram como objetivo a execução de obras de implantação/ampliação do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios que fizeram parte do Programa, com o objetivo de oferecer melhores condições de vida e contribuir para a redução do índice de doenças entre a população das áreas selecionadas.

Tabela 1.3 – **Projetos e saneamento básico financiados pelo Prodetur/NE I no Estado do Ceará.**

Localidade	Sistemas			
	Água		Esgoto	
	Implantação	Ampliação	Implantação	Ampliação
Itaipoca (Sede)				
Barrento				
Baleia/Pedrinhas				
Marinheiros				
Trairi (Sede)				
Paraipaba (Sede)				
Lagoinha				
Paracuru (Sede)				
S.G.Amarante (Sede)				
Pecém				
Caucaia (Sede)				
Cumbuco				
Icaraí				
Tabuba				
Iparana				
Pacheco				

Fonte: BNB.

Neste componente, foram realizadas obras beneficiando diversas localidades turísticas entre as quais 06 sedes municipais, conforme mostra a Tabela 1.3.

- *Meio ambiente e proteção ambiental*

O Programa também previu recuperação, controle ambiental de praias, mananciais e lagoas, bem como urbanização do entorno de lagoas, além da implantação de Unidades de Conservação e Educação Ambiental. Estes projetos foram implementados, visando o controle do uso e ocupação dos recursos hídricos, das lagoas constantes da Tabela 1.4:

Tabela 1.4 – **Projetos de meio ambiente e proteção ambiental financiados pelo Prodetur/NE I no Estado do Ceará.**

Município	Lagoa
Caucaia	Lagamar do Cauípe Lagoa do Banana
São Gonçalo do Amarante	Lagoa dos Talos Lagoa do Pecém Lagoa das Cobras
Paracuru	Barra do Rio Curu
Paraipaba	Lagoa das Almécegas Lagoa da Canabrava
Trairi	Lagamar da Rua Beira Mar da Vila Mundaú
Itaipoca	Lagoa do Mato

Fonte: BNB.

Também foram realizados projetos com os objetivos de conter o avanço de dunas móveis, promover o controle do processo erosivo, bem como promover a fixação das dunas localizadas no entorno de lagoa, evitando o soterramento do recurso hídrico, ocasionado pelo transporte de areia.

Tais ações foram realizadas nas seguintes localidades:

- Paracuru - conservação das dunas do Paracuru;
- São Gonçalo do Amarante - recuperação e defesa da praia do Pecém; e
- Trairi - conservação da embocadura do rio Mundaú.

Algumas Unidades de Conservação foram também criadas, visando proteger os ecossistemas litorâneos (desembocaduras de rios, manguezais, dunas, etc):

- Estuário do Rio Ceará – Caucaia
- Estuário do Rio Curu – Paracuru/Paraipaba
- Dunas do Paracuru – Paracuru
- Dunas da Lagoinha – Paraipaba
- Estuário do Rio Mundaú – Trairi/Itapipoca

Neste segmento, outros projetos foram implementados, visando promover a educação ambiental juntos aos demais segmentos envolvidos no Programa, possibilitando a interação entre as atividades turísticas e a conservação do meio ambiente.

- *Desenvolvimento institucional*

Os projetos relativos a este componente foram implementados visando o desenvolvimento de um conjunto de atividades e instrumentos necessários ao fortalecimento administrativo e capacitação dos órgãos estaduais e municipais envolvidos no Programa. Objetivou-se promover a adequação da estrutura organizacional das prefeituras e órgãos estaduais para ampliar a capacidade operacional e eficiência administrativa, tendo em vista a incorporação de ações e funções relacionadas ao desenvolvimento turístico e à proteção ambiental nos municípios.

Outras ações de desenvolvimento institucional foram também implementadas, relacionadas com assessoria tributária, otimização de serviços de limpeza pública, desenvolvimento de plano diretor municipal, capacitação e fortalecimento de órgãos como a Secretaria de Turismo do Estado do Ceará - SETUR, Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará -

CAGECE, Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes - DERT e Superintendência Estadual de Meio Ambiente do Estado do Ceará - SEMACE.

1.2.3.1 O Prodetur no distrito de Lagoinha, Paraipaba (CE)

No município de Paraipaba (CE), as ações do Prodetur/NE I resultaram nos projetos constantes da Tabela 1.5, discriminados por componente do Programa.

Tabela 1.5 – Projetos financiados pelo Prodetur/NE I no município de Paraipaba.

Componentes	Projetos
DI	PM-Paraipaba-adequação organizacional
Estudo	Estudo dos projetos de conservação/urbanização das lagoas
Recuperação/proteção Ambiental	Conservação/urbanização da Lagoa da Canabrava Conservação/urbanização da Lagoa das Almécegas Educação Ambiental
Saneamento	Abast. de água e esgotamento sanitário de Paraipaba-Sede Água e esgotamento sanitário de Lagoinha
Transporte	Acesso CE-085/Paraipaba Acesso Paraipaba/Lagoinha Acesso Paraipaba/Camburão

Fonte: BNB (2002).

Os projetos mais diretamente relacionados com o distrito de Lagoinha são os discriminados a seguir, a partir dos quais este estudo analisou os benefícios auferidos pela população de baixa renda, bem como os reflexos nos níveis de qualidade de vida desse segmento da população no distrito, vis a vis os resultados esperados pelo Programa:

- abastecimento de água e esgotamento sanitário de Lagoinha, e
- rodovia de acesso Paraipaba/Lagoinha.

O projeto de saneamento básico de Lagoinha foi concebido de forma a atender no ano 2017 (horizonte do projeto) a uma população de 3.306 habitantes. Quanto ao abastecimento de água, o sistema existente anteriormente ao projeto financiado pelo Prodetur/NE I, captava água de um poço profundo, atendendo cerca de 200 domicílios através de um reservatório elevado de capacidade estimada de 20 m³.

Esse poço antes já existente também foi integrado ao novo sistema, atuando como reserva estratégica e operacional do abastecimento. Outra razão para uso do poço existente foi a otimização da distribuição espacial do bombeamento resultante da captação sobre o mesmo aquífero subterrâneo, reduzindo os níveis dinâmicos dos cones de depressão dos poços, objetivando assim evitar problemas possíveis de intrusão salina no aquífero, dada sua suscetibilidade à variação do nível das marés, conforme atestado no relatório de construção dos poços tubulares feitos pela CAGECE.

O projeto de abastecimento de água de Lagoinha, financiado pelo Prodetur/NE I, consta de uma rede de abastecimento de água convencional, com captação em três poços tubulares de 120 m construídos pela CAGECE, adução independente proveniente de cada poço para a estação de tratamento de efluentes, tratamento à base de aeração, filtração em fluxo ascendente, desinfecção e reservação em dois reservatórios, sendo o primeiro apoiado com capacidade para 200 m³, e o segundo de tipo elevado com capacidade para 100 m³. A distribuição pública está sendo feita por uma única zona de pressão a partir do reservatório elevado.

Quanto ao esgotamento sanitário, foi construído um sistema centralizado em um único local, composto com tratamento preliminar à base de gradeamento e caixa de areia, seguido de tratamento secundário em lagoas de estabilização em série, sendo uma lagoa facultativa seguida de duas lagoas de maturação.

O corpo receptor é constituído por um riacho sem denominação oficial, com extensão de 6,4 quilômetros entre o ponto de despejo dos efluentes da Estação de Tratamento de Efluentes - ETE e a orla marítima, fora da área urbana, situando-se a oeste de Lagoinha.

No que se refere ao segmento rodovias, o Programa financiou a construção do complexo rodoviário Costa do Sol Poente, conhecido como Rodovia Estruturante, ligando Fortaleza

diretamente a diversas localidades situadas ao longo de sua extensão, além de proporcionar o escoamento litorâneo do tráfego desde o município de Fortaleza até o município de Itapipoca.

O complexo rodoviário é formado, além da via estruturante propriamente dita, das vias de acesso e das vias de percurso. As vias de acesso são rodovias que interligam a Rodovia Estruturante à orla marítima e são utilizadas pelo tráfego destinado às localidades, agrupadas em cada trecho do litoral atendido. As vias de percurso representam as interligações entre as diversas localidades situadas na orla marítima e têm a função de distribuir as viagens ao longo delas. O tráfego previsto nestas vias é quase que restrito a essas localidades.

No município de Paraipaba, mais precisamente, cortado pela Rodovia Estruturante, o Programa financiou a restauração do acesso à sede do município, a partir da própria Rodovia Estruturante, com 5,57 quilômetros e, também, a restauração da rodovia que liga a sede do município ao distrito de Lagoinha, com 10,63 quilômetros.

A construção e restauração de rodovias tiveram como finalidade separar do tráfego da BR-222 as viagens com destino à orla marítima ou às localidades situadas nas suas imediações, proporcionando redução substancial de tempo de deslocamento e aumento nas condições de segurança, fatores essenciais para a impulsão turística da região, objetivo maior do Programa.

1.3 Hipóteses

1.3.1 Hipótese principal

A população de baixa renda residente no distrito de Lagoinha, município de Paraipaba (CE), está experimentando uma melhoria na qualidade de vida, em função das ações do Prodetur/NE I.

1.3.2 Sub-hipóteses

- A população de baixa renda do distrito de Lagoinha, município de Paraipaba (CE), está experimentando uma melhoria nos indicadores saúde e condições sanitárias, em função das ações do Prodetur/NE I;
- A população de baixa renda do distrito de Lagoinha, município de Paraipaba (CE), está experimentando uma melhoria no indicador educação, em função das ações do Prodetur/NE I;
- A população de baixa renda do distrito de Lagoinha, município de Paraipaba (CE), está experimentando uma melhoria no indicador condições de moradia, em função das ações do Prodetur/NE I;
- A população de baixa renda do distrito de Lagoinha, município de Paraipaba (CE), está experimentando uma melhoria no indicador acesso a bens duráveis, em função das ações do Prodetur/NE I; e
- A população de baixa renda do distrito de Lagoinha, município de Paraipaba (CE), está experimentando uma melhoria no indicador recreação ou lazer, em função das ações do Prodetur/NE I.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo geral

Avaliar os efeitos das ações do Prodetur/NE I na qualidade de vida da população de baixa renda residente no distrito de Lagoinha, município de Paraipaba (CE).

1.4.2 Objetivos específicos

- Identificar o perfil sócioeconômico da população de baixa renda residente no distrito de Lagoinha, município de Paraipaba (CE); e
- Analisar a variação do nível de qualidade de vida da população de baixa renda neste distrito, em função das ações do Prodetur/NE I, através do estudo das variáveis que compõem os indicadores *saúde, condições sanitárias, educação, condições de moradia, acesso a bens duráveis e recreação ou lazer*, com foco nos benefícios auferidos por esse segmento da população local.

Capítulo 2

Revisão de literatura

2.1 Desigualdade e pobreza

O Brasil vem mantendo histórico, nas últimas décadas, de tendência à desigualdade na distribuição de renda, convivendo, dessa forma, com elevados níveis de pobreza. Seus indicadores sócioeconômicos espelham uma situação de total desigualdade, tendo que enfrentar uma herança de injustiça social que excluiu grande parte de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania (BARROS, 2000: 21).

Os indicadores de pobreza e riqueza têm sido cada vez mais utilizados como medidas síntese da qualidade de vida de uma sociedade específica. No Brasil, a pobreza deve ser encarada como um problema nacional, necessitando de políticas de desenvolvimento regional ativas, sendo que o fenômeno ocorre de forma mais intensa nas regiões Nordeste e Norte e está migrando das áreas rurais para a periferia das grandes cidades.

BARROS (2000) parte do princípio de que o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres, cujo determinante principal está na estrutura da desigualdade brasileira na distribuição de renda e das oportunidades de inclusão econômica e social.

Os indicadores de pobreza e indigência no Brasil, nas duas últimas décadas, podem ser reconstituídos a partir das pesquisas e análises realizadas nos domicílios, anualmente, conhecidas por Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

BARROS (2000: 22), muito embora entenda que não se pode definir o termo pobreza de forma única e universal, afirma:

[...] a pobreza refere-se a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico. Desse

modo, a abordagem conceitual da pobreza absoluta requer que possamos, inicialmente, construir uma medida invariante no tempo das condições de vida dos indivíduos em uma sociedade. A noção da linha de pobreza equivale a essa medida. Em última instância, uma linha de pobreza pretende ser o parâmetro que permite, a uma sociedade específica, considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor.

Como parâmetro para o presente estudo, o termo pobreza está sendo considerado na sua dimensão de insuficiência de renda, sendo que a situação de pobreza existe na medida em que existem famílias vivendo com renda familiar *per capita* inferior ao nível mínimo necessário para que possam satisfazer suas necessidades mais básicas.

A unidade de análise desta pesquisa é o domicílio, de forma que o tamanho da pobreza está relacionado com o número de pessoas vivendo em domicílios com renda *per capita* abaixo da linha de pobreza.

Além do parâmetro relacionado com a linha de pobreza, existe, ainda, a linha de indigência, a qual se refere à estrutura de custos de uma cesta alimentar, regionalmente definida, que contemple as necessidades de consumo calórico mínimo de um indivíduo. A linha de pobreza é calculada como múltiplo da linha de indigência, considerando os gastos com alimentação como uma parte dos gastos totais mínimos, bem como outros gastos (vestuário, habitação e transportes). Dessa forma, a população indigente está incluída no conjunto da população pobre.

A construção de linhas de pobreza e de indigência não é tarefa fácil, tendo em vista que depende, essencialmente, da disponibilidade de dados estatísticos, pois torna-se necessário dispor de informações sobre a estrutura das despesas das famílias, nos domicílios em que vivem.

ROCHA (2000) adverte que ‘a falta de dados de orçamentos familiares atualizados e de abrangência nacional é a principal lacuna estatística para a construção de linhas de indigência e pobreza e, naturalmente, para a obtenção de indicadores seguros a partir de sua utilização’.

Para a construção de linhas de indigência, existem alguns parâmetros nutricionais que orientam na determinação de uma cesta alimentar adequada a partir do consumo observado. No entanto, a partir de uma mesma população, é possível arbitrar necessidades nutricionais médias, as quais resultam em diferenciais do valor da linha de indigência.

A ausência de parâmetros que orientem o que seja o nível mínimo aceitável de consumo não alimentar faz com que o valor dessas despesas seja definido freqüentemente de forma também arbitrária. O objetivo é obter uma linha de pobreza que se situe dentro de um intervalo de valor considerado pelo analista, tendo em vista sua utilização empírica (ROCHA, 2000: 123).

De acordo com dados do IPEA, em 1999, o Brasil possuía 53 milhões de pobres – pessoas com renda média mensal insuficiente para a aquisição de uma cesta mínima de bens e serviços, sendo que em torno de 49,0% dos pobres brasileiros estavam na Região Nordeste.

Na Tabela 2.1, há dados sobre proporção de pobres, tendo sido utilizada uma linha de pobreza arbitrária: R\$ 68,00 - metade de um salário mínimo vigente em 1999. A incidência de pobreza se refere ao percentual de famílias que se encontram abaixo desse parâmetro de rendimento mensal *per capita*. A pobreza sintetiza o que ocorreu tanto com a renda média como com a desigualdade. Embora não matematicamente rigoroso, se a renda média está constante, a pobreza tende a variar diretamente com a desigualdade. Por outro lado, se a desigualdade está constante, a pobreza varia inversamente com a renda média.

No caso do Estado do Ceará, por exemplo, houve aumento razoável de renda média e pequeno aumento na desigualdade de 1981 a 1999, sendo possível esperar tanto aumento como redução da pobreza. Os dados mostram que o percentual da população cearense vivendo com menos de R\$ 68,00 (1999) de renda familiar *per capita* caiu de 60% para 51%.

Em termos comparativos, o desempenho do Estado do Ceará se destaca, quando se compara com o desempenho do Brasil e Região Nordeste, que terminam o período analisado essencialmente com o mesmo indicador de pobreza relativo ao início do período. No entanto, pelos indicadores da Tabela 2.1, o Estado do Ceará continuou tendo

maior percentual de pobres, quando comparado à Região Nordeste. Em 1999, 51% dos cearenses e 49% dos nordestinos eram pobres, com 27% dos brasileiros.

Tabela 2.1– Proporção de pobres (%) – Brasil, Região Nordeste e Ceará – 1981-1999.

Anos	Brasil	Região Nordeste	Ceará
1983	36	62	71
1984	36	61	65
1985	31	56	63
1986	18	38	42
1987	29	54	60
1988	30	56	61
1989	27	53	61
1990	31	57	63
1992	36	60	63
1993	36	62	62
1994	28	51	52
1996	27	51	53
1997	28	52	54
1998	26	48	50
1999	27	49	51

Fonte: IBGE, Microdados da PNAD. Linha de Pobreza: R\$ 68,00.

Como neste estudo realizado no distrito de Lagoinha, município de Paraipaba (CE), o termo pobreza está sendo analisado pelo sentido de insuficiência de renda, então seu conceito contempla tanto a escassez de recursos quanto a má distribuição dos recursos existentes. Dessa forma, está sendo considerada baixa renda (pobreza) o segmento da população de Lagoinha, zonas urbana e rural, cuja renda domiciliar *per capita* se situe abaixo de R\$ 120,00 (cento e vinte reais), equivalendo à metade do salário mínimo vigente em abril de 2004, mês em que foi realizada a pesquisa de campo, mais precisamente a aplicação dos questionários nos domicílios de baixa renda em Lagoinha, sendo este o mesmo critério utilizado pelo PNUD para mapeamento da pobreza, divulgado no Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, em 2003, o qual considerou linha de pobreza o valor correspondente à metade de um salário mínimo.

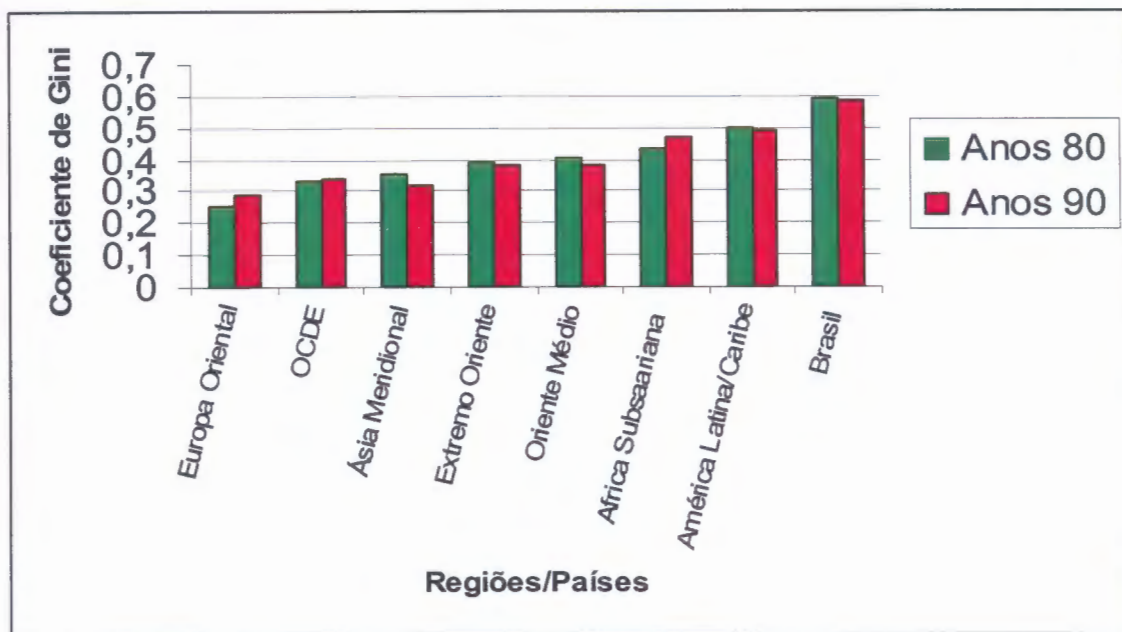
Sobre a importância da escassez de recursos na determinação da pobreza brasileira, BARROS (2000) faz sua avaliação a partir de três critérios: uma comparação do Brasil com o resto do mundo, uma análise da estrutura da renda média do país e, finalmente, um exame do padrão de consumo médio da família brasileira, concluindo que o Brasil, apesar de dispor de um enorme contingente de sua população abaixo da linha de pobreza, não pode ser considerado um país pobre, não residindo a origem dessa pobreza na escassez de recursos, devendo ser investigada sobre outros aspectos.

Ao comparar a renda *per capita* brasileira com a linha de pobreza nacional, pode-se associar a intensidade da pobreza à concentração de renda. Caso se faça uma redistribuição mais eqüitativa dos recursos do país, certamente se terá um impacto relevante sobre a pobreza, pois se dispõe de uma renda *per capita* bastante superior à linha de pobreza.

A desigualdade de renda já faz parte da história do Brasil. Nos últimos 20 anos, o país vem mantendo uma renda *per capita* relativamente elevada ao mesmo tempo em que mantém grandes contingentes de sua população abaixo da linha de pobreza. Essa desigualdade brasileira é conhecida tanto pela sua intensidade quando por sua estabilidade, mantendo-se inerte, resistindo às mudanças estruturais e conjunturais das últimas décadas, atravessando impassível o regime militar, governos democraticamente eleitos e incontáveis laboratórios de política econômica, além de crises políticas, econômicas e internacionais.

A medida mais comumente aplicada à análise da distribuição de renda de um país é o coeficiente de Gini, que varia entre zero e um, sendo que quanto maior o seu valor, mais elevado é o nível de desigualdade. Com um coeficiente de Gini para a distribuição da renda total familiar *per capita*, cuja média, durante as duas últimas décadas, ficou em torno de 0,59, o Brasil continua ocupando posição de destaque internacional, como uma das sociedades mais desiguais do planeta, conforme sinaliza o Gráfico 2.1. Durante o mesmo período, a média latino-americana ficou entre 0,49 e 0,50 e a africana entre 0,43 e 0,47.

Gráfico 2.1 – Coeficiente de Gini - Brasil no contexto internacional: anos 80 e 90.



Em regiões mais igualitárias, mais precisamente no clube dos países ricos, o mesmo índice médio não ultrapassou de 0,34. Essas comparações estão sendo baseadas nos dados de DEININGER e SQUIRE (1996), citados por FERREIRA (2000).

Conforme mostra a Tabela 2.2, a evolução temporal da desigualdade brasileira não é animadora. Após crescer de forma evidente nas décadas de 60 e 70, o coeficiente de Gini permaneceu estável durante a maior parte dos anos 80, com pequenas reduções em 1984 e 1986, voltando a piorar com a inflação que se seguiu ao Plano Cruzado, atingindo o pico global da série (0,62) em 1989.

Na Região Nordeste e no Estado do Ceará, a situação, na série temporal analisada, foi ainda pior.

Em sua análise sobre pobreza e desigualdade no Brasil, BARROS (2000) expõe pontos de vista sobre estratégias governamentais de redução e combate à pobreza brasileira, as quais devem passar ou pelo crescimento da renda *per capita* ou pela distribuição mais igualitária da renda. Para isso, torna-se necessária a implementação de políticas eficazes de combate à pobreza.

Tabela 2.2 – Coeficiente de Gini – Brasil, Região Nordeste e Ceará – 1983-1999.

Anos	Brasil	Região Nordeste	Ceará
1983	0,59	0,58	0,59
1984	0,58	0,57	0,57
1985	0,59	0,59	0,62
1986	0,59	0,57	0,59
1987	0,60	0,61	0,61
1988	0,61	0,62	0,64
1989	0,62	0,64	0,65
1990	0,61	0,62	0,62
1992	0,58	0,59	0,60
1993	0,60	0,63	0,63
1994	0,60	0,60	0,62
1996	0,60	0,62	0,63
1997	0,60	0,62	0,62
1998	0,60	0,61	0,62
1999	0,59	0,60	0,61

Fonte: IBGE, Microdados da PNAD.

Na realidade, tem-se visto no Brasil, no entanto, a tradição de promoção do crescimento econômico, sem gerar resultados satisfatórios sobre a redução da pobreza. As políticas de crescimento econômico são necessárias para estimular a dinâmica sócioeconômica do país. Entretanto, para combater a pobreza, há de se implementar estratégias que confirmam prioridade à redução da desigualdade.

2.2 Qualidade de vida como indicador de desenvolvimento humano

Desde a metade do século passado, os profissionais de Ciências Sociais vêm envidando significativos esforços para desenvolver ferramentas de investigação para se poder avaliar, com efetividade, a capacidade das nações de satisfazerem as necessidades básicas dos

respectivos povos. Estes esforços são conhecidos como estudos de qualidade de vida, de bem estar social, de nível de vida, de bem estar humano, etc.

Em geral, todos os enfoques de avaliação de qualidade de vida têm buscado combinar diversos indicadores de bem estar social em índices que podem ser utilizados para análise comparativa em uma determinada nação. Dentro de cada nação, em particular, por exemplo, estes enfoques de investigação são utilizados para avaliar as necessidades sociais de grupos específicos da população.

Contudo, a maior parte desses estudos de qualidade de vida passa por sérios problemas para o seu desenvolvimento, relacionados com falta de dados, dados incompletos, escassez de avaliadores e de outros profissionais habilitados para realizarem tais estudos, a exemplo de estatísticos.

Devido aos problemas encontrados em realizar estudos comparativos de qualidade de vida em grande escala, uma das prioridades urgentes dos profissionais de Ciências Sociais tem sido o desenvolvimento de novas ferramentas de análise para serem utilizadas na avaliação do grau de sucesso nacional e internacional no cumprimento das necessidades básicas da sempre crescente população mundial. Estas ferramentas são necessárias para oferecer aos governos, gestores de políticas públicas, profissionais de Ciências Sociais, etc, uma fonte contínua de informações confiáveis para serem utilizadas quando da formulação de políticas de desenvolvimento. A existência dessas ferramentas de análise se torna necessária no momento em que podem dar subsídios aos governos quando do estabelecimento de prioridades entre diferentes alternativas de implementação das políticas de desenvolvimento.

A construção de qualquer indicador de qualidade de vida passa necessariamente pela compreensão do conceito de desenvolvimento, o qual tem evoluído ao longo do tempo como um processo que inclui os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais do ser humano, visto de forma conjunta ou isolada por diversas abordagens.

Segundo BARROS et al., (1980), citado por FERNANDES (1997), nas décadas de 50 e 60, o desenvolvimento, em termos estritamente econômicos, significava a capacidade de

crescimento de uma economia nacional, que teria como resultado o aumento da renda real *per capita* e, conseqüentemente, a melhoria dos níveis de consumo de sua população.

Infelizmente, segundo TODARO (1979), também citado por FERNANDES (1997), a experiência dos anos 50 e 60, quando um grande número de países do Terceiro Mundo alcançou de fato as metas de crescimento global, sem que com isso se alterassem os níveis de vida das massas populacionais, demonstrou que alguma coisa estava errada, tendo em vista que as medidas de renda *per capita* ou taxas de crescimento ignoram variações e alterações do sistema produtivo, sendo que variações em renda indicam crescimento e não necessariamente desenvolvimento.

Na concepção de LEMOS (1999), desenvolvimento é um conceito complexo que envolve uma grande quantidade de elementos para o seu entendimento. O crescimento seria aferido apenas por indicadores de quantidade, por exemplo, o produto agregado nas suas diferentes formas de expressão (PIB, PNB, Renda Nacional, etc), ou destes agregados aferidos em termos médios.

A literatura é rica em definições para desenvolvimento econômico. Dentre estas definições, encontra-se uma que parece ser capaz de sintetizar tudo o que possa ser dito sobre este complexo conceito. Na definição de GARCIA (1995), citado por LEMOS (1999), desenvolvimento 'é o resultado de um processo global de transformações revolucionárias nas relações de produção e nas condições históricas de vida de uma sociedade em suas diversas e interrelacionadas dimensões: econômica, social e cultural'.

LEMOS (1999) ressalta que os indicadores de quantidade (PIB, PNB, Renda Nacional, etc) isoladamente não são capazes de aferir os níveis de bem-estar e de qualidade de vida, haja vista que alguns, ou todos eles, podem estar associados a uma grande desigualdade social.

Pelo conceito de desenvolvimento econômico, deveria haver uma participação equitativa da sociedade no produto expresso nesses indicadores de quantidade. Adicionalmente, esta maior participação deveria vir acompanhada de melhores padrões de qualidade de vida que seriam aferidos por indicadores sociais tais como: maior esperança de vida ao nascer,

elevado padrão de educação, acesso a serviços básicos de água potável e saneamento, segurança alimentar, liberdades políticas, igualdade de oportunidades, dentre outros.

A abordagem social do conceito de desenvolvimento acrescenta à econômica a importância da promoção humana, pois aquela abordagem considera uma melhor divisão do trabalho, do emprego, da melhor utilização dos recursos naturais e do capital, garantindo a dignidade e respeito humanos. Ainda segundo TODARO (1979), citado por FERNANDES (1997), o crescimento econômico deve ser visto como uma condição necessária porém não suficiente para a melhoria da qualidade de vida, não se podendo dissociar qualidade de vida de desenvolvimento econômico.

Embora não exista uma conceituação clara e universal do que seja qualidade de vida, esta questão tem se tornado uma preocupação mundial crescente nos últimos anos. Este é o ponto de vista de NAHAS & MARTINS (1995), citado por MONTE (1999), que argumenta ainda que, na prática, qualidade de vida vem sendo identificada com satisfação de um espectro de necessidades humanas básicas que assegurem um certo “nível de vida” de uma população.

PEREIRA (2002: 57), em seu relato sobre as tentativas de especificação de necessidades humanas básicas, afirma que alguns autores hierarquizam as necessidades a partir de uma dimensão primária, que pode ser biológica ou psicológica. Outros encaram não só como fenômeno passivo, mas também ativo, ou com motivação em busca do preenchimento de alguma falta de recursos.

Uma das classificações mais conhecidas das necessidades humanas é a de Maslow, que hierarquiza as necessidades tendo como base os carecimentos psicológicos dos indivíduos. A partir da satisfação desses carecimentos, outros de natureza distinta, vão sendo escalonados, como segurança, amor, pertencimento, estima, conhecimento, realização pessoal, etc.

Segundo LIMA (1982: 22), citado por PEREIRA (2002), ‘vãos têm sido os esforços do investigador quando procura encontrar nos textos institucionalizados alguma teoria ou intento de estudo rigoroso das necessidades’. Quando não as negam, os estudos disponíveis

estão mais preocupados em identificá-las empiricamente, tendo como parâmetro as diferentes dimensões da vida humana: física ou biologia, social, cultural, política, psicológica, moral e afetiva.

Identificando como condição biológica, surgiu o conceito das necessidades naturais, vitais ou de sobrevivência, como sinônimo de necessidades básicas. PEREIRA (2002) afirma que tais necessidades naturais sempre estiveram garantidas nas sociedades primitivas, pré-capitalistas, mas, no capitalismo – fase avançada do desenvolvimento científico e tecnológico – elas nunca foram resolvidas.

Durante muito tempo, utilizou-se a prática de medir o bem-estar de uma população pelo tamanho de seu PIB *per capita*. No entanto, as condições de vida de uma população não podem ser avaliadas apenas pela dimensão econômica. Por isso, buscam-se constantemente medidas sócioeconômicas mais abrangentes, que incluam outras dimensões fundamentais da vida e da condição humana.

A definição do nível de vida deve ser entendida como um estado atual de suas condições concretas de vida e não como um estado desejado ou esperado. Entende-se por nível de vida da população, em uma dada unidade de tempo e em uma dada unidade de espaço, o grau de satisfação das necessidades materiais e culturais das economias domésticas, obtido, no sentido de garantia dessa satisfação, através do fluxo de mercadorias e de serviços pagos e dos fluxos do fundo de consumo coletivo.

O primeiro documento, elaborado em 1990, que serviu de base e ponto de partida para uma série de relatórios ou informes subseqüentes, publicados anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, ateu-se à definição, medição e análise das políticas de desenvolvimento humano, partindo do pressuposto de que não há um vínculo direto e automático entre esse tipo de desenvolvimento e o desenvolvimento econômico. Além disso, apresentou um conjunto de indicadores que passaram a compor o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, o qual, com algumas modificações, foi mantido até 1998.

A partir de 1999, o cálculo do IDH pautou-se por uma metodologia diferente da adotada nos anos precedentes, considerando os efeitos sócioeconômicos do rápido e crescente processo de globalização da economia. Nesse cálculo, os ganhos no padrão de vida de cada cidadão passaram a ter maior relevância, o que conduziu à conclusão de que as desigualdades sociais e econômicas avançam aceleradamente e de forma globalizada. Com a nova metodologia, o IDH de vários países piorou. O Brasil que, em 1998, ocupava o 62º lugar no *ranking* mundial, com um IDH de 0,809, apareceu, em 1999, em 79º, com um índice de desenvolvimento humano de 0,739.

O cálculo do IDH combina os seguintes componentes básicos de desenvolvimento humano:

- a) a longevidade, que também reflete, entre outras coisas, as condições de saúde da população, medida pela esperança de vida ao nascer (o número de anos que viveria uma criança recém-nascida, se os padrões de mortalidade prevalentes no tempo de seu nascimento, se mantivessem os mesmos ao longo de sua vida);
- b) o grau de conhecimento, medido por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos (número de pessoas de quinze ou mais anos de idade, que são capazes de ler e escrever, dividido pelo total de pessoas com quinze ou mais anos de referência, expressa em percentagem) e taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino fundamental, médio e superior (somatório das pessoas matriculadas no ensino fundamental, no ensino médio e no ensino superior, dividido pelo número de pessoas com idade de sete a vinte e dois anos no ano de referência, expresso em percentagem); e
- c) a renda, medida pelo poder de compra da população, baseada no PIB *per capita* (Produto Interno Bruto dividido pela população total do ano de referência) ajustado ao custo de vida local, para torná-lo comparável entre países, através da metodologia conhecida como paridade do poder de compra.

O IDH se situa entre os valores de zero e um, sendo que quanto mais próximo de um mais alto será o nível de desenvolvimento humano de um país. Para classificar os países em três grandes categorias, o PNUD estabeleceu as seguintes faixas:

- a) países com baixo desenvolvimento humano, quando o IDH for menor que 0,500;
- b) países com médio desenvolvimento humano, para os valores entre 0,500 e 0,800; e
- c) países com alto desenvolvimento humano, quando o índice for superior a 0,800.

Na concepção do PNUD, o acesso à renda é apenas um dos componentes do desenvolvimento e, por isso, não é considerado um fim em si mesmo, mas um meio de adquirir bem estar humano, que inclui: uma vida prolongada, conhecimento, liberdade política, segurança pessoal, participação cumulativa e direitos humanos garantidos (PEREIRA, 2002).

O desenvolvimento humano é, portanto, entendido pelo PNUD como um processo de ampliação de oportunidades, no qual as pessoas, tanto individual como coletivamente, possam desenvolver todos os seus potenciais e levar uma vida produtiva conforme suas necessidades e interesses.

Com base no IDH estabelecido pelo PNUD, outros índices foram desenvolvidos para se realizar estudos similares.

SCHWARTZMAN (1974), citado por FERNANDES (1997), dá ênfase ao fato de que a maioria dos esforços para dimensionar a qualidade de vida de uma dada população se restringe apenas à mensuração de variáveis do tipo negativo, que se referem à carência: deficiência alimentar, ausência de serviços, mortalidade infantil, má condição de moradia, etc. Essas variáveis não consideram, na formação de indicadores de qualidade de vida, o nível de satisfação da população estudada. Esse problema, conforme a mesma citação, poderá levar ao esfacelamento desses indicadores, quando certos padrões de um determinado indicador são atingidos, e não é mais possível considerar o crescimento desse

indicador, já que teria sido alcançado o seu mais alto valor, refletindo, assim, “plenitude de vida”, ou um ideal de satisfação.

Uma concepção de qualidade de vida que focalize apenas a posse de bens e o acesso a serviços, sem considerar as pessoas, inevitavelmente negligencia a conversão desses em satisfação para atender as necessidades e retira dos seres humanos o direito de serem juízes de sua própria qualidade de vida. A importância deste aspecto fica posta quando se considera a questão do relativismo dos valores de cada indivíduo ou de cada família (MONTE, 1999).

O conceito de qualidade de vida deve ter como preocupação o bem-estar do ser humano, podendo assim ter o potencial de apontar novas diretrizes para os programas de desenvolvimento e surgiu como forma de reação à insatisfação com medidas e indicadores pura e exclusivamente econômicos. Este conceito encerra a convicção de que as medidas econômicas sozinhas são incapazes de refletir a totalidade da existência humana, como também reconhece a existência de outros fatores para uma existência de uma vida humana plena e satisfatória.

Segundo GUERREIRO & HOYOS (1983), citados por MONTE (1999), a qualidade de vida está relacionada com opções econômicas e com o tipo de necessidades familiares e pessoais do indivíduo. A qualidade de vida nos estratos mais afluentes da sociedade deve ter características e componentes diferentes da qualidade de vida dos setores mais pobres, condicionando-se, desta forma, o conceito de qualidade de vida ao tipo de população estudada.

Neste trabalho, procurou-se adaptar os vários conceitos e mensurações existentes sobre qualidade de vida, considerando-se as necessidades humanas, físicas ou secundárias e socialmente determinadas, de tal forma que, se obtivesse uma medida que refletisse mais de perto a qualidade de vida de uma população de baixa renda residente num distrito beneficiado com projetos de infra-estrutura básica e serviços públicos, considerando-se, a exemplo de FERNANDES (1997) e MENDES SEGUNDO (1998), tanto o atendimento às necessidades como o grau de satisfação da população com referência a este atendimento.

Capítulo 3

Lagoinha – o ambiente da pesquisa

3.1 O Ceará no contexto nacional e regional

Conforme mostra a Figura 3.1, o Estado do Ceará compõe um dos nove estados da Região Nordeste, possuindo uma área geográfica de 146.348 km², 184 municípios, população residente de 7.430.661 habitantes, sendo que 71,5% residente nas zonas urbanas, e densidade demográfica de 50,91 hab/km² (IBGE, Censo 2000).

Figura 3.1 – Posição geográfica do Estado do Ceará.



Ao longo da década de 90, a população cearense seguiu trajetória evolutiva muito semelhante à nacional, com redução da base da pirâmide etária, aumento da proporção de idosos e ampliação da esperança de vida. A taxa anual de crescimento demográfico

verificado, entre 1991 e 2000, foi superior à média nacional (de 1,7% e 1,6 %, respectivamente). Essa taxa foi inferior, porém, àquelas verificadas na duas décadas anteriores, que tiveram taxa média de 1,8% ao ano. A taxa de urbanização no Estado cresceu 9,4%, passando de 65,4%, em 1991, para 71,5% em 2000. Nesse ano, sua população representava em torno de 4,4% da população do país.

Em seu conjunto, essas mudanças afetaram o perfil etário, mas a população cearense ainda é muito jovem, possuindo metade de seus habitantes até 22 anos de idade.

No período 1991-2000, a taxa de mortalidade infantil do Estado diminuiu em torno de 34,4%, passando, por um mil nascidos vivos, de 63,13, em 1991, para 41,43, em 2000, e a esperança de vida ao nascer cresceu seis anos, passando de 61,7 anos, em 1991, para 67,7 anos em 2000.

Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, entre 1992 e 1999, a taxa de escolarização das crianças com idade entre sete e quatorze anos saltou de 80,8% para 95,0%. Para os jovens com idades de quinze a dezessete anos, o resultado é semelhante, colocando o Ceará como o estado da Região Nordeste que possui maior proporção de jovens na escola, registrando um percentual de 79,3%.

Em relatório do UNICEF (2000), o Estado do Ceará é um dos destaques, assumindo a décima oitava posição no *ranking* nacional do Índice de Desenvolvimento Infantil. Na área de saúde, o Ceará faz parte do seletor grupo de oito estados com cobertura vacinal plena, contemplando as vacinas contra poliomielite, BCD-ID, sarampo e DTP. O Estado apresenta a segunda menor incidência de gestantes sem atendimento pré-natal da Região Nordeste.

Segundo dados do IPECE (2000), no que se refere ao trabalho infantil, o nível de ocupação daqueles com idade entre dez e quatorze anos, caiu de 29,9% em 1992 para 24,6% em 1999, reduzindo a incidência de trabalho infantil.

Ainda de acordo com dados do IPECE e IBGE, referente à oferta de serviços básicos, o nível de abastecimento de água adequado saltou de 42,7% em 1991, para 60,8%, em 2000.

Esse esforço beneficiou cerca de 500 mil domicílios e foi o segundo maior crescimento verificado no Brasil. A cobertura de esgotamento sanitário nos centros urbanos seguiu a mesma trajetória, com ampliação do indicador de 79,4% para 90,0% no mesmo período. Somente as ligações sanitárias à rede coletora beneficiaram mais de um milhão de pessoas.

Na segunda metade da década, cerca de 130 mil domicílios rurais foram beneficiados com a ligação à rede geral de energia elétrica, com resultados na qualidade de vida dessas famílias.

Segundo relatórios do Governo do Estado, a melhoria de qualidade de vida e o desenvolvimento do capital humano foram complementados por políticas que estão transformando a base econômica do Estado. Hoje, o Ceará é um dos produtores nacionais de flores, e, além dos produtos já tradicionais (calçados, camarão, confecções e embalagens), produz também *smart cards*, *no-breaks* e *softwares*. Indústrias, como as dos setores alimentício e têxtil, consolidam-se com nível de competitividade global. Nesse panorama, foi instalado um agressivo programa de promoção do Estado, tendo sido responsável pela atração de empresas, gerando mais de 52 mil empregos diretos e quase 210 mil indiretos. A cadeia do turismo e do entretenimento foi reforçada com a implantação de equipamentos e novas formas de organização.

A infra-estrutura recebeu importantes reforços com a construção do novo Aeroporto Pinto Martins, do Porto do Pecém e com a modernização de rodovias no Estado. Os serviços de telecomunicações e energia, hoje sob controle privado, foram modernizados e atingem ampla cobertura.

Apesar desses indicadores otimistas, a desigualdade de renda presente no Ceará é um dos problemas históricos e estruturais que, em certa medida, é fruto das diferenças de produtividade econômica entre as cidades e o campo. De acordo com as informações do IBGE, no último censo, a renda rural é de apenas 30,0% do valor da renda urbana no Ceará. A renda *per capita* média do Estado cresceu 37,2%, passando de R\$ 113,86 em 1991 para R\$ 156,24 em 2000. A pobreza, medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000 (IBGE, Censo 2000), diminuiu 16,5%, passando de 68,2% em 1991

para 57,0% em 2000. A desigualdade cresceu, tendo o coeficiente de Gini passado de 0,65, em 1991, para 0,68, em 2000.

Conforme se pode observar pelos dados da Tabela 3.1, o PIB do Ceará apresentou evolução de 42,8% no período 1990-2000, indicando uma taxa média anual de 3,20%, contra um desempenho da economia brasileira de 30,40% e 2,44% respectivamente (Governo do Estado do Ceará – Secretaria da Fazenda, 2004 e IPECE, 2002).

No que se refere ao acesso aos serviços básicos, a utilização de água encanada nos domicílios, no Estado do Ceará, cresceu em torno de 48,8%, de forma que 40,0% dos domicílios, em 1991, dispunham de água encanada. Em 2000, esse percentual subiu para 59,5%. A utilização de energia elétrica era praticada por 65,8% dos domicílios em 1991, tendo esse percentual passado para 88,3% em 2000, registrando um aumento de 34,2%.

Tabela 3.1 – **Brasil e Ceará – Taxa de crescimento anual do produto interno bruto (1989 – 2000) em %.**

Anos	Brasil	Ceará
1989	-0,03	-0,25
1990	0,62	1,48
1991	0,00	8,19
1992	5,51	2,03
1993	5,19	0,72
1994	3,00	6,25
1995	3,24	1,52
1996	3,82	3,93
1997	0,12	3,62
1998	0,60	1,24
1999	0,80	2,94
2000	4,18	4,55
1990-2000	30,40	42,80
Média	2,44	3,29

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, 2003.

Em 1997, conforme mostra a Tabela 3.2, o PIB *per capita* do Ceará indicava o valor equivalente a US\$ 2,286.64 e chegava ao valor equivalente a US\$ 1,526.60, em 2000, indicando recuo de 33%. Parte deste decréscimo ocorreu devido à própria desvalorização cambial nos últimos anos referidos.

Tabela 3.2 – Ceará – Produto Interno Bruto *per capita* (em US\$).

Anos	PIB <i>per capita</i>
1997	2.286,64
1998	2.242,13
1999	1.464,70
2000	1.526,60

Fonte: IBGE. PIB *per capita* em dólares calculados utilizando a taxa de câmbio média para o período.

Em torno de 37,1% dos domicílios dispunham de geladeira em 1991, passando esse percentual para 61,5%, em 2000. Quando ao uso de televisão nos domicílios, foi registrado um acréscimo de 73,0% no mesmo período, de forma que 44,8% dos domicílios dispunham, em 1991, de televisão, passando esse percentual, em 2000, para 77,5 (IBGE, 2000).

No período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do Ceará cresceu 18,04%, passando de 0,593, em 1991, para 0,700 em 2000. Essa performance provocou uma mudança no *ranking* dos estados brasileiros, passando o Ceará da 23ª para 19ª posição. Segundo a classificação do PNUD, o Estado está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8).

A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 52,3%, seguida da Longevidade, com 31,2% e pela Renda, com 16,3%. Neste período, a distância entre o IDH do Estado e o limite máximo do IDH, ou seja, 1 – IDH, foi reduzido em

26,3%. Se mantivesse essa taxa de crescimento do IDH-M, o Estado levaria 9,8 anos para alcançar Distrito Federal, a Unidade da Federação com o melhor IDH-M do Brasil (0,844).

Em 2000, dentre os municípios do Estado do Ceará, o município com melhor índice era Fortaleza, com um valor de 0,786, e o município com o pior valor era Barroquinha, com um valor de 0,551.

Conforme mostram os dados da Tabela 3.3, em 1991, dos 184 municípios do Estado, nenhum tinha valor de IDH-M entre 0,2000 e 0,350. Um total de 80 municípios, equivalente a 43,5%, tinha um valor de IDH-M entre 0,350 e 0,500. Com IDH-M entre 0,500 e 0,650, havia 103 municípios, equivalente a 56,0%. Apenas um município tinha um valor de IDH-M entre 0,500 e 0,800 e nenhum município tinha um valor entre 0,800 e 1,000.

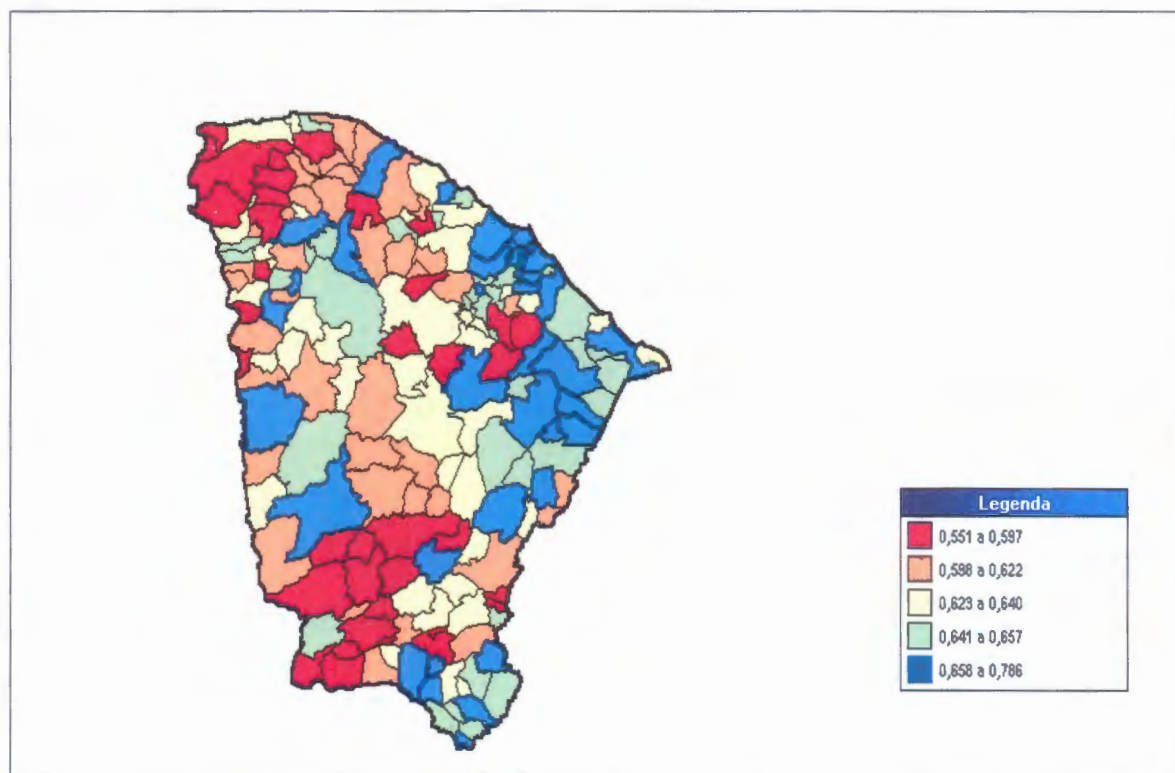
Tabela 3.3 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal no Estado do Ceará, em 1991 e 2000.

Valores	1991		2000			
	Municípios	%	População	Municípios	%	População
- 0,200 a 0,350	0	(0,0%)	0	0	(0,0%)	0
- 0,350 a 0,500	80	(43,5%)	1.446.247	0	(0,0%)	0
- 0,500 a 0,650	103	(56,0)	3.151.767	131	(71,2%)	2.773.398
- 0,650 a 0,800	1	(0,5%)	1.768.637	53	(28,8%)	4.657.263
- 0,800 a 1,000	0	(0,0%)	0	0	(0,0%)	0
Total	184 (100,0%)		6.366.651	184 (100,0%)		7.430.661

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2003 (PNUD, 2004).

Com relação a 2000, ainda com base na Tabela 3.3, como também mostra a Figura 3.2, dos 184 municípios do Estado, nenhum tinha valor de IDH-M entre 0,2000 e 0,350. Também nenhum município registrou um valor de IDH-M entre 0,350 e 0,500. Com IDH-M entre 0,500 e 0,650, havia 131 municípios, equivalente a 71,2%. Um total de 53 municípios, equivalente a 28,8% tinha um valor de IDH-M entre 0,500 e 0,800 e nenhum município tinha um valor entre 0,800 e 1,000.

Figura 3.2 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000. Municípios do Estado do Ceará.

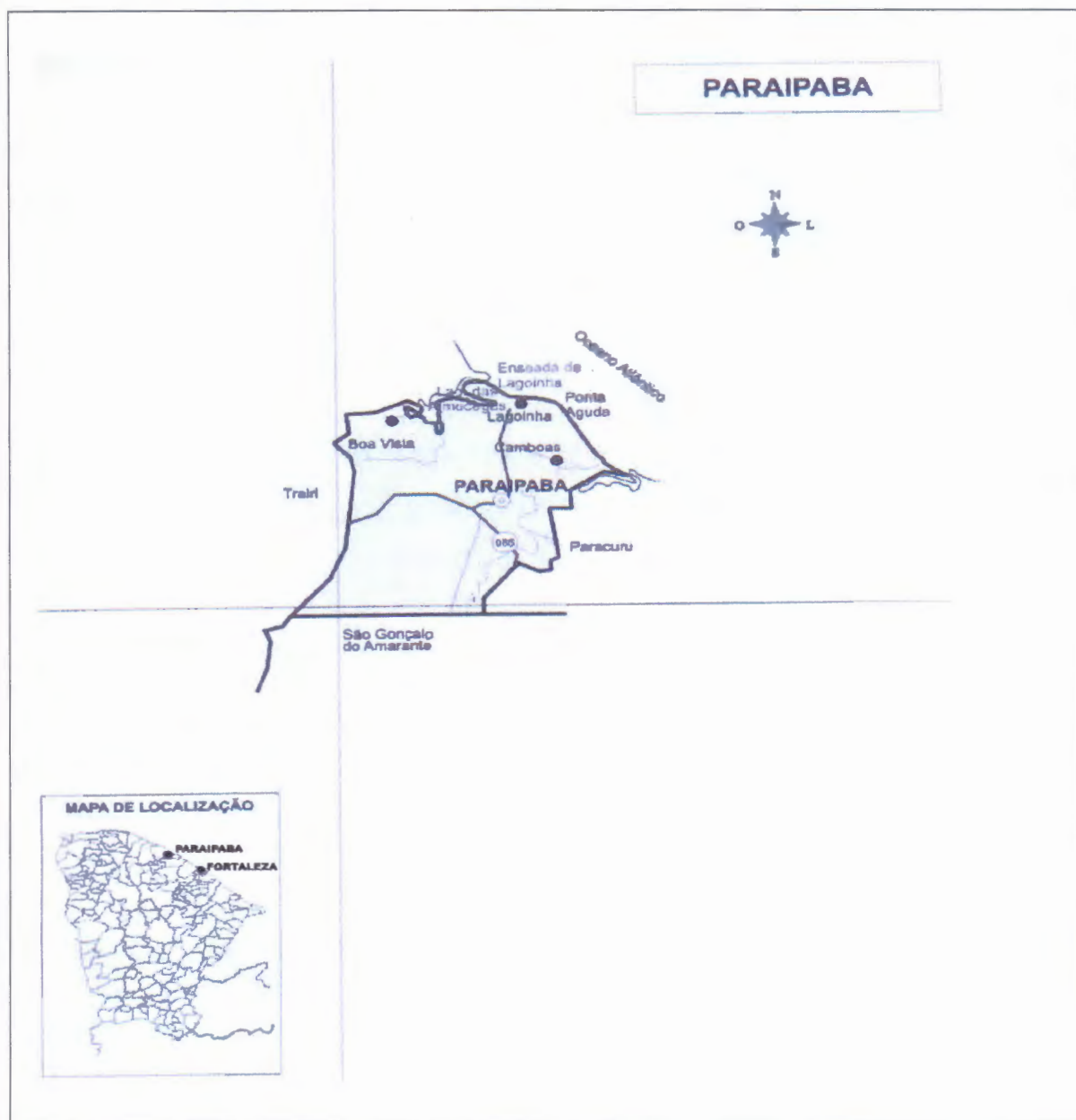


3.2 Paraipaba no contexto estadual

O município de Paraipaba, criado em 1985, possui área de 314,1 km² e densidade demográfica de 80,6 hab/km². Conforme se pode observar pela Figura 3.3, Paraipaba localiza-se no litoral oeste, ao norte do Estado do Ceará, mais precisamente na microrregião Baixo Curu, distanciando-se em torno de 80 km de Fortaleza, limitando-se ao norte com o Oceano Atlântico e município de Trairi, ao sul, como os municípios de São Gonçalo do Amarante e Paracuru, a Leste como o Oceano Atlântico e município de Paracuru e a oeste como o município de Trairi.

A divisão territorial de Paraipaba abrange quatro distritos, a saber: Paraipaba (sede), Boa Vista, Camboas e Lagoinha.

Figura 3.3 – Posição geográfica do município de Paraipaba (CE).



Conforme mostram os dados da Tabela 3.4, a população total do município passou de 19.791 habitantes, em 1991, para 25.462 habitantes em 2000, registrando-se uma taxa de crescimento anual de 2,95%. A taxa de urbanização cresceu 25,70%, passando de 39,62%, em 1991, para 49,80% em 2000. Nesse ano, a população do município representava 0,34% da população do Estado do Ceará, e 0,01% da população do país.

Tabela 3.4 – População residente em Paraipaba-CE, em 1991 e 2000.

Discriminação	1991		2000	
	Número	%	Número	%
Total	19.791	100,0	25.462	100,0
Urbana	7.841	39,6	12.680	49,8
Rural	11.950	60,4	12.782	50,2
Homens	10.187	51,5	13.090	51,4
Mulheres	9.604	48,5	12.372	48,6

Fonte: IBGE: Censos 1991 e 2000.

O município, no ano de 2000, possuía um total de 5.677 domicílios, sendo 2.987 (52,6%) localizados na área urbana e 2.690 (47,4%) localizados na área rural. A média de moradores por domicílios, em 2000, foi de 4,44. No Estado do Ceará, no mesmo ano, essa média registrou um número de 4,21 (IBGE, Censo 2000).

Conforme dados da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, o município de Paraipaba contava, no ano de 2002, com 15 unidades de saúde instaladas, distribuídas conforme a Tabela 3.5.

Tabela 3.5 – Unidades de saúde instaladas no município de Paraipaba (2000).

Tipo de Unidade	Quantidade	%
Total	15	100,0
Unidades de saúde	14	93,3
Posto de saúde	2	13,3
Centro de saúde	1	6,7
Unidade mista	1	6,7
Unidade de vigilância sanitária	1	6,7
Unidade de saúde da família	7	46,7
Outras	2	13,3
Hospitais	1	6,7

Fonte: Secretaria de Saúde do Estado do Ceará (SESA).

Além das unidades de saúde, o município contava, ainda, no mesmo ano, com o Programa Agentes de Saúde, contemplando 49 profissionais de saúde, distribuídos em todo o município, realizando acompanhamento das famílias, mais precisamente as de baixa renda, cujos resultados têm sido mais observados na população infantil.

No segmento de educação, o município contava, em 2002, conforme dados da Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará, com 42 escolas, sendo três escolas da rede de ensino estadual, 33 escolas municipais e seis escolas privadas.

Com relação à infra-estrutura do município, no que se refere ao saneamento básico, conforme dados da Tabela 3.6 e Tabela 3.7, o abastecimento de água, em 2002, contemplava 2.368 ligações reais de água, com uma rede de distribuição de 22.468 metros.

Tabela 3.6 – **Abastecimento de água em Paraipaba-CE (2000).**

Especificação	Município	Estado	% sobre o total do Estado
Ligações reais	2.368	1.008.196	0,23
Rede de distribuição (m)	22.468	8.127.887	0,28
Volume produzido	403.652	278.933.773	0,14

Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará (CAGECE).

No mesmo ano, o município contava com 798 ligações reais de esgotamento sanitário, com uma rede coletora de 13.737 metros.

Tabela 3.7 – **Esgotamento sanitário em Paraipaba-CE (2000).**

Especificação	Município	Estado	% sobre o total do Estado
Ligações reais	798	327.769	0,24
Rede de distribuição (m)	13.737	3.145.998	0,44

Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará (CAGECE).

Conforme dados publicados pelo PNUD, em Paraipaba (CE), a pobreza, medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000 (IBGE: Censo 2000), diminuiu 3,45%, passando de 73,4% em 1991 para 70,9% em 2000. No mesmo período, a renda per capita média cresceu 14,5%, passando de R\$ 73,86 para R\$ 84,54, concluindo-se que a desigualdade também cresceu. O coeficiente de Gini, do município, passou de 0,55, em 1991, para 0,58, em 2000.

A partir de dados publicados pelo IPECE e PNUD, conforme mostra a Tabela 3.8, o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDH-M) do município de Paraipaba cresceu 18,09%, passando de 0,564, em 1991, para 0,666 em 2000, sendo, nesse ano, o melhor IDH-M dentre os demais municípios da microrregião Baixo Curu (São Gonçalo do Amarante e Paracuru). A dimensão que mais contribuiu para o crescimento do IDH-M de Paraipaba foi *educação*, com 50,8%, seguida pela *longevidade*, com 42,0% e pela *renda*, com 7,2%. Neste período, a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, foi reduzido em 23,4%.

Mantida essa taxa de crescimento do IDH-M, o município de Paraipaba (CE) levaria 16,8 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), por exemplo, o município com o melhor IDH-M do Brasil (0,919), e 8,6 anos para alcançar Fortaleza (CE), o município com o melhor IDH-M do Estado do Ceará (0,786).

Tabela 3.8 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) em 1991 e 2000.

Local	IDH-M 1991	IDH-M 2000
Brasil	0,696	0,766
Estado do Ceará	0,593	0,700
Fortaleza (CE) – melhor IDH-M do Ceará	0,717	0,786
Barroquinha (CE) – pior IDH-M do Ceará	0,403	0,551
Paraipaba (CE) – Baixo Curu	0,564	0,666
São G. do Amarante (CE) – Baixo Curu	0,523	0,639
Paracuru (CE) – Baixo Curu	0,538	0,641

Fonte: IPECE/PNUD.

Segundo a classificação do PNUD, o município de Paraipaba está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano, com IDH entre 0,5 e 0,8. Em relação aos outros municípios do Estado, Paraipaba ocupa a 31a. posição, sendo que 30 municípios, equivalente a 16,3% do total de municípios cearenses estão em situação melhor e 153 municípios, equivalentes a 83,7% desse total estão em situação pior ou igual.

3.3 O distrito de Lagoinha, Paraipaba (CE)

O distrito de Lagoinha, oficialmente criado em 1995, está situado a cerca de 11 km da sede do município de Paraipaba (CE) e a 100 km de Fortaleza (CE). No distrito está localizada a conhecida Praia de Lagoinha, se destacando como um destino turístico reconhecido no litoral cearense. Conforme se pode verificar na Tabela 3.9, a população do distrito, conforme informações do IBGE, levantadas no Censo 2000, é composta por 2.280 habitantes, sendo 1.272 habitantes residentes na área urbana do distrito, distribuídos em 265 domicílios particulares permanentes e 1.008 habitantes residentes na área rural, distribuídos em 204 domicílios particulares permanentes.

O distrito mantém aspectos primitivos e intocáveis da natureza praiana, que despertam interesses de turistas nacionais e estrangeiros.

Tabela 3.9 – Quantidade de domicílios no distrito de Lagoinha, por estrato (urbano e rural) - 2000.

Localização	Total de habitantes	Número de domicílios
Área urbana	1.272	265
Área rural	1.008	204
Total	2.280	469

Fonte: IBGE: Censo 2000.

Tendo em vista a inexistência de indicadores disponíveis, especificamente para o distrito de Lagoinha, estão sendo considerados, para fins de comparação com os resultados gerados por esta pesquisa, os indicadores do município de Paraipaba (CE), constantes do item 3.2, retro.

Capítulo 4

Desenho do estudo

Este capítulo apresenta a origem e a forma de coleta de dados, o tamanho da amostra e os métodos de análise.

Relativamente ao estudo dos objetivos específicos, foram utilizados métodos distintos de análise. Para o perfil sócioeconômico da população de baixa renda do distrito de Lagoinha, a análise foi feita de forma descritiva e tabular. Quanto à análise da evolução do nível de qualidade de vida dessa população, utilizaram-se os indicadores formadores do Índice de Qualidade de Vida, quais sejam: *saúde, condições sanitárias, educação, condições de moradia, acesso a bens duráveis e recreação ou lazer*, na forma apresentada no item 4.2 - Procedimento para a formação do Índice de Qualidade de Vida – IQV.

4.1 Definição e operacionalização das variáveis na identificação do perfil sócio-econômico da população de baixa renda no distrito de Lagoinha

Para o estudo do perfil sócioeconômico da população de baixa renda, foram abordadas, no questionário, questões com as seguintes variáveis, através das quais se conheceram as características dos domicílios visitados e dos respectivos moradores, em cada domicílio:

4.1.1 Características dos domicílios

- a) *tipo de moradia* - casa, apartamento ou cômodo;
- b) *quantidade de cômodos existentes na moradia* – considerando-se todas as subdivisões da moradia, excluindo-se, no entanto, corredores e áreas externas (alpendres, varandas, áreas de serviço fora da moradia);
- c) *quantidade de cômodos utilizados pelos moradores como dormitório*;

- d) *propriedade da moradia* – se própria, já paga; própria, ainda pagando; alugada; emprestada por patrão; cedida, de outra(s) forma(s);
- e) *fonte de água utilizada na moradia* – se CAGECE, poço ou nascente, outra(s) fonte(s);
- f) *forma de abastecimento de água na moradia* – se canalizada em pelo menos um cômodo; canalizada só na propriedade ou terreno; não canalizada;
- g) *quantidade de banheiros existentes na moradia*;
- h) *forma de escoamento do aparelho sanitário* – se CAGECE; fossa; vala; rio, lago ou mar; outra(s) forma(s);
- i) *destino do lixo da moradia* – se coletado por serviço de limpeza pública; queimado na propriedade; enterrado na propriedade; jogado em terreno baldio ou logradouro; jogado em rio, lago ou mar; outro(s) destino(s);
- j) *disponibilidade na moradia de energia elétrica*; e
- k) *disponibilidade na moradia de telefone* - fixo instalado e/ou celular.

4.1.2 Características dos moradores

- a) *número de pessoas residentes na moradia*;
- b) *tempo (em anos) de residência na moradia, pela família*;
- c) *tempo (em anos) de residência em Lagoinha, pela família*;
- d) *sexo*;
- e) *idade*;
- f) *escolaridade*;
- g) *se estuda atualmente*;
- h) *se trabalha atualmente*;
- i) *setor em que trabalha*;
- j) *atividade desempenhada no setor de turismo, caso trabalhe neste segmento*; e
- k) *renda mensal obtida, data-base de março de 2004*.

4.2 Procedimento para a formação do Índice de Qualidade de Vida - IQV

Para se analisar a evolução dos níveis de qualidade de vida da população de baixa renda do distrito de Lagoinha, município de Paraipaba (CE), em função das ações do Prodetur/NE I, tomou-se por base o método adotado por FERNANDES (1997) e MENDES SEGUNDO (1998) para estudos de variações em níveis de qualidade de vida de sociedades específicas. Este método transforma variáveis qualitativas em quantitativas, através de valores numéricos (escores) e pesos, chegando ao índice de significância das variáveis sociais.

É importante acrescentar que o cálculo do IQV pode estar superestimado, uma vez que é composto por apenas seis indicadores para comparação da situação anterior, em 1997, e em 2004, depois das implementação dos projetos do Prodetur/NE I, em Lagoinha, quais sejam: a) projeto abastecimento de água e esgotamento sanitário; e b) modernização da rodovia de acesso Paraipaba/Lagoinha.

Assim, o modelo adotado para a formação do Índice de Qualidade de Vida da população de baixa renda do distrito de Lagoinha, em função das ações do Prodetur/NE I, estabelece, primeiramente, os indicadores sócioeconômicos que irão compor o índice. Para formar o IQV, atribuem-se escores e pesos às variáveis que compõem cada indicador. Com relação aos escores, foram estabelecidos valores de 1 a 4 para alguns componentes dos indicadores, valores de 1 a 5 para outros componentes, e valores de 1 a 6 para outros, tudo conforme o grau de complexidade e melhorias observados nos diversos aspectos abordados no questionário, conforme estabelecido no item 4.3 – Operacionalização das variáveis do Índice de Qualidade de Vida - IQV.

Foi atribuído, também, um peso relativo, pela própria população entrevistada, que pode variar de 1 a 3, conforme indicado abaixo, na determinação do grau de satisfação com relação a cada indicador que compõe o Índice de Qualidade de Vida – IQV, sendo:

- baixa satisfação 1
- média satisfação 2
- alta satisfação 3

O modelo adotado para a formação do IQV da população de baixa renda de Lagoinha estabeleceu os indicadores sócioeconômicos que compuseram o índice, quais sejam: *saúde, condições sanitárias, educação, condições de moradia, acesso a bens duráveis, condições de recreação ou lazer*, os quais foram compostos por variáveis mensuráveis.

Diferentemente do estudo realizado por FERNANDES (1997), não estão sendo considerados, para a formação do IQV da população de baixa renda de Lagoinha, os indicadores *comunicação, tampouco segurança no uso e preservação dos recursos naturais*, os quais foram utilizados na pesquisa realizada na reserva extrativista do rio Cajari, no Estado do Amapá.

Da mesma forma, não está sendo considerado, para a formação do IQV da população de baixa renda de Lagoinha, o indicador *condições alimentares* utilizado na formação do IQV dos irrigantes do projeto Jaguaribe-Apodi, no Estado do Ceará (MENDES SEGUNDO, 2000).

Neste trabalho, além de determinar o Índice de Qualidade de Vida geral (IQVg) incluindo toda a amostra da população de baixa renda de Lagoinha, independente de sua localização, se área rural ou urbana, foram também calculados os índices de qualidade de vida para a população de baixa renda residente na área rural (IQVr) e residente na área urbana (IQVu).

Para a amostra da população residente na área rural, além do IQVr, calcularam-se, ainda, os índices de qualidade de vida das três comunidades rurais visitadas no distrito, de onde foram coletados os dados, quais sejam: a) comunidade Penha (IQVpnh); b) comunidade Pedrinhas (IQVpds); e c) comunidade Lagoinha dos Gomes (IQVlg).

Da mesma forma, para a amostra da população residente na área urbana, além do IQVu, foram também calculados os índices de qualidade de vida das localidades (bairros) urbanos visitados, de onde foram coletados os dados, quais sejam: a) bairro Centro (IQVc); b) Vila Pôr do Sol (IQVps); e c) Vila Santa Luzia (IQVsl).

Esta subdivisão do Índice de Qualidade de Vida possibilitou saber qual o IQV mais satisfatório e, especificamente, qual a contribuição de cada indicador, como também as

principais causas das alterações do índice, dadas as características particulares de cada localidade visitada.

Em resumo, foram calculados nove índices de qualidade de vida para o distrito de Lagoinha, constantes da Tabela 4.1:

Tabela 4.1 – **Discriminação dos índices de qualidade de vida calculados no distrito de Lagoinha.**

Índice Geral	Área	Comunidades/bairros
Distrito (IQVg)	Rural (IQVr)	Penha (IQVpnh) Pedrinhas (IQVpds) Lagoinha dos Gomes (IQVlg)
	Urbana (IQVu)	Bairro Centro (IQVc) Vila Pôr do Sol (IQVps) Vila Santa Luzia (IQVsl)

O cálculo do IQV foi obtido a partir da fórmula apresentada abaixo, adotada por FERNANDES (1997) e MENDES SEGUNDO (1998). Num primeiro momento, calculou-se a contribuição de cada indicador para a formação do IQV. Aos componentes de cada indicador foram atribuídos valores (escores) e, posteriormente, efetuado o somatório dos escores, os quais foram multiplicados pelos respectivos pesos dados pelos entrevistados (grau de satisfação), transformados em valores numéricos. A contribuição de cada indicador é, portanto, o coeficiente entre o somatório dos escores multiplicados pelos pesos e divididos pelo somatório do escore máximo vezes o peso maior. O IQV é o somatório das contribuições de todos os indicadores considerados.

O resultado de cada contribuição dos indicadores que compõem o IQV da população de baixa renda pode ser analisado e comparado. O Índice de Qualidade de Vida pode ser avaliado em: elevado ou excelente, bom, regular ou ruim, conforme classificação a seguir:

- 1 --| 2 Índice ruim de qualidade de vida;
- 2 --| 3 Índice regular de qualidade de vida;
- 3 --| 4 Índice bom de qualidade de vida; e
- > 4 Índice elevado ou excelente de qualidade de vida;

Para quantificar o Índice de Qualidade de Vida da população de baixa renda no distrito de Lagoinha, predeterminou-se o seguinte:

$$IQV = \sum_{j=1}^z [Ci]$$

e

$$Ci = 1/n \sum_{j=1}^n \left[\sum_{i=1}^m Eij.Pij / \sum_{i=1}^m Emaxi.Pmaxi \right]$$

onde:

IQV = índice de qualidade de vida da população, definido para cada período, antes (1997) e depois (2004) das ações do Prodetur/NE I;

Ci = contribuição do indicador (i) para o IQV da população;

Eij = escore do i-ésimo indicador, obtido pelo j-ésimo domicílio entrevistado;

Pij = peso do i-ésimo indicador, obtido pelo j-ésimo domicílio entrevistado;

i = 1,2,... m indicadores;

j = 1,2, n domicílios entrevistados;

m = número de variáveis, em cada indicador;

Pmáxi = peso máximo do i-ésimo indicador;

Emáxi = escore máximo do i-ésimo indicador;

z = número de indicadores; e

n = número de domicílios entrevistados.

A mudança na qualidade de vida da população de baixa renda residente em Lagoinha foi definida pelo comportamento dos resultados obtidos, ou seja, através da diferença (Δ) observada entre o Índice de Qualidade de Vida da população antes, em 1997, e em 2004, depois da implementação dos projetos do Prodetur/NE I. Esta alteração foi avaliada da seguinte forma:

- a) estado de perda na qualidade de vida: $\Delta < 0$;
- b) estado de manutenção do nível de qualidade de vida: $\Delta = 0$; e
- c) ganho de qualidade de vida: $\Delta > 0$.

4.3 Operacionalização das variáveis do Índice de Qualidade de Vida - IQV

Os indicadores escolhidos para a composição do Índice de Qualidade de Vida da população de baixa renda no distrito de Lagoinha têm como base, como já mencionado, estudos efetuados por FERNANDES (1997) e MENDES SEGUNDO (1998), bem como a própria constatação empírica da realidade do estudo. Algumas variáveis compõem esses indicadores, apresentados a seguir, contemplando suas respectivas escores:

I. Saúde

Este indicador avalia o acesso aos serviços de saúde prestados à população de baixa renda residente em Lagoinha, seja no próprio distrito de Lagoinha, seja na sede do município de Paraipaba:

- a) Ausência de posto de saúde 1
- b) Atendimento por agente de saúde 2
- c) Posto de saúde com serviços básicos
(vacinação, primeiros socorros, maternidade)..... 3
- d) Hospital de rede pública 4
- e) Plano de saúde/atendimento particular 5

II. Educação

Este indicador mede o acesso aos serviços de educação prestados à população de baixa renda residente em Lagoinha, seja no próprio distrito de Lagoinha, seja na sede do município de Paraipaba:

a) Ausência de escolas	1
b) Escolas de 1º grau	2
c) Escolas de 2º grau	3
d) Escolas agrícolas	4
e) Faculdades	5

III. Condições de moradia (habitação)

Este componente mede as condições de moradia da população de baixa renda de Lagoinha, a saber:

III.I. Quantidade de cômodos existentes na moradia, considerando-se todas as subdivisões da moradia, excluindo-se, no entanto, corredores e áreas externas (alpendres, varandas, áreas de serviço externas, outras)

a) Até 02 (dois) cômodos.....	1
b) De 03 (três) a 04 (quatro) cômodos.....	2
c) De 04 (quatro) e 06 (seis) cômodos	3
d) Acima de 07 (sete) cômodos.....	4

III.II. Tipo de construção do domicílio.

a) Taipa	1
b) Tijolo	2
c) Tijolo, reboco	3
d) Tijolo, reboco e piso.....	4
e) Tijolo, forrada, reboco e piso	5
f) Outros (a especificar pelo entrevistado)	6

III.III. Energia utilizada – medida dos tipos de energia utilizada pela população de baixa renda.

a) Lampião a querosene, lamparinas e velas.....	1
b) Lampião a gás	2
c) Energia com gerador/bateria.....	3
d) Energia elétrica	4

IV. Condições sanitárias

Este indicador é medido pelo percentual de moradias com acesso a água tratada ou potável, tipo de instalações sanitárias e forma de destinação do lixo:

IV.I. Acesso à água para beber.

a) Água sem tratamento	1
b) Água com tratamento (filtrada, fervida, com cloro)	2
c) Água da CAGECE	3

IV.II. Acesso à água para outros consumos domésticos.

a) Água sem tratamento	1
b) Água com tratamento (CAGECE, cloro, filtrada, fervida)	2

IV.III. Destinação do lixo.

a) Lixo jogado nas ruas, canais e superfícies	1
b) Parte do lixo é enterrado ou queimado	2
c) Parte do lixo é recolhido por carros da prefeitura.....	3
d) Lixo totalmente colhido por carros da prefeitura.....	4

IV.IV. Instalações sanitárias.

a) Não possui água encanada, cisterna, privada e fossa.....	1
---	---

b) Possui fossa e privada	2
c) Possui fossa, banheiro e privada	3
d) Possui fossa, água encanada, banheiro e privada	4

V. Acesso a bens duráveis

Este indicador mede a posse de bens domésticos adquiridos pelos entrevistados antes, em 1997 e atualmente (2004), após as ações do Prodetur/NE I. Os bens foram divididos em subgrupos: os bens domésticos considerados básicos, no grupo I: bicicleta, rádio, fogão a gás, máquina de costura e ferro de passar; no grupo II: televisão, som, geladeira, liquidificador, moto e máquinas agrícolas; e no grupo III: carro de passeio, caminhão, trator, vídeo cassete, DVD e máquina de lavar roupa:

a) Não possui nenhum dos bens duráveis dos grupos	1
b) Possui bens do grupo I	2
c) Possui bens dos grupos I e II	3
d) Possui bens dos grupos I, II, III	4

VI. Recreação ou lazer

Este indicador identifica as áreas disponíveis para recreação ou lazer, pela população de baixa renda.

a) Somente: acesso à praia	1
b) Quadra ou campo de futebol.....	2
c) Quadra, campo de futebol e centros comunitários.....	3
d) Quadra, campo de futebol, praças, outras áreas públicas, acesso a clubes	4.

4.4 Instrumentos e dados da pesquisa

O principal instrumento da pesquisa foi a aplicação de um questionário, contendo questões fechadas, aplicado nos domicílios em Lagoinha, na quantidade conforme a amostra selecionada, tendo-se adotado estratégia específica de coleta de dados, mapeando-se previamente algumas zonas onde reside a população de baixa renda do distrito. Através da aplicação de questionários, foram coletadas as informações sobre o perfil sócioeconômico e sobre o nível de qualidade de vida desse segmento da população, procurando-se alcançar os objetivos específicos deste estudo.

Alguns dados secundários foram utilizados neste estudo, principalmente de estudos produzidos pelas seguintes instituições:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no que se refere às informações constantes do Censo Demográfico 2000, mais precisamente com relação à contagem da população, dos domicílios, características da população, dos domicílios e outras informações sócioeconômicas.

Foram utilizados, também, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)¹, realizada pelo IBGE, em 2000, com o objetivo de produzir informações para o estudo e planejamento do desenvolvimento sócioeconômico do país;

- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, que também dispõe de informações sócioeconômicas para mapeamento e definição da linha de pobreza, a qual está sendo utilizada como parâmetro deste estudo;

¹ Trata-se de uma pesquisa anual que abrange a população residente em uma amostra probabilística de unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos) onde são coletadas informações sócioeconômicas gerais.

- Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, com informações sócioeconômicas do Estado do Ceará, de seus municípios e respectivos distritos, através de publicações diversas, com maior ênfase ao Anuário Estatístico do Ceará, ao Relatório Índice de Desenvolvimento Municipal 2000 e ao Perfil do Município referente a todos os municípios cearenses; e
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, com a publicação do Atlas do Desenvolvimento Humano 2003, contendo uma vasta gama de informações sócioeconômicas, como também dados sobre municípios e respectivos distritos, a partir do qual também foram realizados estudos sobre o distrito de Lagoinha, em Paraipaba (CE).

A aplicação e tabulação dos questionários foram realizadas por equipe de cinco entrevistadores da GAUSS – Empresa Júnior de Estatística, da Universidade Federal do Ceará - UFC, que já possuem experiência na aplicação de questionários relacionados com outras pesquisas de campo. Estes entrevistadores foram escolhidos por professor vinculado ao Laboratório de Estatística e Matemática Aplicada – LEMA, vinculado ao Departamento de Estatística e Matemática Aplicada – DEMA, da UFC.

Antes da aplicação dos questionários definitivos, realizou-se teste de aplicação do mesmo em três domicílios, tendo-se realizado os ajustes julgados necessários na formulação das perguntas, mais precisamente na forma de abordagem e conteúdos requeridos.

Os entrevistadores foram contextualizados previamente sobre os objetivos do presente estudo, tendo-se, também, analisado todos os aspectos sobre os dados que seriam coletados junto aos domicílios, a fim de se obter uma uniformidade de abordagem, em todos os domicílios visitados.

A análise dos dados foi realizada por equipe do LEMA - UFC, utilizando-se o programa computacional estatístico SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*).

A apresentação desses dados é feita em tabelas e gráficos, contendo as frequências absolutas e relativas, como também os cruzamentos e médias de algumas variáveis relevantes.

4.5 Determinação do tamanho da amostra

Para a seleção dos domicílios da amostra, considerou-se a quantidade de domicílios particulares permanentes existentes no distrito de Lagoinha, conforme informações do Censo 2000 (IBGE), que catalogou um total de 469 domicílios no distrito, sendo 265 domicílios na área urbana do distrito e 204 domicílios na sua área rural. A seleção da amostra foi orientada pelo LEMA – UFC.

O número de domicílios que compuseram a amostra, conforme mostra Tabela 4.2, foi determinado segundo o critério de amostragem aleatória estratificada, proporcional ao tamanho de cada estrato na população, considerando domicílios da área urbana e domicílios da área rural, utilizando método específico, contemplando margem de erro estatístico de 10,0%, através da seguinte expressão:

$$n = \left[N \left(\sum_{h=1}^2 N_h \cdot P_h \cdot Q_h \right) \right] / \left[N^2 \cdot \frac{d^2}{z^2} + \sum_{h=1}^2 N_h \cdot P_h \cdot Q_h \right]$$

onde:

n = tamanho da amostra;

N_h = tamanho do estrato na população, sendo N_{h1} quantidade de domicílios na área urbana (265) e N_{h2} quantidade de domicílios na área rural (204);

P = 1/2 : parâmetro de população correspondente à variância máxima;

Q = (1 - P);

z = 1,96 : valor tabelado bilateral na Normal Padrão com um nível de significância $\alpha = 0,05$ ou 5%;

$d = 0,10$: erro de amostragem (10%);

$\frac{d^2}{z^2}$ = variância desejada.

Tabela 4.2 – Distribuição da amostra dos domicílios no distrito de Lagoinha, por estrato (urbano e rural).

Localização	Número de domicílios A	Tamanho da amostra B	(B/A) %
Área urbana	265	45	17,0
Área rural	204	35	17,2
Total	469	80	17,1

Fonte: IBGE: Censo 2000 e cálculos do autor.

Para a coleta de dados, foi estabelecida uma estratégia específica, visando a aplicação dos 80 questionários nas localidades do distrito onde reside a população de baixa renda, público alvo deste estudo.

Tabela 4.3 – Distribuição da amostra dos domicílios visitados no distrito de Lagoinha, por zona (comunidade/bairro).

Área	Zona	Número de domicílios A	Quantidade de questionários aplicados B	(B/A) %
Urbana	Centro	130	19	14,6
	Vila Santa Luzia	40	10	25,0
	Vila Pôr do Sol	75	16	21,3
	Subtotal	245	45	18,4
Rural	Penha	73	18	24,7
	Lagoinha dos Gomes	28	10	35,7
	Pedrinhas	70	07	10,0
	Subtotal	171	35	20,5
Total		416	80	19,2

Fonte: Secretaria de Ação Social de Paraipaba(CE) e cálculos do autor.

Assim, com base em informações obtidas junto à Secretaria de Ação Social do município de Paraipaba, contando-se também com a colaboração dos agentes de saúde que atuam no distrito de Lagoinha, foram mapeadas seis zonas, distribuídas nas áreas rural e urbana do distrito, tendo-se aplicado os questionários conforme a distribuição de zoneamento constante da Tabela 4.3.

Nessa distribuição de zoneamento onde os questionários foram aplicados, a escolha dos domicílios entrevistados ocorreu, obedecendo ao critério de coleta de dados normalmente aplicados em pesquisas desta espécie, do tipo domicílio sim, domicílio não, de forma a se obterem os dados da pesquisa os mais abrangentes possíveis, possibilitando espelhar as condições da população entrevistada, em cada área/zona visitada.

Na amostra, somente foram efetivamente realizadas entrevistas nos domicílios, cujas famílias residem, em Lagoinha, desde pelo menos 1997, de forma a se poder medir, desde então, as transformações sócioeconômicas ocorridas nos níveis de qualidade de vida da população alvo da pesquisa, no distrito, em função dos projetos do Prodetur/NE I, a partir de 1997.

Capítulo 5

Análise e discussão dos dados

A apresentação dos resultados obtidos se inicia, a partir da amostra entrevistada, com a caracterização sócioeconômica da população de baixa renda residente em Lagoinha, em 2004. São apresentados dados relacionados com as características dos domicílios visitados, bem como com a identificação dos moradores nesses domicílios. Abordam-se, ainda, os aspectos econômicos, tais como ocupação e renda, com destaque em atividades desempenhadas no segmento de turismo, no distrito. Relativamente à amostra, seu cálculo considerou margem de erro estatístico de 10,0%, de forma que os resultados a serem apresentados neste capítulo possuem um intervalo de confiança de 10,0%, para mais ou para menos. Finalmente, calcula-se o Índice de Qualidade de Vida (IQV) da população de baixa renda de Lagoinha, estratificando-se o cálculo desse índice para as áreas rural e urbana do distrito, bem como para as comunidades e bairros onde foram aplicados os questionários.

5.1 Perfil sócioeconômico da população de baixa renda do distrito de Lagoinha

5.1.1 Características dos domicílios

Sobre a estrutura geral dos domicílios visitados, as variáveis constantes da coleta de dados realizada no distrito de Lagoinha, que definem o perfil sócioeconômico da população de baixa renda desse distrito, a partir da amostra, foram as seguintes:

- a) *tipo de moradia* - casa, apartamento ou cômodo;
- b) *quantidade de cômodos existentes na moradia* – considerando-se todas as subdivisões da moradia, excluindo-se, no entanto, corredores e áreas externas (alpendres, varandas, áreas de serviço fora da moradia);
- c) *quantidade de cômodos utilizados pelos moradores como dormitório*;
- d) *propriedade da moradia* – se própria, já paga; própria, ainda pagando; alugada,

- emprestada por patrão, cedida, de outra(s) forma(s);
- e) *fonte de água utilizada na moradia* – se CAGECE, poço ou nascente, outra(s) fonte(s);
- f) *forma de abastecimento de água na moradia* – se canalizada em pelo menos um cômodo; canalizada só na propriedade ou terreno; não canalizada;
- g) *quantidade de banheiros existentes na moradia*;
- h) *forma de escoamento do aparelho sanitário* – se CAGECE; fossa; vala; rio, lago ou mar; outra(s) forma(s);
- i) *destino do lixo da moradia* – se coletado por serviço de limpeza pública; queimado na propriedade; enterrado na propriedade; jogado em terreno baldio ou logradouro; jogado em rio, lago ou mar; outro(s) destino(s);
- j) *disponibilidade na moradia de energia elétrica*; e
- l) *disponibilidade na moradia de telefone* - fixo instalado e/ou celular.

No que se refere ao tipo de moradia, quantidade de cômodos existentes na moradia, quantidade de cômodos utilizados como dormitório e quantidade de banheiros existentes na moradia, as informações contidas na Tabela 5.1 revelam que, dentre os 80 domicílios visitados, a maior frequência se refere a casas, representando um percentual de 97,5%. Os 2,5% restantes visitados se referem a apartamentos. Este resultado confirma a realidade vivenciada nos pequenos distritos localizados no interior do estado, nos quais, pelas extensões territoriais, incluindo zonas rural e urbana, ainda não houve a verticalização das unidades habitacionais.

Com relação à quantidade de cômodos existentes nos domicílios visitados, observa-se uma percentagem elevada para os domicílios que contam ou com quatro ou com cinco cômodos, representando, esses, 62,5% das unidades visitadas. Neste intervalo, os domicílios que contam com cinco cômodos representam o maior número, representando 35,0% da amostra. Para a coleta de informações sobre a quantidade de cômodos existentes nos domicílios, não foram considerados corredores e áreas externas (alpendres, varandas e áreas de serviço fora da moradia).

Relativamente à quantidade de cômodos utilizados pelos moradores como dormitório, percebe-se que as maiores frequências relativas estão caracterizadas por dois cômodos,

representando um percentual de 45,0%, e por três cômodos, representando um percentual de 27,5%.

Tabela 5.1 – Estrutura dos domicílios de baixa renda em Lagoinha (2004).

Discriminação	Domicílios	
	Número de domicílios	%
1. Tipo de moradia	80	100,0
- casa	78	97,5
- apartamento	2	2,5
- cômodo	0	0,0
2. Qde de cômodos	80	100,0
- até 03 cômodos	5	6,2
- de 04 e 05 cômodos	50	62,5
- de 06 e 07 cômodos	16	20,0
- de 08 e 09 cômodos	7	8,7
- a partir de 10 cômodos	2	2,6
3. Qde de cômodos, utilizados pelos moradores como dormitório	80	100,0
- somente 1 cômodo	12	15,0
- 2 cômodos	36	45,0
- 3 cômodos	22	27,5
- 4 cômodos	5	6,3
- 5 cômodos	4	5,0
- 6 cômodos	1	1,3
4. Qde de banheiros existentes na moradia	80	100,0
- nenhum	18	22,5
- 1 banheiro	58	72,5
- 2 banheiros	4	5,0

Fonte: Trabalho de campo.

Quanto à existência de banheiros, 72,5% dos domicílios possuem apenas um banheiro. Na pesquisa, considera-se banheiro o que contém pelo menos aparelho sanitário (privada). Um total de dezoito domicílios visitados, representando um percentual de 22,5% de toda a amostra do distrito, não possui nenhum banheiro, portanto não possuindo sequer um aparelho sanitário em casa ou na propriedade onde reside. Houve melhoria no período analisado, pois, em 1997, o percentual de domicílios sem banheiro era de 61,3%.

Estranhamente, este resultado não se refere somente a domicílios localizados na zona rural do distrito, onde, pelas extensões territoriais existentes, distância de um domicílio para outro e pela densidade demográfica baixa, ainda é possível não possuir um banheiro estruturado pelo menos com privada, utilizando-se dessa forma, para o exercício das necessidades fisiológicas, de áreas externas ao domicílio, mais precisamente, como propriamente denominado pelos entrevistados, *no mato*. De acordo com a pesquisa, destes dezoito domicílios sem banheiro, treze são localizados na área urbana do distrito e, o restante, na área rural. Muito embora localizados na área urbana, estes treze domicílios se localizam na periferia, o que facilita o acesso a áreas menos habitadas para satisfação de necessidades fisiológicas.

Basicamente, a estrutura dos domicílios que apresenta maior frequência é aquela formada por uma sala, dois quartos, cozinha e banheiro, tratando-se de uma unidade residencial familiar básica, espelhando até a estrutura de domicílios utilizada em conjuntos habitacionais construídos pelo poder público, seja através de empreiteiras, ou por regime de mutirão.

Na área urbana de Lagoinha, foram visitados 45 domicílios, cuja estratégia de coleta de dados foi direcionar as visitas para dois bairros já previamente conhecidos como de baixa renda: Vila Santa Luzia e Vila Pôr do Sol, além de algumas localidades no bairro Centro, contemplando também ruas contendo população de baixa renda. Nestes locais visitados, os domicílios são basicamente compostos por unidades habitacionais construídas na forma citada acima, contemplando unidades habitacionais, uniformes, basicamente de mesmo tamanho e estrutura.

Tabela 5.2 – Propriedade da moradia da família visitada em Lagoinha (2004).

Discriminação	Domicílios	
	Número de domicílios	%
Propriedade da moradia	80	100,0
- própria (já paga)	67	83,8
- própria (ainda pagando)	1	1,2
- alugada	1	1,2
- emprestada por patrão	3	3,8
- cedida de outra forma	8	10,0

Fonte: Trabalho de campo.

Com relação à propriedade da moradia, conforme mostram os dados da Tabela 5.2, pôde-se observar que 83,8% dos domicílios visitados são residências próprias e já pagas. O restante está relacionado com: residências próprias, porém ainda pagando (1,2%); alugadas (1,2%); emprestadas por patrão (3,8%); e cedidas de outra forma (10,0%). Este percentual de residências próprias (já pagas) está relacionado, também, com os conjuntos habitacionais visitados, construídos pelo poder público, seja através de empreiteira ou por regime de mutirão, sendo esta última modalidade característica mais comum.

Conforme o Censo 2000, em todo o Estado do Ceará, o percentual de domicílios que constituem residências próprias e já pagas representava 71% do total. As residências próprias, porém ainda pagando, representavam 3,6%, as alugadas, 12,0%, as emprestadas por patrão, 4,2% e as cedidas de outra forma, 9,2%.

Relativamente às condições sanitárias e estruturais dos domicílios visitados, a Tabela 5.3 retrata que 45 domicílios, equivalente a 56,3% do total visitado, possuem fornecimento de água da CAGECE. O restante tem, como fonte de água, poço ou nascente.

Os resultados de pesquisa realizada pelo IBGE – PNAD, em 2001, mostraram que 61,7% dos domicílios em todo o Estado do Ceará eram abastecidos por água de rede geral de distribuição, com canalização. Na Região Nordeste, esse percentual era de 62,0% e, em todo o país, de 77,8%.

Tabela 5.3 – **Forma de abastecimento e utilização de água, pela população de baixa renda de Lagoinha (2004).**

Discriminação	Domicílios	
	Número de domicílios	%
1. Forma de abastecimento de água	80	100,0
- CAGECE	45	56,3
- poço ou nascente	35	43,2
- outras formas	0	0,0
2. Forma de utilização da água	80	100,0
- canalizada em pelo menos um cômodo	49	61,3
- canalizada só na propriedade ou terreno	15	18,7
- não canalizada	16	20,0

Fonte: Trabalho de campo.

As ligações da CAGECE se referem a uma das principais ações do Prodetur/NE I, fornecendo água tratada aos domicílios, cujas principais conseqüências serão analisadas nos itens 5.2 e 5.3 deste Capítulo.

Quanto à forma de utilização de água, 61,3% dos domicílios visitados possuem água encanada em pelo menos um cômodo, água que tanto pode ser fornecida pela CAGECE, quanto por outras fontes, bombeadas utilizando motores elétricos, nos casos de domicílios que dispõem de energia elétrica. 80,0% dos domicílios visitados possuem água encanada, ou em pelo menos um cômodo da moradia ou mesmo só na propriedade ou terreno e, 20,0% desses domicílios, não possuem água encanada.

Conforma mostra a Tabela 5.4, a forma de escoamento do aparelho sanitário mais usual é através da utilização da fossa tradicional, de forma que em cada três, dois dos domicílios possuem fossa instalada.

Apesar de a CAGECE oferecer o serviço de esgotamento sanitário, a população tem aderido muito pouco ao serviço. O principal fator limitante do seu uso é o preço, em que a Companhia cobra o valor do consumo de água em dobro caso haja também ligação para esgoto. Somente 10,0% dos domicílios visitados contam com ligação da CAGECE para esgotamento sanitário.

Tabela 5.4 – Forma de escoamento do aparelho sanitário, pela população de baixa renda de Lagoinha (2004).

Discriminação	Domicílios	
	Número de domicílios	%
Forma de escoamento do aparelho sanitário	80	100,0
- CAGECE	8	10,0
- fossa	53	66,2
- vala	1	1,3
- rio, lago ou mar	0	0,0
- outros escoadouros	18	22,5

Fonte: Trabalho de campo.

Ainda sobre a forma do esgotamento sanitário, percebe-se, na Tabela 5.4, a existência de dezoito casos, equivalente a 22,5% dos domicílios visitados, a prática de esgotamento através de outros escoadouros, os quais se referem aos casos dos domicílios que não possuem banheiro, assim entendendo que sequer possuem aparelho sanitário, onde os dejetos humanos são depositados ao ar livre, fora do domicílio.

Conforme os resultados da pesquisa realizada pelo IBGE – PNAD, em 2001, 36,8% dos domicílios em todo o Estado do Ceará possuíam esgotamento sanitário com rede coletora. Na Região Nordeste, esse percentual era de 43,0% e, em todo o país, de 66,8%.

Tabela 5.5 – **Forma de destinação do lixo, pela população de baixa renda de Lagoinha (2004).**

Discriminação	Domicílios	
	Número de domicílios	%
Forma de destinação do lixo	80	100,0
- coletado por serviço de limpeza pública	38	47,5
- queimado (na propriedade)	16	20,0
- enterrado (na propriedade)	11	13,8
- jogado em terreno baldio ou logradouro	15	18,7
- jogado em rio, lago ou mar	0	0,0
- outros destinos	0	0,0

Fonte: Trabalho de campo.

A forma de destinação do lixo mais freqüente, conforme se pode verificar na Tabela 5.5, é através da coleta por carros da prefeitura, representado por 47,5% dos domicílios, todos localizados na área urbana de Lagoinha. O restante dos domicílios utiliza outras formas de destinação do lixo (queimado, enterrado, jogado em terreno baldio, rio, lago ou mar).

Ainda conforme a mesma pesquisa realizada pelo IBGE – PNAD, em 2001, 66,2% dos domicílios em todo o Estado do Ceará tinham lixo coletado por serviço de limpeza pública. Na Região Nordeste, esse percentual era de 66,3% e, em todo o país, de 83,2%.

Sobre a disponibilidade de energia elétrica nos domicílios visitados, os dados da Tabela 5.6 mostram que 81,2% dos domicílios visitados possuem energia elétrica. Os 18,8% restantes

não se referem exclusivamente a domicílios localizados na área rural, pois ainda existem domicílios na área urbana que não possuem ligação de energia elétrica. Dos 45 domicílios visitados na área urbana de Lagoinha, cinco, equivalentes a 11,1%, não possuem energia elétrica.

Tabela 5.6 – **Uso de energia elétrica pela população de baixa renda de Lagoinha em 2004.**

Discriminação	Domicílios	
	Número de domicílios	%
Utilização de energia elétrica	80	100,0
- sim	65	81,8
- não	15	18,2

Fonte: Trabalho de campo.

Nos resultados da pesquisa realizada pelo IBGE – PNAD, em 2001, 91,0% dos domicílios em todo o Estado do Ceará possuíam energia elétrica. Na Região Nordeste, esse percentual era de 89,4% e, em todo o país, de 96,0%.

Quanto à existência de telefones utilizados pelos moradores nos domicílios, através dos dados constantes da Tabela 5.7, pôde-se observar que, apesar de apenas 6,3% dos domicílios visitados possuírem telefone fixo instalado, em 17,5% dos domicílios, constatou-se a existência de telefones celulares utilizados pelos moradores, sendo que em dois domicílios, verificou-se a existência de dois celulares.

A explicação para o caso se dá, além das outras vantagens de uso da telefonia móvel, pelo fato de que a modalidade dos serviços de telefone celular pré-pago se constitui num serviço de controle do usuário, pelo qual se paga somente pelo seu uso efetivo, diferentemente da telefonia fixa que já possui taxa a ser paga, independente do uso, acrescida de valores adicionais pelo uso efetivo do serviço.

No Estado do Ceará, 29,7% dos domicílios dispunham de telefone fixo instalado, em 2001. Na Região Nordeste, esse percentual era de 30,7% e, em todo o país, de 51,0% (IBGE/PNAD 2001).

Tabela 5.7 – Uso de telefone pela população de baixa renda de Lagoinha em 2004.

Discriminação	Domicílios	
	Número de domicílios	%
1. Existência de telefone fixo instalado	80	100,0
- sim	5	6,3
- não	75	93,8
2. Existência de telefone móvel (celular)	80	100,0
- sim	14	17,5
- não	66	82,5
3. Quantidade de celulares utilizados pelos moradores nos domicílios	80	100,0
- nenhum	66	82,5
- 1 celular por domicílio	12	15,0
- 2 celulares por domicílio	2	2,5

Fonte: Trabalho de campo.

5.1.2 Características dos moradores

Quanto às características dos moradores nos domicílios visitados, as variáveis constantes da coleta de dados realizada no distrito de Lagoinha, para fins de definição do perfil socioeconômico da população de baixa renda desse distrito, a partir da amostra, foram as seguintes:

- a) número de pessoas residentes na moradia;
- b) tempo (em anos) de residência na moradia, pela família;
- c) tempo (em anos) de residência em Lagoinha, pela família;
- d) sexo;
- e) idade;
- f) escolaridade;
- g) se estuda atualmente;
- h) se trabalha atualmente;
- i) setor em que trabalha;
- j) atividade desempenhada no setor de turismo, caso trabalhe neste segmento; e
- k) renda mensal obtida, data-base de março de 2004.

Sobre a quantidade de pessoas residentes nos domicílios, os números da Tabela 5.8 mostram que a maior frequência está relacionada com uma quantidade de quatro e de cinco pessoas por domicílio, intervalo no qual foram constatados 28 domicílios, representando 35,0% do total visitado. Se considerarmos um intervalo maior, uma quantidade de quatro a sete pessoas, constatou-se uma frequência absoluta de 50 domicílios, representando 62,5% do total da amostra.

Tabela 5.8 – Número de pessoas residentes nos domicílios visitados em Lagoinha.

Discriminação	Domicílios	
	Número de domicílios	%
Número de pessoas residentes na moradia	80	100,0
- até 03 pessoas	17	21,3
- de 04 e 05 pessoas	28	35,0
- de 06 e 07 pessoas	22	27,5
- de 08 e 09 pessoas	4	5,0
- de 10 e 11 pessoas	6	7,5
- acima de 12 pessoas	3	3,7

Fonte: Trabalho de campo.

Nos 80 domicílios visitados, constatou-se a existência de 438 moradores, espelhando uma densidade domiciliar em torno de cinco pessoas, mais precisamente uma razão moradores/domicílio de 5,48.

Conforme o Censo 2000 (IBGE), que catalogou um total de 2.280 habitantes no distrito de Lagoinha, distribuídos em 469 domicílios particulares permanentes, a densidade domiciliar também se comportava em torno de cinco pessoas, sendo que a relação habitantes/domicílio era de 4,86, refletindo em evidências de crescimento da população pelos dados coletados na pesquisa, levando-se em consideração que a amostra da população visitada se refere tão somente ao segmento baixa renda, na forma conceituada neste estudo.

A Tabela 5.9 retrata duas variáveis de tempo da amostra, através das quais pôde-se contar com a certeza de que as pessoas residentes nos domicílios visitados possuem condições de

opinar com relação a alterações de qualidade de vida ocorridas após a intervenção das ações do Prodetur/NE I, pois possuem no mínimo seis anos de moradia em Lagoinha, de forma que somente foram aplicados os questionários da amostra nesses domicílios, admitindo-se até que as pessoas tenham mudado de domicílio, mas que residiam no distrito desde 1997, com o objetivo de poder opinar sobre os efeitos do Programa.

Para uma maior convicção desse poder de opinar sobre mudanças nos níveis de qualidade de vida antes e após as ações do Programa, 85,0% das famílias visitadas residem em Lagoinha há mais de onze anos.

A maior frequência de tempo de residência pela família visitada, em Lagoinha, é de um tempo entre 11 e 30 anos, representando um percentual de 53,8% dos domicílios visitados.

Tabela 5.9 - Tempo de moradia em Lagoinha e no domicílio de baixa renda visitado, pela família residente.

Discriminação	Domicílios	
	Número de domicílios	%
1. Tempo (anos) de residência em Lagoinha	80	100,0
- de 06 a 10 anos	12	15,0
- de 11 a 20 anos	21	26,3
- de 21 a 30 anos	22	27,5
- de 31 a 40 anos	8	10,0
- de 41 a 50 anos	4	5,0
- acima de 51 anos	13	16,2
2. Tempo (anos) de residência na moradia	80	100,0
- de 01 a 05 anos	19	23,8
- de 06 a 10 anos	27	33,7
- de 11 a 15 anos	10	12,5
- de 16 a 20 anos	7	8,8
- de 21 a 25 anos	8	10,0
- acima de 26 anos	9	11,2

Fonte: Trabalho de campo.

Na pesquisa, levou-se em consideração também a possibilidade de mudanças de domicílio no período analisado, entre 1997 e 2004, muito embora dentro do distrito, o que já pode ser

um indicador de melhoria de qualidade de vida, por uma melhoria de geração de renda, por exemplo, e, conseqüentemente, melhoria de condições de saúde, educação, condições de habitação e sanitárias, acesso a bens duráveis, dentre outras.

No entanto, conforme se pode observar pelos resultados da Tabela 5.9, aproximadamente três em cada quatro famílias visitadas residem no domicílio há mais de seis anos, ou seja, desde antes das ações do Prodetur/NE I.

As informações contidas na Tabela 5.10 revelam que, dentre a população residente nos 80 domicílios visitados, a maior freqüência se encontra nas faixas etárias de até quinze anos e de 21 a 40 anos, sendo que estas faixas são constituídas por 34,2% e 31,3% da população respectivamente, o que corresponde a um total de 65,5%.

Tabela 5.10 – **Identificação da população de baixa renda de Lagoinha, residente nos domicílios visitados (2004).**

Discriminação	Pessoas	
	Número de pessoas	%
1. Sexo	438	100
- masculino	223	51,0
- feminino	215	49,0
2. Idade	438	100
- até 15 anos	150	34,2
- de 16 a 20 anos	66	15,0
- de 21 a 40 anos	137	31,3
- de 41 a 64 anos	64	14,6
- acima de 65 anos	21	4,9

Fonte: Trabalho de campo.

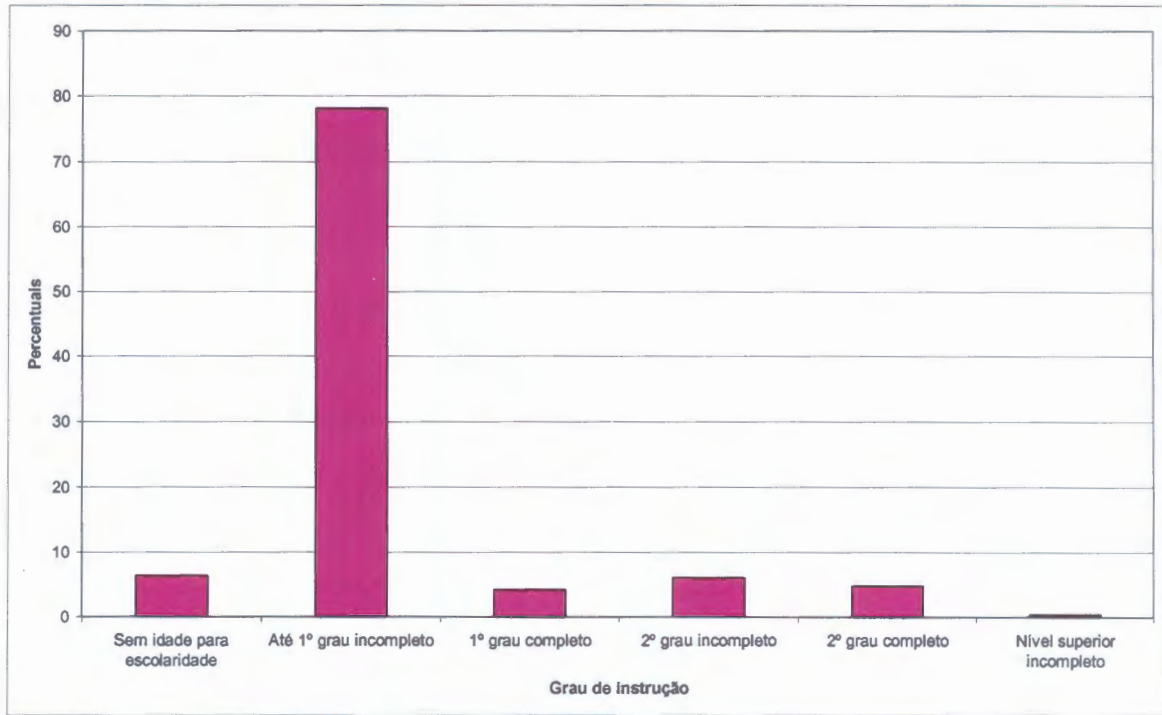
Observa-se também que as pessoas com idade até vinte anos representam aproximadamente a metade de toda a população visitada, evidenciando que a população é basicamente jovem, ainda em formação escolar, necessitando, dessa forma, de políticas públicas de inserção no mercado de trabalho.

Tabela 5.11 – Grau de instrução da população de baixa renda de Lagoinha, residente nos domicílios visitados (2004).

Discriminação	Pessoas	
	Número de pessoas	%
1. Grau de instrução	438	100,0
- sem idade para escolaridade	28	6,4
- analfabeto	44	10,0
- só escreve o nome	33	7,6
- sabe ler e escrever	18	4,2
- 1º grau incompleto	247	56,3
- 1º grau completo	18	4,2
- 2º grau incompleto	27	6,1
- 2º grau completo	21	4,8
- nível superior incompleto	2	0,4
2. Estuda atualmente	438	100,0
- sim	191	43,6
- não	247	56,4

Fonte: Trabalho de campo.

Gráfico 5.1 – População de baixa renda de Lagoinha, visitada, por grau de instrução (2004).



Relativamente ao grau de instrução desta população visitada, os resultados apresentados na Tabela 5.11 e Gráfico 5.1 mostram que uma parcela expressiva das pessoas, ou seja, 78,1%, não possuem sequer escolaridade de 1º grau completo, muito embora 43,6% dessas pessoas terem afirmado que estudam atualmente.

No entanto, somente 4,2% possui escolaridade de 1º grau completo. Apenas 28 pessoas, equivalente a 6,4% da amostra, não possuem idade suficiente para comprovar escolaridade, representadas por crianças abaixo de cinco anos.

Conforme a Tabela 5A, do Anexo 1, das 342 pessoas que não possuem sequer o 1º grau completo, 119 pessoas, equivalente a 34,8%, possuem faixa etária até quinze anos. O restante, já fora da faixa etária escolar para conclusão do 1º grau, pertence às demais faixas etárias catalogadas, o que confirma o baixo nível de escolaridade da população estudada.

Quanto às atividades desempenhadas pela população entrevistada, conforme se pode verificar pelos dados constantes da Tabela 5.12 e Gráfico 5.2, 59,9% das pessoas não exercem quaisquer atividades econômicas.

As maiores freqüências observadas de atividades econômicas estão relacionadas com realização de trabalho como autônomos (11,3%), mais precisamente desempenho de atividades no segmento de construção civil (pedreiros, serventes, auxiliares de construção), seguidas de trabalho na agricultura (7,4%) e na pesca (5,4%).

Constatou-se ainda que, dentre a população entrevistada, conforme mostra a Tabela 5.13, somente treze pessoas, equivalente a 2,8%, trabalham no segmento de turismo. Destes, 38,5% trabalha em bares ou restaurantes, 30,7% em hotéis ou pousadas, 23,1% em serviços de transportes e/ou passeios de bugres para turistas e o restante (7,7%) com artesanato.

Pelos resultados apresentados na Tabela 3A, do Anexo 1, a pesquisa identificou que das 262 pessoas que não exercem quaisquer atividades econômicas, 56,1% possuem idade até quinze anos, portanto, sem idade para o exercício do trabalho conforme a legislação em vigor. O restante, no entanto, equivalente a 43,9%, possuem idade superior a dezesseis anos e, não trabalham ou possuem profissão “do lar”, não realizando atividades

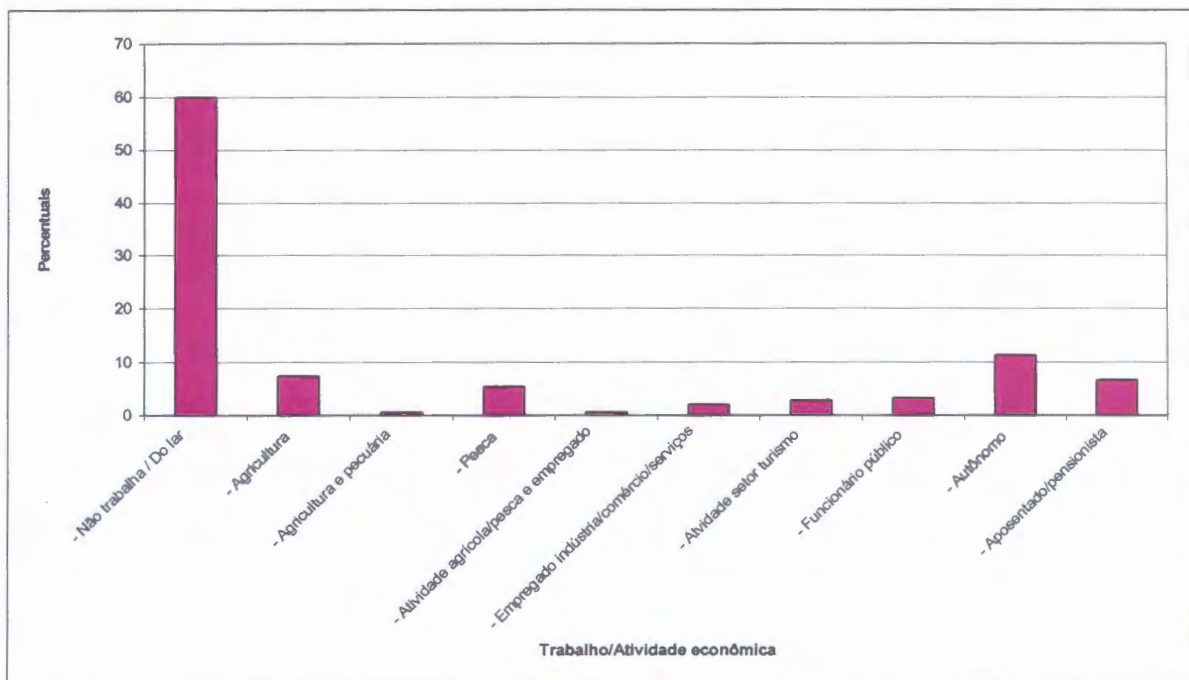
remuneradas, com evidências de serem, em maior parte, do sexo feminino, pois, conforme a Tabela 2A, do Anexo 1, 73,0% das pessoas que não trabalham são do sexo feminino.

Tabela 5.12 – Trabalho/setor de atividade desempenhado pela população de baixa renda de Lagoinha, residente nos domicílios visitados (2004).

Discriminação	Pessoas	
	Número de pessoas	%
Trabalho	438	100,0
- não trabalha / rendas do lar	262	59,9
- agricultura	32	7,4
- agricultura e pecuária	3	0,6
- pesca	24	5,4
- atividade agrícola/pesca e empregado	4	0,6
- empregado indústria/comércio/serviços	9	2,0
- atividade setor turismo	13	2,8
- funcionário público	14	3,3
- autônomo	48	11,3
- aposentado/pensionista	29	6,7

Fonte: Trabalho de campo.

Gráfico 5.2 – Distribuição relativa da população de baixa renda de Lagoinha, visitada, por desempenho de trabalho/atividade econômica (2004).



Ainda conforme a Tabela 3A, do Anexo 1, a faixa etária que apresenta maior frequência de pessoas que exercem atividades econômicas é de 21 a 40 anos, com 137 pessoas, representando 31,3% de toda a população entrevistada. Destes, a maior expressividade está relacionada com a profissão de autônomo, confirmando que as fontes de renda do distrito não são, em maior expressividade, oriundas de atividades agrícolas, pesca, tampouco relacionadas diretamente com o setor de turismo propriamente dito, conforme as atividades constantes da Tabela 5.13, mas de serviços autônomos diversos, com maior ênfase em serviços de construção civil, muito embora relacionados com a expansão de hotéis e pousadas atualmente em implementação no distrito.

Tabela 5.13 – **Atividades desempenhadas pela população de baixa renda de Lagoinha, residente nos domicílios visitados (2004).**

Discriminação	Pessoas	
	Número de pessoas	%
1. Trabalho no setor de turismo	13	100,0
- em hotéis/pousadas	4	30,7
- em bares/restaurantes	5	38,5
- artesanato	1	7,7
- transporte/bugres	3	23,1
2. Atividade desempenhada no setor de turismo	13	100,0
- garçom	2	15,4
- cozinheiro(a)	3	23,0
- motorista de bugre	2	15,4
- comerciante de artesanato	1	7,7
- recepcionista em hotéis/pousadas	1	7,7
- vigia	4	30,8

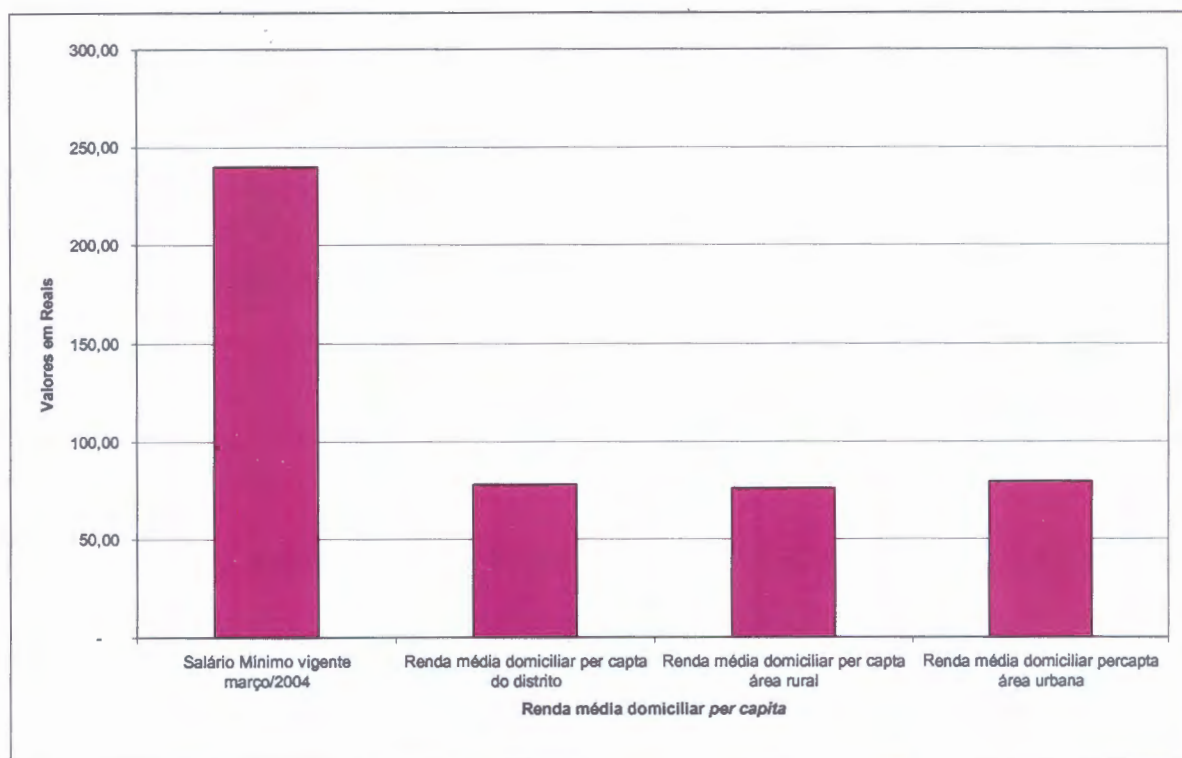
Fonte: Trabalho de campo.

De fato, no distrito de Lagoinha, estão sendo executadas expansões de algumas unidades hoteleiras, com planos de construção de novas unidades, mas precisamente relacionadas com investimentos que estão sendo implementados por portugueses, que recentemente adquiriram hotéis já instalados na praia, atualmente em fase de modernização, bem como terrenos para construção de novos hotéis.

Sobre a renda auferida pelos moradores em todos os domicílios visitados, calculou-se a média das rendas médias domiciliares *per capita* dos referidos domicílios, de R\$ 77,98

(setenta e sete reais e noventa e oito centavos). Conforme mostra o Gráfico 5.3, esta média representa em torno de 32,0% do salário mínimo nacional, referência de março de 2004, portanto, caracterizando a população visitada como de baixa renda, pelo exposto no Capítulo 2 deste trabalho.

Gráfico 5.3 – Valores médios da renda média domiciliar *per capita* dos domicílios de baixa renda, visitados em Lagoinha.

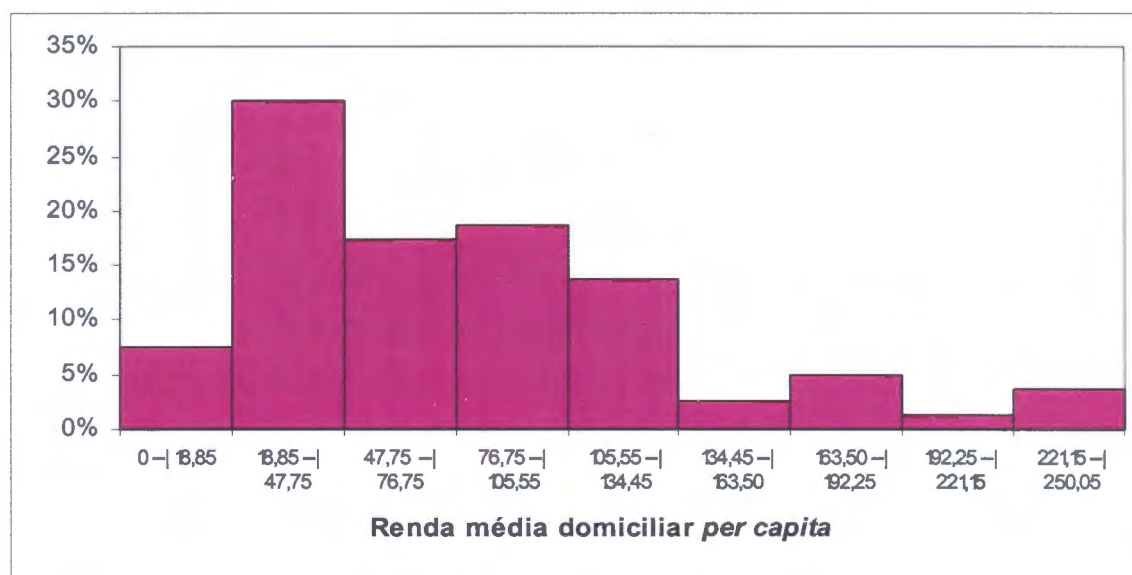


Estratificando-se o cálculo da renda para as áreas rural e urbana, visitadas do distrito, tendo sido aplicados 35 e 45 questionários respectivamente, a média das rendas médias domiciliares *per capita* foi de R\$ 75,89 (setenta e cinco reais e oitenta e nove centavos), para a área rural e de R\$ 79,60 (setenta e nove reais e noventa e oito centavos), para a área urbana.

Muito embora a média das rendas médias domiciliares *per capita* de cada domicílio visitado tenha se comportado em torno dos R\$ 77,98, observou-se, pelo desvio padrão de

R\$ 54,80, que há um grau de dispersão, em relação a esta média, muito alto, como mostra o Gráfico 5.4, tendo-se calculado um coeficiente de variação de 70,3%.

Gráfico 5.4 – Distribuição dos valores das rendas médias domiciliares *per capita* dos 80 domicílios visitados em Lagoinha.



Observou-se, em toda a amostra, a existência de doze domicílios, sendo metade na área rural e metade na área urbana do distrito, cuja renda média domiciliar *per capita* ultrapassa R\$ 120,00, equivalente à metade do salário mínimo referente a março de 2004, limite até o qual se está classificando, neste estudo, como de baixa renda o domicílio visitado, pelo critério de rendimentos auferidos.

No entanto, tratam-se de domicílios com densidade demográfica baixa, localizados nas áreas mapeadas como de baixa renda, não invalidando a classificação da população residente nestes domicílios como de baixa renda, população objeto desta pesquisa. Ademais, em nenhum destes doze domicílios, a renda média domiciliar *per capita* ultrapassou o valor de R\$ 240,00, equivalente ao salário mínimo vigente em março de 2004.

5.2 Análise dos indicadores de qualidade de vida da população de baixa renda do distrito de Lagoinha

Com o objetivo de avaliar a contribuição do Prodetur/NE I nos níveis de qualidade de vida da população de baixa renda residente no distrito de Lagoinha, foi utilizada, como instrumento metodológico, a construção do Índice de Qualidade de Vida (IQV), o qual foi também adotado por FERNANDES (1997) e MENDES SEGUNDO (1998) para estudos de variações em níveis de qualidade de vida.

Inicialmente, apresentam-se os dados dos indicadores de maneira absoluta e relativa, nas situações antes e depois das ações do Prodetur/NE I, ou seja, dados referentes ao ano de 1997 e dados de 2004. Logo em seguida, no item 5.3 deste Capítulo, calcula-se o Índice de Qualidade de Vida da população de baixa renda, no seu aspecto geral (IQVg) e também de acordo com as localidades dos domicílios visitados, quais sejam: a) área rural (IQVr), b) área urbana (IQVu), c) comunidades Penha (IQVpnh), Lagoinha dos Gomes (IQVlg) e Pedrinhas (IQVpds), na área rural, e d) Vila Santa Luzia (IQVsl), Vila Pôr do Sol (IQVps) e Bairro Centro (IQVc), na área urbana do distrito.

5.2.1 Saúde

O indicador saúde aqui estudado se refere aos serviços oferecidos e ao alcance da população de baixa renda no distrito de Lagoinha. Esses serviços, a maioria públicos, são os agentes de saúde, postos de saúde com serviços básicos, contemplando vacinação, primeiros socorros e maternidade, hospitais da rede pública, acesso a plano de saúde e atendimento particular.

Os serviços de saúde oferecidos e ao alcance da população de baixa renda não fizeram parte diretamente das ações do Prodetur/NE I. No entanto, pode-se afirmar que essas ações vêm contribuindo, de alguma forma, tanto com a redução dos casos de doenças geradas pelo consumo de água não tratada, em função do projeto de saneamento básico implantado, quanto com os benefícios gerados pela modernização da estrada que liga a sede do

município de Paraipaba a Lagoinha, facilitando e reduzindo o tempo de acesso ao hospital existente na sede do município de Paraipaba.

Os resultados da pesquisa mostram que a situação da saúde melhorou consideravelmente, se comparado o período estudado.

Os dados apresentados na Tabela 5.14 mostram que a situação de oferta de serviços de saúde para a população de baixa renda de Lagoinha teve uma melhoria acentuada, pois, se em 1997, 37,5% dessa população não tinham acesso aos serviços de um posto de saúde, atualmente, no momento da pesquisa, percebeu-se que há plena convicção, por parte dos moradores nos domicílios visitados, de que se pode contar com os serviços de um posto de saúde, no mínimo.

Confirmando isso, em 1997, em apenas 23,7% dos domicílios visitados, havia a certeza de que os serviços do posto de saúde estariam ao seu alcance, apesar de o posto de saúde existente em Lagoinha existir desde bem antes de 1997. Em 2004, este percentual subiu para 32,4%, acréscimo que poderia até ser considerado pequeno, se não houvesse a figura dos três agentes de saúde, vinculados ao Programa Saúde da Família, que trabalham no distrito, cujas atuações são divididas entre as comunidades urbanas e rurais de Lagoinha.

A mudança mais fortemente verificada neste indicador tem relação com a atuação desses agentes de saúde, que passou a ser de fato um diferencial, evitando-se, pelo trabalho desses profissionais, que a população recorra generalizadamente aos serviços do posto de saúde, considerando o trabalho preventivo realizado pelos agentes, encaminhando para atendimento no posto de saúde apenas os casos mais graves detectados. Em 1997, relativamente à amostra da pesquisa, apenas 25,0% dos domicílios eram visitados por estes agentes. Em 2004, este percentual passou para 48,8%.

Constatou-se, ainda, que a população de baixa renda vem tendo acesso aos serviços de hospitais da rede pública, mais precisamente recorrendo ao hospital de Paraipaba, localizado na sede do município. Em 1997, apenas 5,0% da população tinham acesso a hospitais, passando, posteriormente, para 17,5%.

Tabela 5.14 – Acesso aos serviços de saúde ofertados à população de baixa renda de Lagoinha, em 1997 e 2004.

Discriminação	1997		2004	
	Número	%	Número	%
- Ausência de posto de saúde	30	37,5	0	0,0
- Atendimento por agente de saúde	20	25,0	39	48,8
- Posto de saúde com serviços básicos	19	23,7	26	32,4
- Hospital da rede pública	4	5,0	14	17,5
- Plano de saúde/atendimento hospitalar	0	0,0	1	1,3
- Não sabe/não se lembra	7	8,8	0	0,0
Total	80	100,0	80	100,0

Fonte: Trabalho de campo.

5.2.2 Condições sanitárias

Os dados da Tabela 5.15 expressam os resultados referentes aos aspectos sanitários que constaram da agregação das seguintes variáveis: tipo de água utilizada para beber, tipo de água utilizada para outros consumos domésticos, destinação do lixo no domicílio, e instalações sanitárias utilizadas na moradia.

Os dados atestam que, em 1997, antes da intervenção das ações do Prodetur/NE I, em 60,0% dos domicílios visitados, a população bebia água sem qualquer tratamento, percentual este que, em 2004, baixou para apenas 7,5%. O consumo humano de água sem qualquer tratamento ainda é praticado em comunidades rurais do distrito, mais precisamente nas comunidades Lagoinha dos Gomes e Pedrinhas. Em 1997, o tratamento da água que era bebida costumava ser feito por 40,0% da população visitada, utilizando filtros, adicionando cloro e praticando fervura da água. O consumo humano de água tratada atual, no momento da pesquisa, é realizado por 92,5% dessa população, sendo que a maioria consome água da CAGECE.

Tabela 5.15 – Condições sanitárias da população de baixa renda de Lagoinha, em 1997 e 2004.

Discriminação	1997		2004	
	Número	%	Número	%
1. Tipo de água utilizada para beber	80	100,0	80	100,0
- água sem tratamento	48	60,0	6	7,5
- água tratada (filtrada, fervida, cloro)	30	37,5	33	41,3
- água da CAGECE	2	2,5	41	51,2
2. Tipo de água utilizada p/outros consumos	80	100,0	80	100,0
- água sem tratamento	74	92,5	34	42,5
- água com tratamento (CAGECE, cloro, filtro)	6	7,5	46	57,5
3. Destino do lixo do domicílio	80	100,0	80	100,0
- lixo jogado nas ruas, canais e superfícies	31	38,8	12	15,0
- parte do lixo é enterrado ou queimado	38	47,5	27	33,7
- parte do lixo é recolhido pela Prefeitura	6	7,5	11	13,8
- lixo totalmente recolhido pela Prefeitura	5	6,2	30	37,5
4. Instalações sanitárias utilizadas na moradia	80	100,0	80	100,0
- não possui água encanada, cisterna, privada ou fossa	49	61,3	18	22,5
- possui fossa e privada	17	21,2	20	25,0
- possui fossa, banheiro e privada	9	11,2	24	30,0
- possui fossa, água encanada, banheiro e privada	4	5,0	18	22,5
- não sabe/não se lembra	1	1,3	0	0,0

Fonte: Trabalho de campo.

Quanto ao tipo de água utilizada para outros consumos domésticos, em 1997, em apenas 7,5% dos domicílios visitados, se utilizava água tratada. Em 2004, este percentual subiu para 57,5%.

Quanto à destinação do lixo domiciliar, em 1997, o mesmo era jogado em ruas, canais e superfícies da terra por 38,8% dos domicílios visitados. Entretanto, em 2004, este percentual foi reduzido para 15,0%. Com relação ao uso da queima e/ou enterro do lixo domiciliar, 47,5% dos domicílios entrevistados utilizavam-se dessa prática em 1997, passando, em 2004, para 33,7%.

Um ponto que merece destaque é o recolhimento do lixo pela prefeitura. Em 1997, em apenas 6,2% dos domicílios havia a coleta de todo o lixo domiciliar pela prefeitura. Em

2004, este percentual subiu para 37,5%, refletindo as ações complementares do poder público no sentido de contribuir para a consolidação da localidade como destino turístico reconhecido.

Sobre as instalações sanitárias, representadas pela existência, no domicílio, de fossa, aparelho sanitário, cisterna, água encanada e banheiro, observa-se uma grande melhora. Se em 1997, 61,3% dos domicílios visitados não possuíam essas instalações, em 2004, este percentual caiu para 22,5%. Há casos de domicílios nas comunidades rurais visitadas que contam com todas estas melhorias em função da instalação de energia elétrica, facilitando o bombeamento de água. Com relação a possuir água encanada, cisterna, fossa, banheiro e privada, em 1997, em apenas 5,0% dos domicílios visitados tinham esses benefícios. Em 2004, 22,5% destes domicílios passaram a contar com as melhorias citadas.

As alterações ocorridas em todas essas variáveis representaram uma tendência de acentuada evolução no que diz respeito às condições sanitárias.

5.2.3 Educação

O indicador educação se refere ao ensino formal ministrado pelas escolas. Os dados apresentados na Tabela 5.16 revelam a ampliação dos serviços educacionais de ensino formal ao longo do período estudado, pois, em 1997, 21,2% da população entrevistada não tinha conhecimento do acesso ao ensino formal, pela percepção de ausência de escolas. Em 2004, este percentual caiu para 3,7%.

Observou-se, também, que houve acentuada melhora na oferta de ensino de 2º grau. Em 1997, apenas 2,5% da população entrevistada tinham acesso. Em 2004, este percentual subiu para 32,5%, evidenciando haver continuidade na educação formal da população. Na sede do distrito de Lagoinha, existem duas escolas, oferecendo ensino de 1º grau, apenas. As escolas de 2º grau, freqüentadas por parte das pessoas residentes nos domicílios entrevistados, se localizam na sede do município de Paraipaba.

Em 1997, pelos percentuais constantes da Tabela 5.16, constatou-se melhoria no indicador educação, pois se percebe que está havendo continuidade do ensino fundamental, seguido até de casos detectados de frequência em faculdades em 2004, cursos estes que se instalaram na sede do município de Paraipaba, em parceria com a Universidade Vale do Acaraú - UVA.

Da mesma forma que o indicador saúde, a estrutura de ensino formal não fez parte diretamente das ações do Prodetur/NE I. No entanto, pode-se afirmar que essas ações, em virtude da modernização da estrada que liga a sede de Paraipaba à Lagoinha, tenham contribuído também, pelas facilidades e redução do tempo de acesso às escolas de 2º grau existentes na sede do município de Paraipaba, pela população de Lagoinha, da mesma forma, também, relativamente aos casos de facilidades de acesso às escolas de 1º grau existentes no próprio distrito de Lagoinha, pela população residente na área rural do distrito. Aliado a isso e de grande importância para a evolução do indicador educação, a população dispõe de ônibus escolares, fornecidos pela Prefeitura Municipal de Paraipaba, que fazem o transporte de alunos, nestes itinerários.

Tabela 5.16 – Acesso aos serviços de educação pela população de baixa renda de Lagoinha, em 1997 e 2004.

Discriminação	1997		2004	
	Número	%	Número	%
- Ausências de escolas	17	21,2	3	3,7
- Escolas de 1º grau	60	75,0	40	50,0
- Escolas de 2º grau	2	2,5	26	32,5
- Escolas Agrícolas	0	0,0	0	0,0
- Faculdades	0	0,0	10	12,5
- Não sabe/Não se lembra	1	1,3	1	1,3
Total	80	100,0	80	100,0

Fonte: Trabalho de campo.

5.2.4 Condições de moradia

Dentre os domicílios visitados, no que se refere à área urbana do distrito, por se ter direcionado a pesquisa para áreas já previamente conhecidas como de baixa renda, os

mesmos têm basicamente a mesma estrutura em termos de tamanho, número de cômodos, tipo de construção. Na Vila Pôr do Sol, por se tratar de conjunto residencial construído parte pela prefeitura, parte em regime de mutirão, a semelhança entre os domicílios é ainda maior.

Conforme a Tabela 5.17, em 1997, antes da implementação dos projetos Prodetur/NE I, 61,2% das famílias entrevistadas moravam em casas de taipa. Em 2004, apenas 20,0% dos domicílios são construídos com esse tipo de material. As casas construídas de tijolo, com reboco e piso, representavam, em 1997, um percentual de 6,2%. Em 2004, esse tipo de construção representa 25,0% dos domicílios. No geral, relativamente ao tipo de construção da moradia, todos os indicadores variaram para melhor.

Tabela 5.17 – Condições de moradia da população de baixa renda de Lagoinha, em 1997 e 2004.

Discriminação	1997		2004	
	Número	%	Número	%
1. Qde de cômodos existentes na moradia	80	100,0	80	100,0
- até 2 cômodos	5	6,3	1	1,3
- de 3 e 4 cômodos	33	41,2	16	20,0
- de 5 e 6 cômodos	36	45,0	40	50,0
- acima de 7 cômodos	5	6,2	23	28,7
- não sabe/não se lembra	1	1,3	0	0,0
2. Tipo de construção da moradia	80	100,0	80	100,0
- taipa	49	61,2	16	20,0
- tijolo	8	10,0	19	23,7
- tijolo, reboco	15	18,8	24	30,0
- tijolo, reboco e piso	5	6,2	20	25,0
- tijolo, forrada, reboco e piso	3	3,8	0	0,0
- não sabe/não se lembra				
3. Tipo de energia utilizada na moradia	80	100,0	80	100,0
- lampião a querosene / lamparinas e velas	57	71,3	13	16,2
- lampião a gás	2	2,5	1	1,3
- energia com gerador / bateria	0	0,0	1	1,3
- energia elétrica	20	25,0	65	81,2
- não sabe/não se lembra	1	1,3	0	0,0

Fonte: Trabalho de campo.

Quanto ao tipo de iluminação, observam-se, da mesma forma, melhorias. Em 1997, 71,3% dos domicílios visitados utilizavam lampião a querosene e/ou lamparinas e velas. Em 2004,

apenas 16,2% dos domicílios utilizam este tipo de iluminação na moradia. Por outro lado, conseqüentemente, em 1997, apenas 25,0% destes domicílios dispunham de energia elétrica. Em 2004, 81,2% possuem enérgia elétrica. Com a disponibilidade de energia elétrica, a utilização de bens duráveis é bem maior, pois a maioria dos bens utilizados nos domicílios depende de eletricidade para o seu funcionamento. Alguns desses bens são utilizados, inclusive, como meio de geração de renda, tendo-se observado a existência, em certos domicílios, de pequenas lanchonetes, para o que é necessário, no mínimo, da existência de refrigerador, para venda de bebidas geladas, conservação de alimentos, etc.

Assim como as melhorias advindas das ligações de água da CAGECE, às quais a população residente nos domicílios visitados classificou como muito importante e responsável pela melhoria da qualidade de vida, a expansão da energia elétrica nas áreas visitadas também foi de grande importância para melhoria dos níveis de qualidade de vida da população entrevistada. Enquanto o projeto de abastecimento de água e esgotamento sanitário se deve às ações do Prodetur/NE I, como principais projetos que resultaram na expansão dos serviços de energia elétrica, podem ser citados o Projeto São José e Programa Luz no Campo.

O Projeto São José foi criado pelo Governo do Estado do Ceará com o objetivo de financiar propostas de investimentos nas áreas produtiva, de infra-estrutura e social. Na área de eletrificação rural, o projeto realizou cerca de 106.000 ligações, elevando a taxa de atendimento de energia elétrica nas áreas rurais do Estado do Ceará de 30,0%, em 1996, para 60,0%, em 2000.

O Governo Federal, através do Ministério de Minas e Energia e com o apoio financeiro e técnico da Eletrobrás, criou, em 02/12/99, o Programa Luz no Campo. Com este programa, o Governo Federal tinha como objetivo levar energia elétrica para um milhão de propriedades e domicílios rurais, com benefícios para cerca de cinco milhões de habitantes, buscando, assim, soluções para os problemas socioeconômicos do meio rural.

O Programa Luz no Campo, no Ceará, foi criado em junho de 2000, através de um convênio firmado entre o Governo do Estado do Ceará e a Companhia Energética do Ceará - COELCE, com a finalidade de efetuar, numa primeira fase, 85.000 ligações de energia

elétrica em domicílios rurais, no período 2000-2002. De acordo com esse convênio, o Governo do Estado participa com 50% dos recursos, a COELCE com 34% e os beneficiários com 16%. A participação dos beneficiários é em forma de trabalho, ou seja, no desmatamento e escavação dos buracos da obra de eletrificação.

Desde a data da assinatura do convênio até outubro de 2002, foram executadas 60.237 ligações. A previsão do Programa, até dezembro de 2004, seria realizar 160.000 ligações.

Conforme informações da Secretaria de Infra-estrutura do Estado do Ceará, a taxa de atendimento com energia elétrica, nas áreas rurais, no Estado do Ceará, passou de 37,0%, em 1996, para 81,0%, em 2002, com previsão de atendimento de 95% até o final de 2004.

5.2.5 Acesso a bens duráveis

Conforme se pode observar na Tabela 5.18, houve consideráveis mudanças na constituição dos bens duráveis utilizados pela população de baixa renda, em Lagoinha.

Tabela 5.18 – **Aquisição de bens pela população de baixa renda de Lagoinha, em 1997 e 2004.**

Discriminação	1997		2004	
	Número	%	Número	%
- Não possui nenhum bem dos grupos citados	26	32,4	4	5,0
- Possui pelo menos um dos bens do grupo 1	28	35,0	13	16,2
- Possui pelo menos um dos bens dos grupos 1 e 2	24	30,0	60	75,0
- Possui pelo menos um dos bens dos grupos 1, 2 e 3	1	1,3	2	2,5
- Não sabe/não se lembra	1	1,3	1	1,3
Total	80	100,0	80	100,0

Fonte: Trabalho de campo.

Foram formuladas perguntas sobre o acesso e/ou utilização de bens duráveis pelos moradores nos domicílios visitados, divididos em três grupos, a saber:

- grupo 1: bicicleta, rádio, fogão a gás, máquina de costura e ferro de passar;
- grupo 2: televisão, som, geladeira, liquidificador, moto e máquinas agrícolas; e
- grupo 3: carro de passeio, caminhão, trator, vídeo cassete, DVD e máquina de lavar roupa.

Em 1997, 32,4% dos domicílios visitados não possuíam nenhum dos bens dos grupos citados. Este percentual, em 2004, baixou para 5,0%.

Percebe-se que a maior frequência relacionada com o acesso aos citados bens, em 2004, está relacionada com a posse de pelo menos um bem dos grupos 1 e 2. Em 1997, isto representava 30% da população entrevistada. Em 2004, representa 75,0%. Conforme já mencionado, o acesso a grande parte desses bens dos grupos 1 e 2 se deve à disponibilidade de energia elétrica nos domicílios, que cresceu consideravelmente, se comparados os dois momentos analisados.

5.2.6 Recreação ou lazer

Neste estudo, o indicador recreação e lazer identifica as opções disponíveis para recreação ou lazer, que a população de baixa renda tem acesso, conforme os resultados gerados pelo questionário aplicado nas áreas previamente mapeadas como de baixa renda, em Lagoinha.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 5.19, a opção disponível para recreação e lazer da população de baixa renda, em 1997, estava concentrada no acesso somente à praia, espelhando a percepção de 75,0% dos domicílios visitados, opção esta seguida da utilização de quadras ou campo de futebol (18,7%). Em 2004, tendo em vista que foram construídas outras áreas públicas que podem ser utilizadas para recreação/lazer da população, além da natureza que já disponibiliza a praia, o percentual de acesso somente à

praia baixou para 45,0%, enquanto a utilização de quadras ou campo de futebol subiu para 26,3%.

Tabela 5.19 - Áreas de recreação ou lazer à disposição da população de baixa renda de Lagoinha, em 1997 e 2004.

Discriminação	1997		2004	
	Número	%	Número	%
- Somente acesso à praia	60	75,0	36	45,0
- Quadra ou campo de futebol	15	18,7	21	26,3
- Quadra, campo de futebol e centros comunitários	0	0,0	4	5,0
- Quadra, campo de futebol, praças, outras áreas públicas, acesso a clubes	3	3,8	15	18,7
- Não sabe/não se lembra	2	2,5	4	5,0
Total	80	100,0	80	100,0

Fonte: Trabalho de campo.

A opção de utilização de praças, de outras áreas públicas e acesso a clubes também evoluiu de 3,8% para 18,7% mostrando a importância dessa opção como alternativas de recreação/lazer.

Na aplicação do questionário, verificou-se que não há, em Lagoinha, centros comunitários instalados.

A construção de praças e outras áreas públicas em Lagoinha, muito embora não tenha ligação direta com os projetos do Prodetur/NE I, reflete, da mesma forma que o incremento verificado nos indicadores de limpeza urbana/destinação do lixo, cujo recolhimento por carros da prefeitura evoluiu bastante no período analisado, ações complementares do poder público no sentido de contribuir para a consolidação da localidade como destino turístico reconhecido.

5.3 Contribuição de cada indicador no Índice de Qualidade de Vida da população de baixa renda do distrito de Lagoinha

O índice de qualidade de vida da população de baixa renda em Lagoinha foi analisado em quatro etapas. Na primeira etapa, com o cálculo do Índice de Qualidade de Vida geral (IQVg), objetivou-se observar a contribuição de cada indicador na formação do IQV nas situações antes (1997) e depois (2004) das ações do Prodetur/NE I para toda a população entrevistada. Nas etapas seguintes, segmentou-se o cálculo do IQV, obtendo-se o indicador para as áreas rural (IQVr) e urbana (IQVu) do distrito, além dos indicadores em cada comunidade/bairro onde foram coletadas as informações, quais sejam: a) área rural: Penha (IQVpnh), Lagoinha dos Gomes (IQVlg) e Pedrinhas (IQVpds), e b) área urbana: Vila Santa Luzia (IQVsl); Vila Pôr do Sol (IQVps) e Bairro Centro (IQVc).

A população de baixa renda residente em Lagoinha, pela localização onde mora dentro do distrito, dentre comunidades rurais e localidades na área urbana, pode ser caracterizada como heterogênea. Esta heterogeneidade advém das próprias condições em que vivem, mais precisamente com relação aos indicadores analisados, que compõem o IQV.

5.3.1 Índice de Qualidade de Vida geral (IQVg)

Os resultados apresentados na Tabela 5.20 mostram as frequências absolutas e relativas dos indicadores que formam o IQV do distrito nas duas situações analisadas, antes (em 1997) e atualmente (2004), após a implantação dos projetos do Prodetur/NE I.

Em 1997, verificou-se que os indicadores que apresentam maior contribuição na formação do IQV geral são: acesso a bens duráveis (21,43%), condições de moradia (17,53%) e condições sanitárias (16,88%). O indicador educação apresentou a mais baixa contribuição, com um percentual de apenas 14,29% do índice. Os indicadores saúde e recreação/lazer apresentaram a mesma contribuição, com percentual de 14,94%, cada.

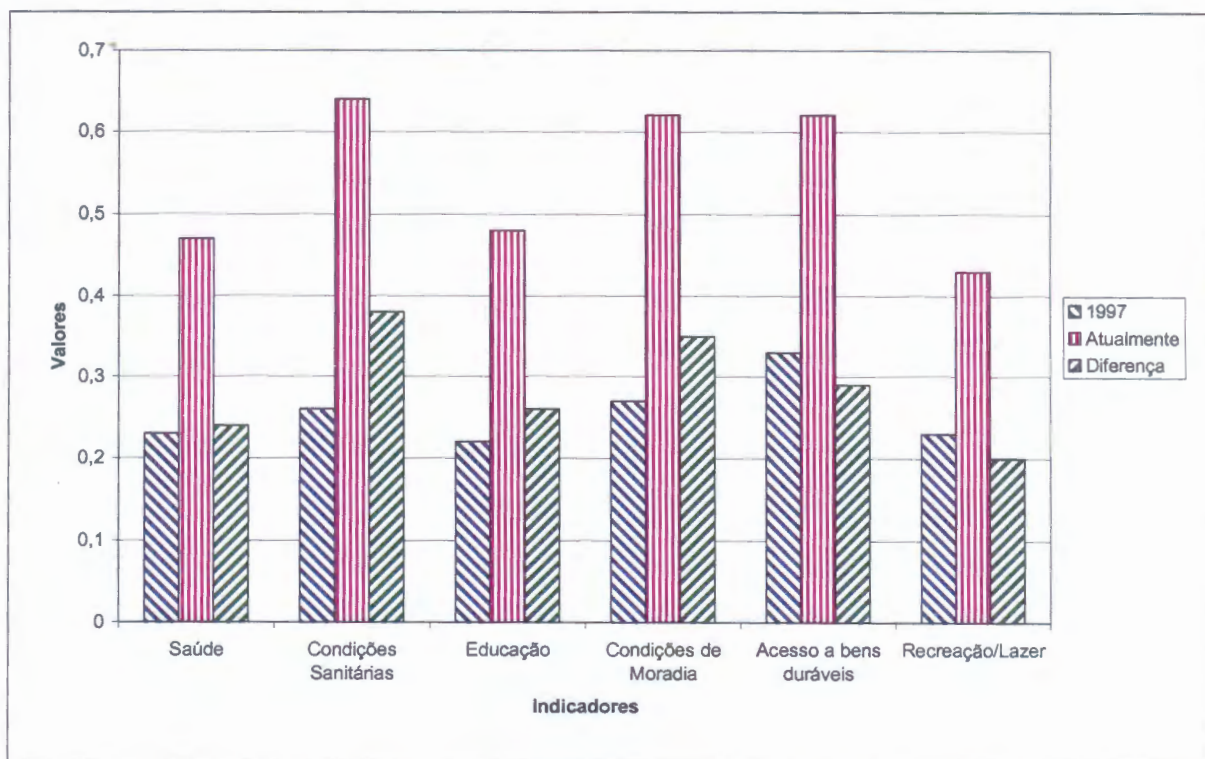
Tabela 5.20 – Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida geral (IQVg) da população de baixa renda do distrito de Lagoinha.

Indicador	1997	%	2004	%	Diferença	%
Saúde	0,23	14,94	0,47	14,42	0,24	13,95
Condições Sanitárias	0,26	16,88	0,64	19,63	0,38	22,09
Educação	0,22	14,29	0,48	14,72	0,26	15,12
Condições de Moradia	0,27	17,53	0,62	19,02	0,35	20,35
Acesso a bens duráveis	0,33	21,43	0,62	19,02	0,29	16,86
Recreação/Lazer	0,23	14,94	0,43	13,19	0,20	11,63
Total	1,54	100,00	3,26	100,00	1,72	100,00
Incremento do IQV						111,69

Fonte: Cálculos do autor.

Em 2004, os indicadores condições sanitárias (19,63%), condições de moradia (19,02%) e acesso a bens duráveis (19,02%) constituem os que detêm maior peso na contribuição da formação do IQV geral.

Gráfico 5.5 – Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida geral (IQVg) da população de baixa renda do distrito de Lagoinha.



Neste estudo, como mostra a Tabela 5.20, foi constatado um aumento do IQV geral, se comparados os períodos 1997, antes da implementação dos projetos do Prodetur/NE I, e 2004. O acréscimo do IQVg foi de 1,72 (1997 = 1,54 e 2004 = 3,26), representando um incremento no IQV de 111,69%.

A variação positiva no IQVg reflete ganho nos níveis de qualidade de vida da população estudada. O IQVg na situação de 1997 foi avaliado como ruim, pela pontuação de 1,54. Em 2004, com pontuação de 3,26, é avaliado como bom.

Constata-se no Gráfico 5.5 que todos os indicadores contribuíram positivamente para o aumento do IQVg.

Conforme já mencionado no item 5.2 deste Capítulo, quando se analisaram as frequências absoluta e relativa dos indicadores que compõem o Índice de Qualidade de Vida da população de baixa renda do distrito de Lagoinha, os projetos do Prodetur/NE I refletiram mais diretamente no indicador condições sanitárias, que tanto foi o indicador que mais contribuiu para a formação do IQV geral atual (2004), quanto foi o indicador que mais evoluiu no período considerado, basicamente em função dos benefícios auferidos pela população estudada, decorrentes do projeto de saneamento básico (abastecimento de água e esgotamento sanitário).

Indiretamente, as ações do Prodetur/NE I também contribuíram com a evolução verificada nos indicadores saúde e educação pelas melhorias relacionadas com a modernização da estrada que liga a sede do município de Paraipaba ao distrito de Lagoinha. Pelos benefícios percebidos pela população, mais precisamente os ganhos de tempo nos itinerários percorridos, tanto para sede do município, quanto para a própria área urbana de Lagoinha, no caso dos residentes na área rural do distrito, o acesso aos serviços de saúde e educação ficou mais acessível. Pontos fortes observados na evolução desses indicadores estão relacionados tanto com a disponibilização, pela Prefeitura Municipal de Paraipaba, de ônibus escolares, quanto com a atuação dos agentes de saúde, vinculados ao Programa Saúde da Família.

Quanto ao indicador condições de moradia, tendo sido o segundo indicador que mais evoluiu no período analisado, após condições sanitárias, percebeu-se que o que contribuiu

para a melhoria verificada neste indicador foi tanto o tipo de construção da moradia quanto o tipo de energia utilizada no domicílio.

Relativamente ao tipo de construção da moradia, verificaram-se mudanças na estrutura dos domicílios nas comunidades visitadas, mais precisamente com relação ao material utilizado na construção, evoluindo da utilização de taipa para tijolo. Em 1997, 61,2% das famílias visitadas residiam em moradias de taipa. Em 2004, este percentual baixou para 20,0%. Esta evolução se deve, em parte, às ações da prefeitura, em função da implementação de projetos de construção de casas em regime de mutirão.

Relativamente ao indicador acesso a bens duráveis, as evoluções verificadas são conseqüências das próprias melhorias constatadas nas condições de moradia, mormente no que se refere ao tipo de energia utilizada, possibilitando o uso de maior parte dos bens atualmente utilizados pela população entrevistada, situação não verificada em 1997, pela indisponibilidade de energia elétrica em 75,0% dos domicílios visitados. Com o acesso à energia elétrica, a população passou a dispor de alguns bens duráveis, possibilitando, inclusive, a utilização de certos bens (refrigeradores, *freezers*, liquidificadores e outros) para fins econômicos, de forma que se constatou, em alguns domicílios, geração de renda através da comercialização de lanches em geral, englobando sucos, refrigerantes, bolo, queijo, *dindins*, cocada, etc.

Finalmente, no que se refere ao indicador recreação e lazer, a evolução se deve à construção de praças e outras áreas públicas em Lagoinha, refletidas em ações complementares do poder público no sentido de contribuir para a consolidação da localidade como destino turístico reconhecido.

5.3.2 Índice de Qualidade de Vida rural (IQVr)

Quando se especifica o IQV para a área rural de Lagoinha, na Tabela 5.21 e Gráfico 5.6, verifica-se que os indicadores que mais contribuíram para a formação do índice na situação

antes da implantação dos projetos do Programa, em 1997, foram os mesmos relacionados com relação à situação geral, com pesos diferentes, ou seja: acesso a bens duráveis (19,55%), condições de moradia (18,05%) e condições sanitárias (18,05%).

Em 2004, os indicadores que estão mais contribuindo para a formação do índice são: acesso a bens duráveis (18,69%), condições de moradia (18,36%) e educação (17,05%). Estes indicadores cresceram, considerando os dois períodos analisados, em torno de 18,00%.

O acréscimo do IQVr também foi, em termos nominais, de 1,72, da mesma forma que o IQVg, representando, no entanto, um incremento no IQV de 129,32%, pelo motivo de que o IQV calculado em 1997, na área rural, foi de apenas 1,33, quando, considerando todo o distrito, conforme a Tabela 5.19, foi de 1,54.

Relativamente ao acréscimo verificado na contribuição do indicador educação para a formação do IQVr atual, proporcionalmente maior do que o acréscimo verificado, no mesmo indicador, no IQVg e IQVu, justifica-se pela melhoria de acesso aos serviços de educação no município, comparativamente à situação verificada em 1997.

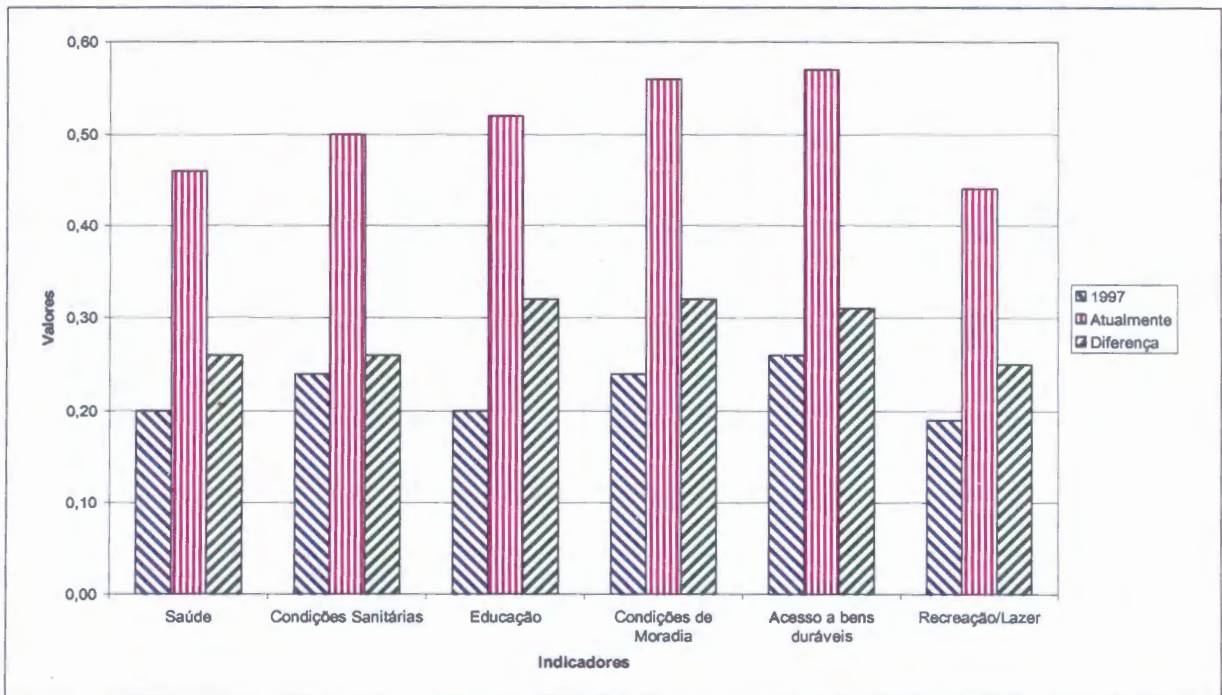
Essa melhoria se deu em função tanto das ações de modernização, financiadas pelo Prodetur/NE I, da estrada que liga o distrito de Lagoinha à sede do município de Paraipaba, quanto à disponibilização, pela Prefeitura Municipal de Paraipaba, de linhas de ônibus escolar, as quais transportam, gratuitamente, alunos que residem na área rural do distrito para sua sede, no caso de alunos que freqüentam as duas escolas de 1º grau ali atualmente instaladas, como também alunos, residentes em várias localidades do distrito, inclusive área urbana, que já freqüentam, ora escolas de 2º grau, ora cursos oferecidos pela Universidade Vale do Acaraú – UVA, na sede do município de Paraipaba.

Tabela 5.21 – Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida rural (IQVr) da população de baixa renda, residente na área rural, no distrito de Lagoinha.

Indicador	1997	%	2004	%	Diferença	%
Saúde	0,20	15,04	0,46	15,08	0,26	15,12
Condições Sanitárias	0,24	18,05	0,50	16,39	0,26	15,12
Educação	0,20	15,04	0,52	17,05	0,32	18,60
Condições de Moradia	0,24	18,05	0,56	18,36	0,32	18,60
Acesso a bens duráveis	0,26	19,55	0,57	18,69	0,31	18,02
Recreação/Lazer	0,19	14,29	0,44	14,43	0,25	14,53
Total	1,33	100,00	3,05	100,00	1,72	100,00
Incremento do IQV						129,32

Fonte: Cálculos do autor.

Gráfico 5.6 – Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida rural (IQVr) da população de baixa renda residente na área rural, no distrito de Lagoinha.



5.3.3 Índice de Qualidade de Vida urbano (IQVu)

Da mesma forma, quando se especifica o IQV para a área urbana do distrito, conforme a Tabela 5.22 e Gráfico 5.7, verifica-se que os indicadores que mais contribuíram para a formação do índice em 1997 foram também os mesmos relacionados com relação à situação geral, porém com pesos de contribuição diferentes, ou seja: acesso a bens duráveis (22,02%), condições de moradia (17,86%) e condições sanitárias (16,07%).

Em 2004, mantêm-se os mesmos indicadores, relativamente aos maiores pesos na contribuição para formação do IQVr em 1997, com ênfase em condições sanitárias, que teve um acréscimo de 27,33%, em função, basicamente, do projeto de saneamento básico (abastecimento de água e esgotamento sanitário) financiado pelo Prodetur/NE I, melhorando tanto as condições domiciliares de acesso à água tratada para fins de consumo humano e outros fins domésticos, bem como as condições de tratamento dos dejetos humanos, pelas melhorias observadas comparando-se as duas situações, relativamente à existência de água encanada, banheiro(s) com privada e fossa, além da possibilidade de utilização do serviço de esgoto prestado pela CAGECE.

Em 1997, 60,0% da população de baixa renda do distrito bebia água sem qualquer tratamento físico-químico. Em 2004, este percentual baixou para 7,5%, casos verificados na área rural do distrito, mais precisamente nas comunidades Penha e Lagoinha dos Gomes.

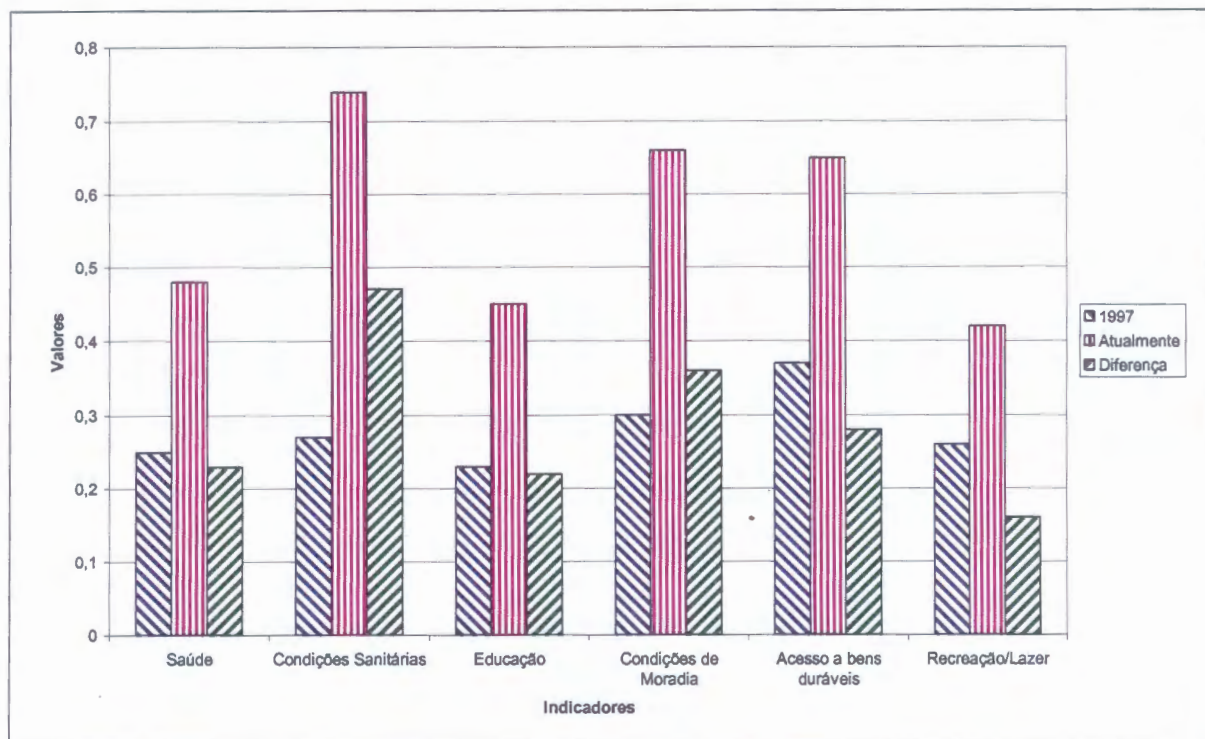
Ademais, verificou-se, ainda, em termos de condições sanitárias, melhorias quanto à destinação do lixo dos domicílios entrevistados. Em 1997, apenas 6,3% dos domicílios tinham todo o lixo recolhido por carros da prefeitura. Em 2004, este percentual subiu para 37,5%, sem falar do percentual de 38,8% dos domicílios que, em 1997, jogavam o lixo nas ruas, canais ou superfícies, passando, em 2004, este percentual para 15,0%.

Tabela 5.22 – Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida urbano (IQVu) da população de baixa renda, residente na área urbana, no distrito de Lagoinha.

Indicador	1997	%	2004	%	Diferença	%
Saúde	0,25	14,88	0,48	14,12	0,23	13,37
Condições Sanitárias	0,27	16,07	0,74	21,76	0,47	27,33
Educação	0,23	13,69	0,45	13,24	0,22	12,79
Condições de Moradia	0,30	17,86	0,66	19,41	0,36	20,93
Acesso a bens duráveis	0,37	22,02	0,65	19,12	0,28	16,28
Recreação/Lazer	0,26	15,48	0,42	12,35	0,16	9,30
Total	1,68	100,00	3,40	100,00	1,72	100,00
Incremento do IQV						102,38

Fonte: Cálculos do autor.

Gráfico 5.7 – Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida urbano (IQVu) da população de baixa renda residente na área urbana, no distrito de Lagoinha.



Quanto às condições de moradia, o acréscimo verificado de 20,93% neste indicador se deve às respostas relacionadas com as melhorias na estrutura dos domicílios dos entrevistados, relacionadas com tamanho (quantidade de cômodos), tipo de construção e de

energia utilizada. Destaca-se a evolução observada no tipo de energia utilizada no domicílio, quando comparadas as situações em 1997 e em 2004. Em 1997, apenas 25,0% das moradias dos entrevistados possuíam energia elétrica. Na situação atual, este percentual evoluiu para 81,3%.

Este acréscimo verificado, ponderado pelo peso relacionado com o grau de satisfação atribuído pelos entrevistados, contribuiu para que a variação neste indicador fosse expressiva no período analisado.

Como consequência da evolução no tipo de energia utilizada, em função do uso de energia elétrica em 81,3% dos domicílios visitados, o indicador acesso a bens duráveis teve um acréscimo de 16,28% no período analisado, pela possibilidade de uso de televisão, som, geladeira, liquidificador e outros bens que necessitam de energia elétrica para funcionamento, alguns dos quais sendo utilizados em atividades geradoras de renda.

5.3.4 Índice de Qualidade de Vida por segmento da população entrevistada

A estratégia de coleta de dados adotada para a aplicação dos questionários permite a análise do IQV em cada bairro/comunidade visitada.

Conforme se pode observar nas Tabelas 5.23, 5.24 e 5.25 e Gráficos 5.8, 5.9 e 5.10, a evolução dos indicadores referentes às comunidades rurais visitadas guardam coerência com as condições de vida de cada comunidade, em 1997 e 2004.

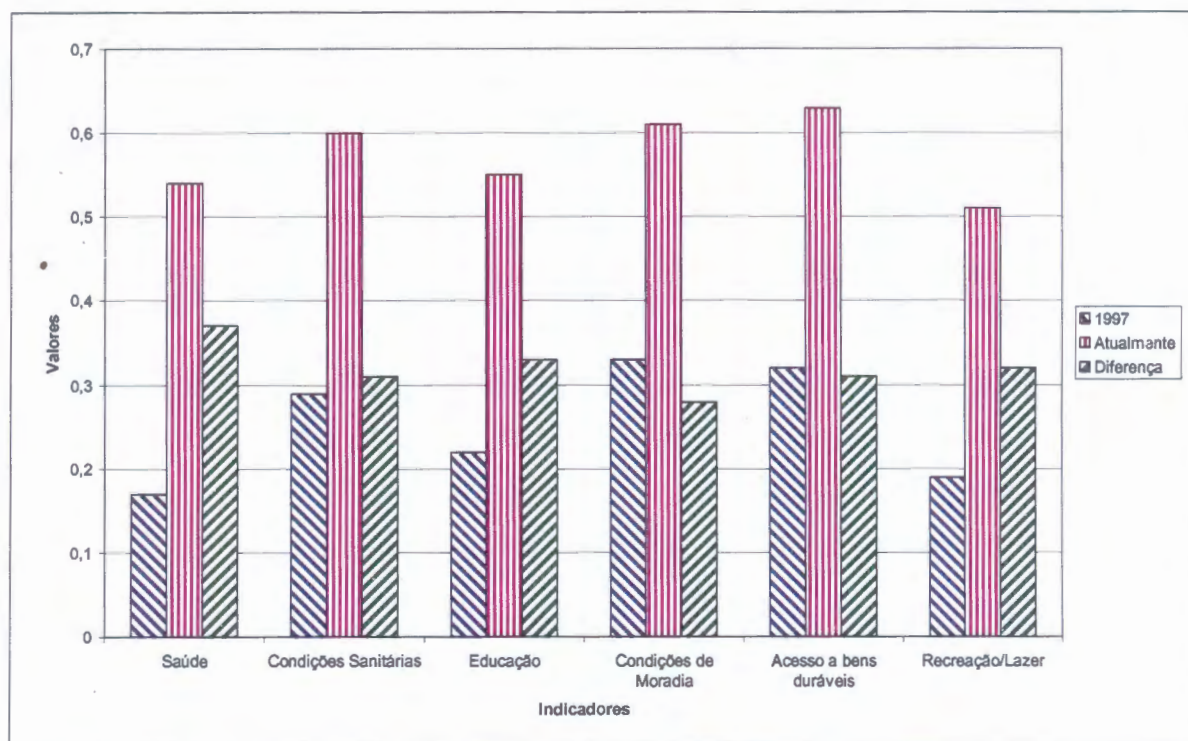
Na comunidade Penha, onde foram visitados dezoito dos 35 domicílios entrevistados na área rural, percebe-se que o IQV atual é o maior dentre as comunidades rurais visitadas, registrando um IQV atual de 3,44, superior até ao IQV geral registrado para todo o distrito, de 3,26.

Tabela 5.23 – Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida (IQVpnh) da população de baixa renda, residente na comunidade Penha, distrito de Lagoinha.

Indicador	1997	%	2004	%	Diferença	%
Saúde	0,17	11,18	0,54	15,70	0,37	19,27
Condições Sanitárias	0,29	19,08	0,60	17,44	0,31	16,15
Educação	0,22	14,47	0,55	15,99	0,33	17,19
Condições de Moradia	0,33	21,71	0,61	17,73	0,28	14,58
Acesso a bens duráveis	0,32	21,05	0,63	18,31	0,31	16,15
Recreação/Lazer	0,19	12,50	0,51	14,83	0,32	16,67
Total	1,52	100,00	3,44	100,00	1,92	100,00
Incremento do IQV						126,32

Fonte: Cálculos do autor.

Gráfico 5.8 – Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida (IQVpnh) da população de baixa renda residente na comunidade Penha, distrito de Lagoinha.



Muito embora as contribuições dos indicadores condições sanitárias, condições de moradia e acesso a bens duráveis sejam as mais expressivas na composição do IQVpnh atual, percebe-se que o incremento no IQV relativamente a 1997 se deu nos indicadores saúde, educação e recreação/lazer, em função do acesso, pela população residente na comunidade

Penha, a serviços de saúde - mais precisamente devido à presença de um agente de saúde em caráter permanente na comunidade, a escolas e a áreas de recreação/lazer existentes no município, o qual melhorou, tanto em função da modernização da estrada que liga a sede do município de Paraipaba ao distrito de Lagoinha, cortando esta comunidade visitada, quanto devido à disponibilização, pela Prefeitura Municipal de Paraipaba, de linhas ônibus escolar, que transportam alunos para o sede do município.

Quanto à comunidade rural denominada Lagoinha dos Gomes, constatou-se o menor IQV atual do distrito, de 1,93, dentre as comunidades visitadas, sendo avaliado como um índice ruim de qualidade de vida.

Muito embora os indicadores saúde, educação e recreação/lazer sejam os que estejam mais contribuindo para a formação do IQVlg atual, apesar de ser avaliado como um IQV ruim, observou-se que a variação no IQVlg atual relativamente ao ano de 1997 se deu mais fortemente em decorrência dos indicadores educação, com incremento de 31,40%, condições sanitárias, com incremento de 22,09%, e acesso a bens duráveis, crescendo em 19,77%.

A comunidade Lagoinha dos Gomes fica situada a dois quilômetros da sede do distrito de Lagoinha, sendo o acesso através de estrada sem qualquer pavimentação. É a única comunidade, das visitadas, cujos domicílios não dispõem atualmente de energia elétrica.

Quanto ao indicador saúde, o acréscimo se deu em virtude do atendimento realizado pelo agente de saúde domiciliado em Pedrinhas, mas que também atende à comunidade Lagoinha dos Gomes, situação confirmada pelos entrevistados em seis dos sete domicílios visitados. Em 1997, não havia a figura do agente de saúde na comunidade.

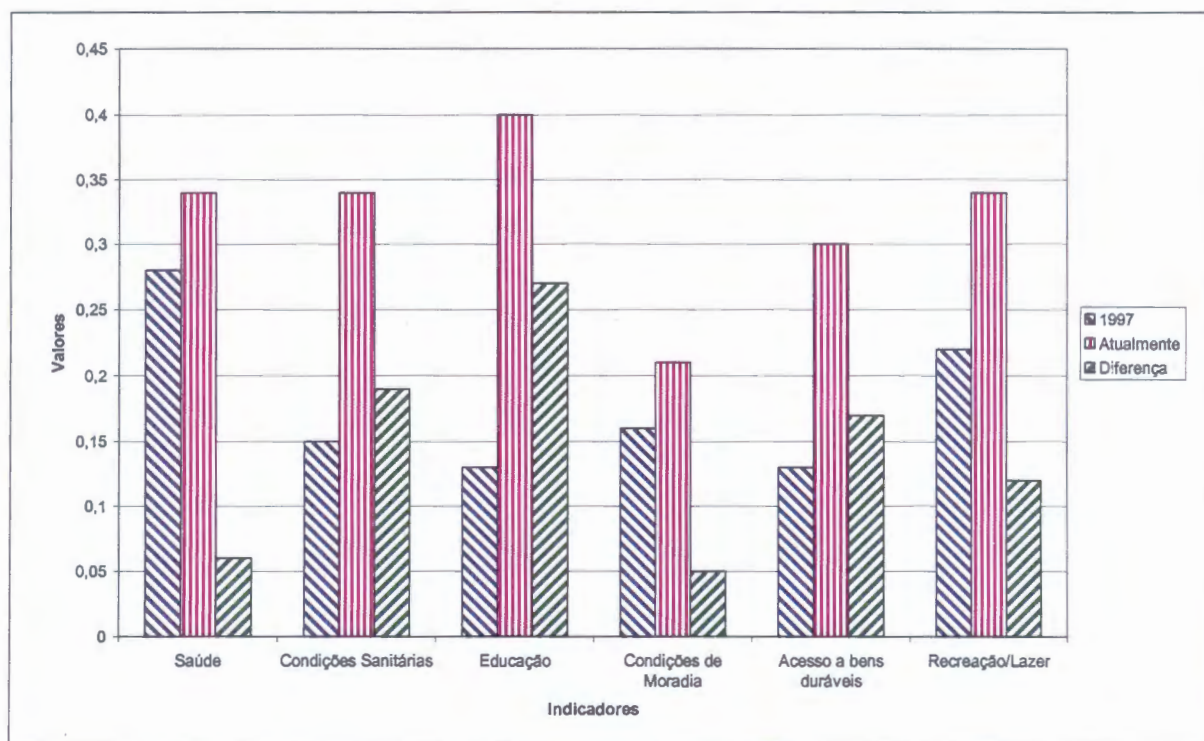
Quanto ao indicador educação, a melhoria percebida em Lagoinha do Gomes se deu em função das melhorias de acesso tanto às escolas de 1º grau, na sede do distrito de Lagoinha, quanto de 2º grau e cursos da UVA, na sede do município, cujo transporte é realizado nos já citados ônibus escolares.

Tabela 5.24 – Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida (IQVlg) da população de baixa renda residente na comunidade Lagoinha dos Gomes, distrito de Lagoinha.

Indicador	1997	%	2004	%	Diferença	%
Saúde	0,28	26,17	0,34	17,62	0,06	6,98
Condições Sanitárias	0,15	14,02	0,34	17,62	0,19	22,09
Educação	0,13	12,15	0,40	20,73	0,27	31,40
Condições de Moradia	0,16	14,95	0,21	10,88	0,05	5,81
Acesso a bens duráveis	0,13	12,15	0,30	15,54	0,17	19,77
Recreação/Lazer	0,22	20,56	0,34	17,62	0,12	13,95
Total	1,07	100,00	1,93	100,00	0,86	100,00
Incremento do IQV						80,37

Fonte: Cálculos do autor.

Gráfico 5.9 – Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida (IQVlg) da população de baixa renda residente na comunidade Lagoinha dos Gomes, distrito de Lagoinha.



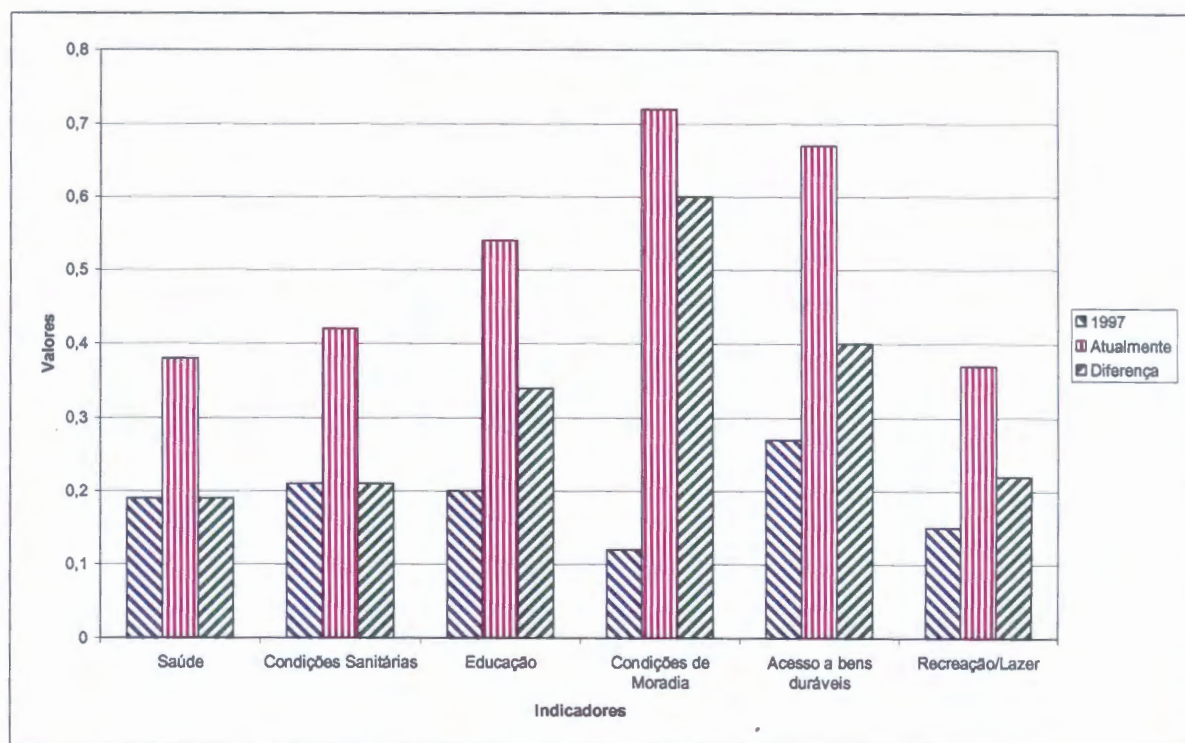
Quanto à comunidade rural Pedrinhas, onde foram aplicados dez questionários, pôde-se constatar, em 2004, um índice bom de qualidade de vida, com IQVpds atual de 3,10, registrando o maior incremento no índice em todas as zonas visitadas, de 171,93%, relativamente ao IQVpds de 1997, de 1,14.

Tabela 5.25 – Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida (IQVpds) da população de baixa renda residente na comunidade Pedrinhas, distrito de Lagoinha.

Indicador	1997	%	2004	%	Diferença	%
Saúde	0,19	16,67	0,38	12,26	0,19	9,69
Condições Sanitárias	0,21	18,42	0,42	13,55	0,21	10,71
Educação	0,20	17,54	0,54	17,42	0,34	17,35
Condições de Moradia	0,12	10,53	0,72	23,23	0,60	30,61
Acesso a bens duráveis	0,27	23,68	0,67	21,61	0,40	20,41
Recreação/Lazer	0,15	13,16	0,37	11,94	0,22	11,22
Total	1,14	100,00	3,10	100,00	1,96	100,00
Incremento do IQV						171,93

Fonte: Cálculos do autor.

Gráfico 5.10 – Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida (IQVpds) da população de baixa renda residente na comunidade Pedrinhas, distrito de Lagoinha.



Os indicadores que estão contribuindo para a formação do IQVpds atual, em maior peso, são: condições de moradia (23,23%), acesso a bens duráveis (21,61%) e educação (17,42%). Estes mesmos indicadores foram os que mais variaram no período analisado, registrando incrementos de 30,61%, 20,41% e 17,35%, respectivamente.

A comunidade rural Pedrinhas está localizada a quatro quilômetros da sede do distrito de Lagoinha. O incremento verificado no indicador condições de moradia se deve principalmente ao tipo de energia utilizada, que passou a ser energia elétrica em todos os domicílios visitados. Em 1997, não havia energia elétrica na comunidade. Com a instalação de energia elétrica nos domicílios, como ação do Projeto São José, tornou-se possível aquisição de bens duráveis, ocasionando o incremento verificado no indicador relacionado.

Também se constataram melhorias na estrutura das moradias, passando, a maioria, a ser construída com tijolo, de forma que, em 2004, apenas 10,0% dos domicílios visitados são construídos com taipa, quando, em 1997, esse percentual era de 70,0%.

Relativamente ao indicador educação, da mesma forma que na comunidade Lagoinha dos Gomes, o incremento verificado em Pedrinhas se deve, também, em virtude das melhorias de acesso tanto às escolas de 1º grau, na sede do distrito de Lagoinha, quanto de 2º grau e cursos da UVA, na sede do município de Paraipaba, mediante utilização de transporte escolar gratuito.

Com relação aos IQV's registrados em 2004 para os bairros visitados na área urbana de Lagoinha, pode-se constatar que é quase uniforme a contribuição dos indicadores condições sanitárias, condições de moradia e acesso a bens duráveis, em maior peso, nas suas composições, sendo estes indicadores os que praticamente mais cresceram no período analisado, destacando-se as condições sanitárias.

Tabela 5.26 – Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida (IQVsl) da população de baixa renda residente na Vila Santa Luzia, distrito de Lagoinha.

Indicador	1997	%	2004	%	Diferença	%
Saúde	0,19	14,29	0,45	14,66	0,26	14,94
Condições Sanitárias	0,18	13,53	0,58	18,89	0,40	22,99
Educação	0,24	18,05	0,50	16,29	0,26	14,94
Condições de Moradia	0,22	16,54	0,61	19,87	0,39	22,41
Acesso a bens duráveis	0,25	18,80	0,59	19,22	0,34	19,54
Recreação/Lazer	0,25	18,80	0,34	11,07	0,09	5,17
Total	1,33	100,00	3,07	100,00	1,74	100,00
Incremento do IQV						130,83

Fonte: Cálculos do autor.

Conforme se pode observar nas Tabelas 5.26, 5.27 e 5.28 e Gráficos 5.11, 5.12 e 5.13, da mesma forma que nas comunidades rurais visitadas, a evolução dos indicadores referentes aos bairros visitados na área urbana de Lagoinha também mantêm coerência com as condições de vida de cada bairro, em 1997 e em 2004.

Gráfico 5.11 – Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida (IQVsl) da população de baixa renda residente na Vila Santa Luzia, distrito de Lagoinha.

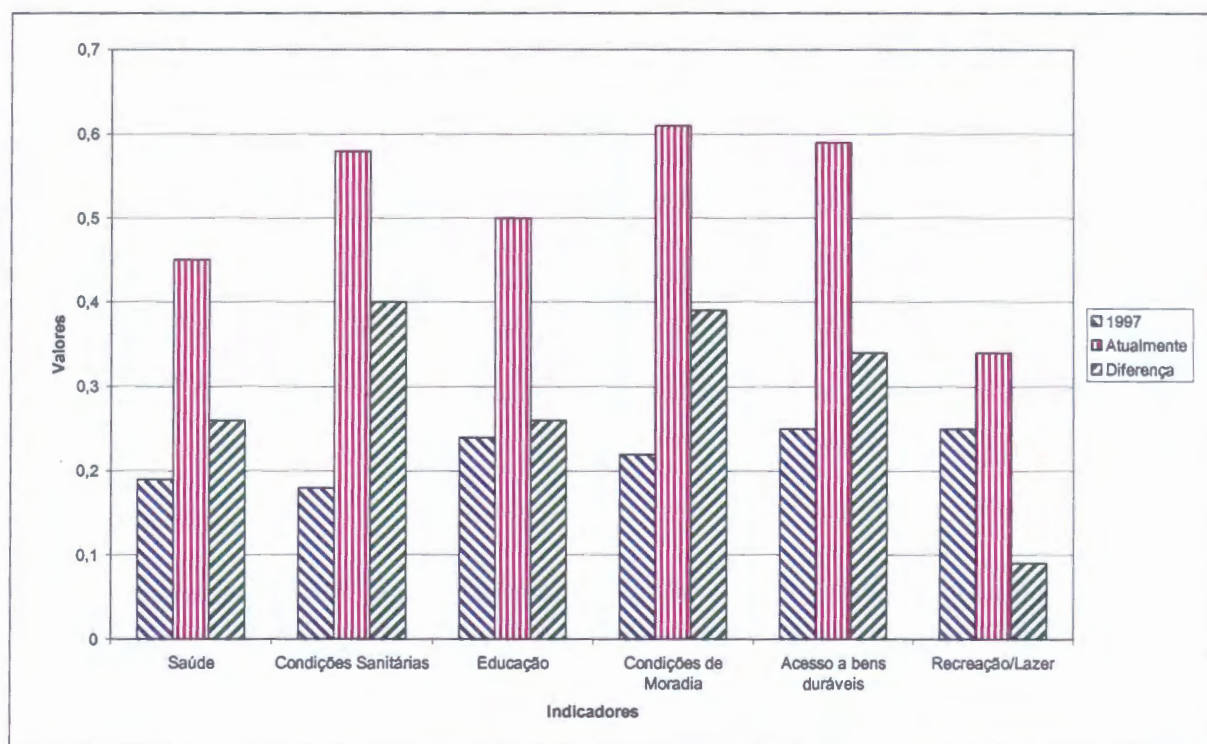
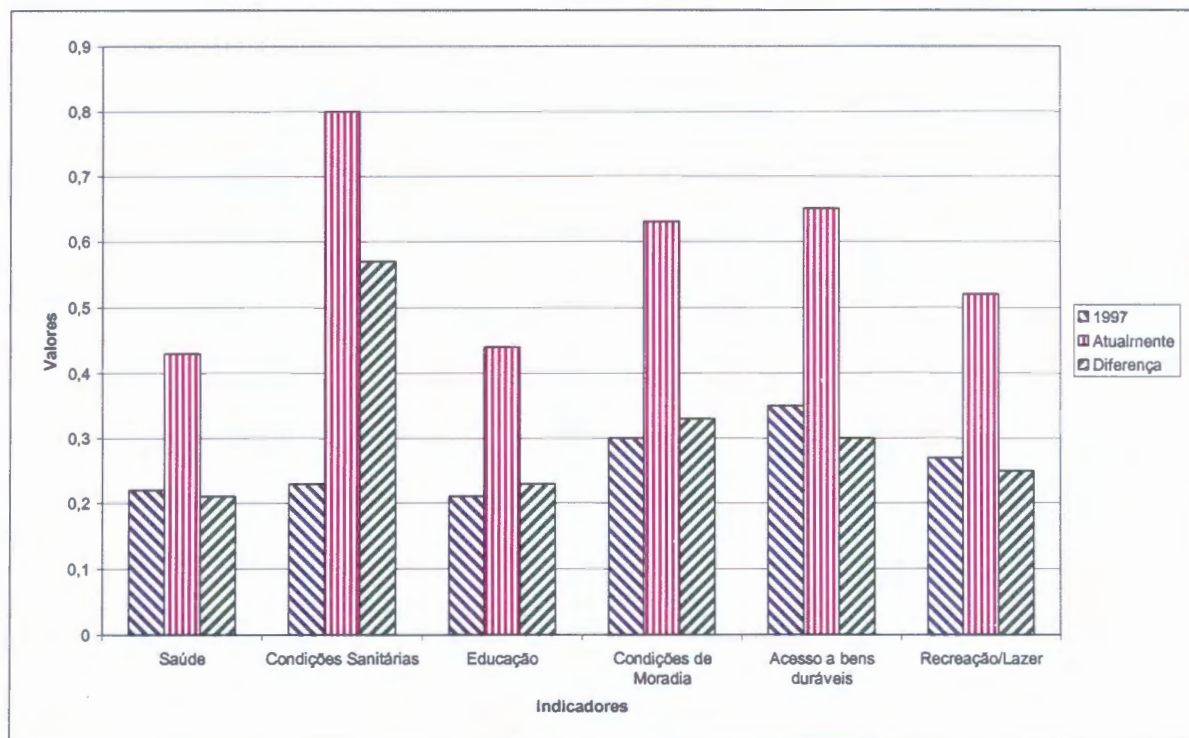


Tabela 5.27 – Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida (IQVps) da população de baixa renda residente na Vila Pôr do Sol, distrito de Lagoinha.

Indicador	1997	%	2004	%	Diferença	%
Saúde	0,22	13,92	0,43	12,39	0,21	11,11
Condições Sanitárias	0,23	14,56	0,80	23,05	0,57	30,16
Educação	0,21	13,29	0,44	12,68	0,23	12,17
Condições de Moradia	0,30	18,99	0,63	18,16	0,33	17,46
Acesso a bens duráveis	0,35	22,15	0,65	18,73	0,30	15,87
Recreação/Lazer	0,27	17,09	0,52	14,99	0,25	13,23
Total	1,58	100,00	3,47	100,00	1,89	100,00
Incremento do IQV						119,62

Fonte: Cálculos do autor.

Gráfico 5.12 – Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida (IQVps) da população de baixa renda residente na Vila Pôr do Sol, distrito de Lagoinha.



As condições sanitárias, analisadas pelo tipo de água para beber e outros consumos domésticos, pela forma de destinação do lixo doméstico e pelo tipo de instalações sanitárias utilizadas na moradia, formam o indicador que mais contribuiu na formação do

IQV atual em toda área urbana do distrito estudado, repetindo o mesmo comportamento do indicador relativamente ao IQV geral, considerando todo o distrito de Lagoinha.

As ligações de água da CAGECE, na área urbana de Lagoinha, trouxeram alterações nos hábitos de saúde e higiene da população de baixa renda. Mediante o acesso à água tratada, fornecida por essa Companhia, os indicadores de doença baixaram consideravelmente, no que se refere às diarreias mais frequentes nas crianças. Conforme segmentação por idade de toda a população pertinente aos domicílios visitados, 34,25% se refere às pessoas com até quinze anos de idade.

Antes da implantação do projeto de abastecimento de água e esgotamento sanitário, financiado pelo Prodetur/NE I, existiam outras formas de abastecimento na área urbana de Lagoinha. A principal delas, referente à existência de poço e caixa de água, localizadas no bairro Centro, abastecia grande parte da área urbana do distrito, fornecendo água não tratada. Essa estrutura foi incorporada à estrutura atual da CAGECE, quando da implementação do projeto de saneamento básico.

Relativamente à Vila Pôr do Sol, especificamente, a água era fornecida por um chafariz localizado na própria vila, que fornecia, também, água não tratada, além do que o fornecimento não era contínuo, com existência de filas para ter acesso quando o fornecimento regularizava. Os moradores da vila tinham, ainda, como opção, as fontes de bicas naturais, localizadas na praia, a cerca de 500 metros da vila.

Conforme informações obtidas junto ao escritório da CAGECE, em Lagoinha, no período da aplicação dos questionários (24 e 25/04/2004), existiam, em todo o distrito, 457 ligações de água e 54 ligações de esgoto. A maioria dessas ligações foi realizada no decorrer do ano de 2002, sendo que, em novembro de 2002, foram instalados os leitores para medição e cobrança da tarifa. O projeto de abastecimento de água e esgotamento sanitário contemplou, até o momento, somente a área urbana do distrito.

Do montante de ligações de água realizadas no distrito, já havia sido interrompido o fornecimento para 54 domicílios, em virtude do inadimplemento no pagamento das tarifas, o que corresponde a quase 12,0% das ligações efetuadas.

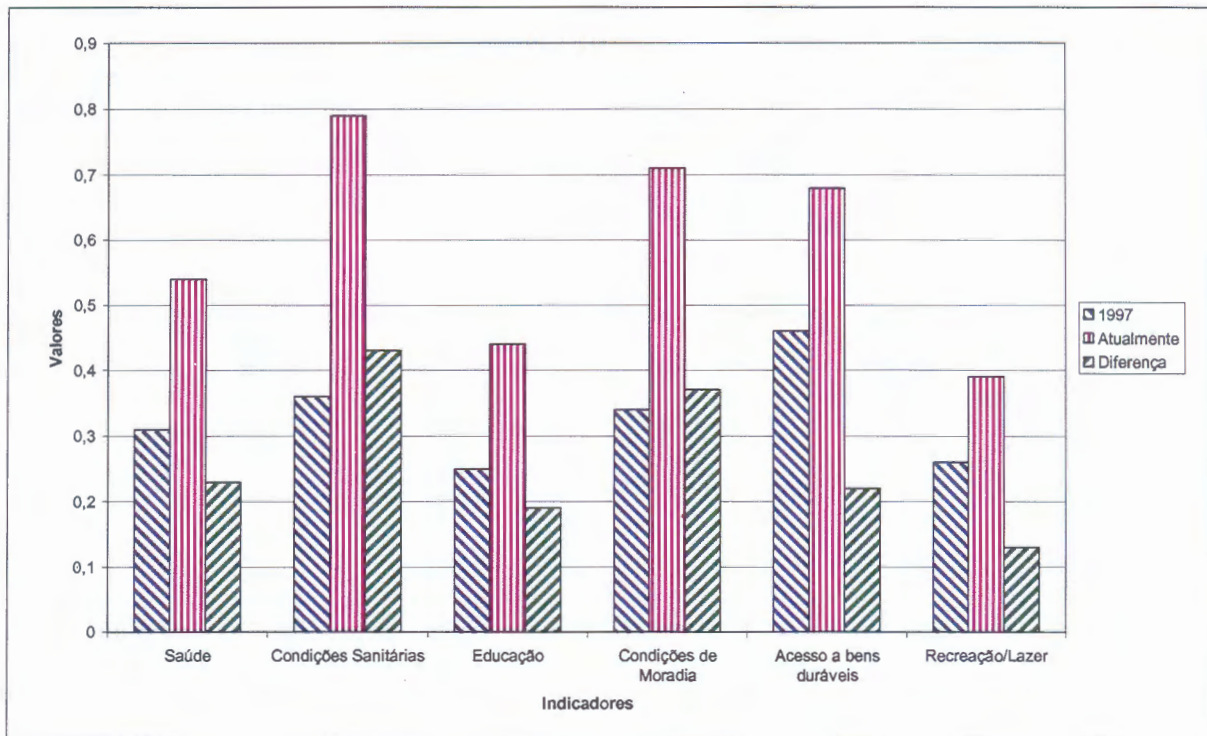
A própria população reclama do preço das tarifas. As ligações de esgoto ainda são incipientes, tendo em vista o preço do serviço. A tarifa mensal do serviço da CAGECE duplica, caso o domicílio disponha também de ligação de esgoto.

Tabela 5.28 – Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida (IQVc) da população de baixa renda residente no bairro Centro, distrito de Lagoinha.

Indicador	1997	%	2004	%	Diferença	%
Saúde	0,31	15,66	0,54	15,21	0,23	14,65
Condições Sanitárias	0,36	18,18	0,79	22,25	0,43	27,39
Educação	0,25	12,63	0,44	12,39	0,19	12,10
Condições de Moradia	0,34	17,17	0,71	20,00	0,37	23,57
Acesso a bens duráveis	0,46	23,23	0,68	19,15	0,22	14,01
Recreação/Lazer	0,26	13,13	0,39	10,99	0,13	8,28
Total	1,98	100,00	3,55	100,00	1,57	100,00
Incremento do IQV						79,29

Fonte: Cálculos do autor

Gráfico 5.13 – Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida (IQVc) da população de baixa renda residente no bairro Centro, distrito de Lagoinha.



No bairro Centro, constatou-se o maior IQV, tanto para 2004 (3,55) quanto o registrado para o ano de 1997 (1,98). No entanto, considerando que em 1997 já possuía um índice de qualidade de vida de quase 2,00, então a variação no período foi de apenas 79,29%, a menor registrada no período analisado.

Neste bairro, o que houve de diferente com relação aos demais bairros visitados na área urbana de Lagoinha foi o indicador saúde que, apesar de ser o quarto indicador, em maior peso, que contribui para o IQVc atual, após condições sanitárias, condições de moradia e acesso a bens duráveis, foi o terceiro indicador que mais cresceu no período analisado com uma variação de 14,65%.

Como justificativa para esta alteração, pode-se elencar a ação mais efetiva do papel do agente de saúde, as ações do Programa Saúde da Família, contemplando uma equipe de médico, enfermeira, duas auxiliares de enfermagem, dentista e auxiliar de dentista.

Esta equipe, à exceção da enfermeira e de uma auxiliar de enfermagem, que ficam no distrito em tempo integral, visita periodicamente o distrito, com datas pré-determinadas, visando atender, tanto no posto de saúde quanto nos domicílios, aos casos mais complicados, inclusive aqueles pacientes encaminhados pelos agentes de saúde quando da realização de suas diligências na comunidade. O agente de saúde faz o acompanhamento sistemático das famílias e encaminham alguns casos, quando necessário, para atendimento no posto de saúde.

Além desses aspectos, o posto de saúde de Lagoinha foi recentemente reformado, tendo sido ampliada a área de atendimento, construção de sala de curativos e de cozinha, bem como implantado o atendimento dentário, faltando ainda, no entanto, a instalação dos equipamentos.

Capítulo 6

Conclusões e recomendações

O estudo avaliou os efeitos das ações do Prodetur/NE I na qualidade de vida da população de baixa renda residente no distrito de Lagoinha, município de Paraipaba (CE). Identificou o perfil sócioeconômico desse segmento da população local, em 2004, e analisou a variação do nível de qualidade de vida do mesmo, após a implantação dos projetos do Prodetur/NE I no distrito, a partir de 1997, através do estudo das variáveis que compõem os indicadores *saúde, condições sanitárias, educação, condições de moradia, acesso a bens duráveis e recreação ou lazer*, como foco nos benefícios auferidos pela população estudada.

Para o estudo do perfil sócioeconômico, a análise foi feita de forma tabular e descritiva. Quanto à análise da evolução do nível de qualidade de vida, utilizou-se o Índice de Qualidade de Vida – IQV, formado pelos indicadores acima citados.

A partir das evidências mostradas pelo estudo do perfil sócioeconômico da população de baixa renda de Lagoinha, bem como das mudanças observadas na qualidade de vida dessa população, objetiva-se contribuir com sugestões, visando o aperfeiçoamento do Programa no momento em que se inicia a implementação de sua segunda fase de realização de investimentos.

Fôram visitados 80 domicílios no distrito de Lagoinha, sendo 45, equivalente a 56,0%, na área urbana do distrito e, 35, equivalente a 44,0%, na área rural. Relativamente ao plano amostral deste estudo, seu cálculo considerou erro estatístico de 10,0%, de forma que os resultados apresentados possuem um intervalo de confiança de 10,0%, para mais ou para menos.

Relativamente às características dos domicílios visitados em 2004, observou-se o seguinte:

- a) a quase totalidade dos domicílios se trata de casas, sendo que apenas 2,5% da amostra foram representados por apartamentos;

- b) a estrutura de pouco mais de 80,0% dos domicílios é composta por entre quatro e sete cômodos, sendo que 62,5% são compostos por quatro ou cinco cômodos. A estrutura dos domicílios que apresenta maior frequência é aquela formada por sala, dois quartos, cozinha e banheiro, tratando-se de uma unidade residencial familiar básica, sendo que a densidade domiciliar calculada para toda a amostra foi em torno de cinco pessoas por domicílio, mais precisamente um índice moradores/domicílio de 5,48;
- c) outra evolução observada está relacionada com o tipo de construção da moradia. Em 1997, 61,2% das moradias visitadas eram construídas por taipa. Atualmente (2004), construídos com esse material, existem somente 20% das moradias. Houve, dessa forma, evolução no uso do material utilizado na construção das moradias visitadas. Atualmente (2004), 25,0% das moradias são construídas de tijolo e possuem forro, reboco e piso, contra 6,2%, em 1997. Nesse ano, 61,3% dos domicílios visitados não possuíam água encanada, cisterna, privada ou fossa. Atualmente (2004), o percentual caiu para 22,5%, de forma que, dos 80 domicílios visitados, apenas dezoito não possuem sequer um banheiro, diferentemente da situação de 1997, que eram 49 domicílios. Quanto à propriedade, observou-se que 83,8% dos domicílios visitados são moradias próprias e já pagas;
- d) a forma de abastecimento de água em todos os domicílios visitados na área urbana do distrito é através da CAGECE, sendo o abastecimento do restante realizado através da utilização de poços ou nascentes. Em 61,3% dos domicílios, a água é utilizada de forma encanada em pelo menos um cômodo. Em 20% da amostra, não há água encanada. Atualmente (2004), 51,2% dos domicílios visitados utilizam água da CAGECE para consumo humano, contra um percentual de 2,5% em 1997. Nesse ano, em 60,0% da amostra visitada, havia o consumo humano de água sem qualquer tratamento. Atualmente (2004), esse tipo de consumo de água caiu para 7,5%. Além do fornecimento de água tratada da CAGECE, observou-se, atualmente (2004), também, intensificação de outras práticas de tratamento da água (cloro e fervura), como resultado do trabalho realizado pelos agentes de saúde;

- e) apesar da CAGECE oferecer serviço de esgotamento sanitário, a população entrevistada tem aderido muito pouco ao serviço, sendo que somente 10,0% dos domicílios visitados contam com ligação da CAGECE para esgotamento sanitário, tendo em vista os preços praticados pela Companhia. Quanto ao restante dos domicílios, a maioria conta com existência de fossa para essa finalidade;
- f) na forma de destinação do lixo dos domicílios, observou-se uma evolução de comportamento, considerando que, em 1997, apenas em 13,7% dos domicílios, todo o lixo ou parte dele era recolhido por serviço de limpeza pública. Atualmente (2004), 51,3% da amostra possuem esse tipo de serviço prestado pela prefeitura, recolhendo todo o lixo (37,5%) ou somente parte dele (13,8%), minimizando as ações de despejo do lixo ao ar livre (ruas, canais, outras superfícies);
- g) atualmente (2004), 81,2% dos domicílios visitados dispõem de energia elétrica. Em 1997, apenas 25,0% dispunham deste tipo de energia, o que também viabiliza o acesso, pela população, a bens duráveis, como televisão, geladeira, ferro elétrico, liquidificador e outros bens, os quais, além de serem utilizados como utensílios domésticos, também vêm servindo como meios de geração de renda, viabilizando a instalação de pequenos estabelecimentos comerciais para venda de bebidas, sucos, etc, além das facilidades de fabricação e conservação de queijos, cocadas, picolés, tapiocas, etc, como benefícios da disponibilidade de energia elétrica. Este aumento observado nos domicílios quanto ao uso de energia elétrica se deve às ações do Projeto São José e Projeto Luz no Campo; e
- h) há, atualmente (2004), cinco domicílios, equivalente a 6,3% da amostra visitada, que dispõem de telefone fixo instalado. Quanto à disponibilidade de telefones móveis (celulares), observou-se que 17,5% dos domicílios visitados dispõem deste serviço, sendo que em dois domicílios, constatou-se a existência de dois telefones móveis, utilizados pelos moradores.

Quanto às características dos moradores nos domicílios, foram constatadas as seguintes informações:

- a) nos 80 domicílios visitados, constatou-se que reside um total de 438 pessoas, sendo 51,0% do sexo masculino e 49,0% do sexo feminino. Percebeu-se a existência de uma população predominantemente jovem. Em torno de 34,5% das pessoas possuem até quinze anos de idade, em plena idade de formação escolar, evidenciando a necessidade de implementação de políticas públicas de inserção no mercado de trabalho. 80,5% dessa população possuem até 40 anos de idade. Somente em torno dos 4,9% possui idade superior a 65 anos;
- b) o nível de escolaridade da população analisada é relativamente baixo. Um total de 342 pessoas, equivalente a 56,3% da amostra, sequer possui o 1º grau completo. Destas pessoas, um número de 119, equivalente a 34,8% possuem faixa etária até quinze anos. O restante (223), já fora da faixa etária escolar para a conclusão do 1º grau, pertence às demais faixas etárias catalogadas, acima de quinze anos;
- c) as atividades econômicas mais freqüentes, atualmente (2004) desempenhadas pela população entrevistada, estão relacionadas com realização de trabalho como autônomos, equivalendo a um percentual de 11,3% de todas as respostas, atividades estas de pedreiros, serventes, auxiliares de construção, seguidas de atividades na agricultura (7,4%) e pesca (5,4%). Quanto às atividades ligadas ao setor de turismo propriamente, apenas treze pessoas, equivalente a 2,8% de toda a amostra de 438, estão desempenhando tais atividades em hotéis, pousadas, restaurantes, etc, incluindo-se também as atividades ligadas ao artesanato. Conclui-se, dessa forma, que apesar de terem sido modernizadas rodovias de acesso à Lagoinha, financiadas pelo âmbito do Prodetur/NE I, melhorando, ainda, as condições locais de saneamento básico, até o momento não se pode afirmar que foram geradas oportunidades de emprego no distrito para a população de baixa renda ali residente. Observa-se, no entanto, que algumas atividades turísticas privadas adicionais (implantação e modernização de hotéis e pousadas) estão atualmente (2004) em andamento em Lagoinha, justificando os empregos autônomos gerados na construção civil, porém com efeitos ainda muito incipientes para a população estudada, pois muitos operários que trabalham em tais obras são levados ao distrito, oriundos de outras localidades; e

- d) a média das rendas médias domiciliares *per capita* de todos os domicílios visitados, de R\$ 77,98, conforme as informações obtidas em março de 2004, representa 32,5% do salário mínimo vigente no mesmo período, caracterizando a população visitada como de baixa renda, conforme o critério exposto no Capítulo 2, deste trabalho.

Finalmente, quanto à análise do Índice de Qualidade de Vida – IQV da população de baixa renda, calculou-se o IQV para todo o distrito, para as áreas rural e urbana, separadamente, bem como para as localidades onde foram aplicados os questionários, objeto da pesquisa de campo realizada, sempre comparando a situação dos indicadores atualmente (em 2004) com os indicadores de 1997.

Em todas as situações estudadas, constatou-se que houve melhorias nos níveis de qualidade de vida, em função das alterações observadas nas variáveis que compõem os indicadores formadores do IQV. Observou-se, também, que os IQV's atuais são classificados como bons (IQV entre 3 e 4), com exceção do IQVlg, cujo IQV atual é de apenas 1,93, classificado como índice ruim de qualidade de vida (intervalo entre 1 e 2).

O IQVg, na situação de 1997, foi avaliado como ruim, pela pontuação de 1,54. Atualmente (2004), com pontuação de 3,26, é avaliado como bom. As ações do Prodetur/NE I refletiram mais diretamente no indicador *condições sanitárias*, que tanto foi o indicador que mais contribuiu para a formação do IQVg atual (2004), quanto foi o indicador que mais evoluiu no período considerado (1997-2004), basicamente em função dos benefícios auferidos pela população estudada, decorrentes do projeto de saneamento básico (abastecimento de água e esgotamento sanitário).

O indicador *condições de moradia* foi o segundo indicador que mais evoluiu no período, destacando-se a variável relacionada com o tipo de energia utilizado nos domicílios, que passou a ser energia elétrica em 81,2% dos domicílios visitados, em 2004, contra 25,0% em 1997.

O *acesso a bens duráveis* foi o terceiro indicador que mais evoluiu no mesmo período, no cálculo do IQVg. Isto se deu em virtude da energia elétrica utilizada atualmente (2004) em

81,2% dos domicílios visitados, permitindo a utilização de diversos bens duráveis que dependem deste tipo de energia para funcionamento, bens estes que também vêm promovendo a realização de atividades geradoras de emprego e renda, tais como venda de bebidas, lanches, fabricação de queijos, cocadas, picolés, *dindins*, etc.

Quanto ao IQVu, a situação não é diferente da observada no IQVg, tendo em vista que os indicadores que mais evoluíram no período analisado também foram *condições sanitárias*, *condições de moradia* e *acesso a bens duráveis*, pelos mesmos motivos.

No cálculo do IQVr, os indicadores que mais variaram foram *condições de moradia*, *acesso a bens duráveis* e *educação*. Os motivos da evolução dos dois primeiros estão relacionados com as ações do Projeto São José e Luz no Campo, pela instalação e melhorias advindas do uso da energia elétrica nos domicílios. Relativamente à representatividade do indicador *educação*, tendo evoluído de forma expressiva nos domicílios visitados na área rural do distrito, pode-se atribuir às ações da Prefeitura Municipal de Paraipaba, que vem disponibilizando gratuitamente linhas de ônibus escolar para transportar alunos tanto para escolas de 1º grau sediadas na sede do distrito de Lagoinha, quanto para escolas de 2º grau e Faculdade da UVA, na sede do município de Paraipaba.

O incremento do IQVr, tendo sido de 129,32% no período analisado, superou o acréscimo verificado tanto no IQVg, que foi de 111,69%, quanto no IQVu, que foi de 102,38%. Isto se deu pelo fato de que o IQVr de 1997 era menor que os registrados nestes demais casos, gerando uma evolução maior, em função dos aspectos atualmente (2004) constatados.

Quanto aos Índices de Qualidade de Vida calculados para as localidades visitadas na área urbana do distrito, separadamente, a situação praticamente é a mesma da situação observada do IQVu, com relação aos indicadores que mais evoluíram desde 1997, quais sejam: *condições sanitárias*, *condições de moradia* e *acesso a bens duráveis*. Dentre os bairros visitados, o Centro foi o que incorreu na menor variação no respectivo IQV, com um acréscimo de 79,29%. A justificativa se deve ao fato de que, em 1997, já dispunha de um IQV de 1,98.

Quanto à comunidade rural Lagoinha dos Gomes, cujo IQV atual é classificado como ruim, com indicador de apenas 1,93, além de estar situada na área rural do distrito, sem ligação de água da CAGECE, não tem disponibilidade de energia elétrica, com reflexos nos indicadores *condições de moradia* e *acesso a bens duráveis*. É a única comunidade visitada nesta pesquisa que não dispõe de energia elétrica, cujos projetos de implantação ainda estavam, em 2004, em fase inicial de estudos no âmbito do Projeto São José.

Concluindo, na análise do Índice de Qualidade de Vida – IQV, tanto no seu aspecto geral e com relação à população residente nas áreas urbana e rural do distrito, verifica-se que houve melhoria significativa, passando, de forma global, de uma situação considerada ruim para boa.

Dessa forma, a hipótese geral deste estudo se confirma. Quanto às sub-hipóteses, as mesmas se confirmam em parte, pois a melhoria observada em alguns indicadores que compõem o IQV da população de baixa renda de Lagoinha não tem relação direta de causalidade com as ações do Prodetur/NE I.

Por esses indicadores analisados, que compõem o IQV, pôde-se constatar que há evidências de causalidade das ações do Programa na melhoria do indicador *condições sanitárias*, o qual muito contribuiu para as melhorias observadas no IQV da população estudada, mais precisamente em função do projeto de saneamento básico implantado no distrito.

Relativamente à modernização da estrada que liga o distrito de Lagoinha à sede do município de Paraipaba, muito embora não tenha ligação direta com outros indicadores **analisados**, os quais compõem o IQV, há constatações de que a citada modernização tenha trazido, também, benefícios para a população estudada, mormente no que se refere ao tempo de deslocamento para a sede do município de Paraipaba, para diversos fins.

Conforme já mencionado, há evidências de que outros importantes programas governamentais tenham colaborado, também, para a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda de Lagoinha, na forma dos já muito citados indicadores analisados, a exemplo do Projeto São José, Projeto Luz no Campo, Programa Saúde da

Família e outras ações complementares da Prefeitura Municipal de Paraipaba, a exemplo de coleta do lixo, transporte de alunos, construção de casas em regime de mutirões, etc.

Até o momento, no entanto, não se observa incremento nas oportunidades de emprego para a população estudada, pois ainda não se efetivaram as atrações de atividades turísticas privadas. Observa-se, no entanto, o início dessas ações atualmente (2004), exemplificadas por empreendimentos turísticos que estão sendo implantados por portugueses em Lagoinha. Por isso, alguns empregos no ramo de construção civil estão sendo ofertados no momento, mas não significantes, pois a mão-de-obra local é muito desqualificada, tanto para atuar na construção civil, quanto para atuar mesmos nos equipamentos turísticos, a exemplo de hotéis, pousadas, restaurantes, etc. Percebe-se a importação de pessoas de outras localidades para trabalhar em tais empreendimentos.

Recomenda-se que, na etapa subsequente ao Prodetur/NE I, sejam intensificadas as ações de qualificação da população local, seja em qualquer segmento ou atividade desempenhada, englobando desde os serviços relacionados com o setor de construção civil, quando nos demais segmentos/atividades (meios de hospedagem, restaurantes, artesanato, guias turísticos, segurança municipal, comércio ambulante, etc). Torna-se necessário incrementar as oportunidades de emprego para a população atualmente (2004) residente em Lagoinha, que é basicamente jovem, necessitando urgente dessas oportunidades, com foco especial na comunidade Lagoinha dos Gomes, pelas condições observadas, informadas neste estudo, desestimulando a importação de pessoas para desempenhar tais atividades.

A questão da expansão do turismo passa pela necessidade de preparação da população local, tarefa da qual podem encarregar-se tanto os setores públicos como os privados diretamente interessados. Isso repercute, sem dúvida nenhuma, tanto na melhoria do mercado profissional, como na qualidade de vida da população em geral.

Outra ação necessária seria a expansão da área de abrangência da CAGECE, de forma a reduzir os custos da Companhia no distrito e viabilizar as ligações de esgotamento sanitário em condições mais acessíveis à população de baixa renda.

O nível de qualidade de vida de uma população varia com o tempo e com o meio em que ela vive. Ademais, está associado ao padrão de cultura e à classe social e econômica na qual o indivíduo se enquadra. Na determinação deste nível, vários estudos têm considerado alguns indicadores e variáveis que consideram importantes. Contudo, estes indicadores e variáveis não devem ser utilizados indiscriminadamente, uma vez que podem ser relevantes num dado contexto e não em outro.

Em virtude da carência de estudos empíricos sobre a população de baixa renda de Lagoinha, é possível que não se conheçam todas as variáveis que possam influenciar na formação do nível de qualidade de vida dessa população, ou seja, há possibilidade de que alguma variável não tenha sido considerada quando de sua determinação. Dessa forma, espera-se que a presente pesquisa incentive a realização de novas investigações e que sirva de instrumento para nortear a implementação de medidas voltadas à melhoria de vida da mencionada população.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, José Vicente de. *Turismo: Fundamentos e Dimensões*. São Paulo: Ática, 2002.
- AULICINO, Madalena Pedrosa. *Turismo e Estâncias: Impactos e Benefícios para os Municípios*. São Paulo: Futura, 2001.
- BAR-EL, Rafael (Org.). *Reduzindo a Pobreza através do Desenvolvimento Econômico do Interior do Ceará*. Fortaleza. IPECE, 2002.
- BARROS, Ricardo. P. at all. 'A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil'. In: HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, pp 21-48.
- BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor & de SOUSA, Luzia Costa. *Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez, 2000.
- BID. *Prodetur/NE. Contrato de Empréstimo*. BNB (mimeo), 1994.
- BID. *Regulamento Operativo do Prodetur/NE*. BNB (mimeo), 1994.
- BNB. *Caderno Referencial do Projeto Pólos de Desenvolvimento Integrado de Turismo*. Fortaleza: BNB, 1999.
- BNB. *Marco Lógico do Prodetur/NE II*. Fortaleza: BNB, 2003.
- BNB. *Prodetur/NE em Ação. Ações Estruturantes do Turismo no Nordeste do Brasil*. Fortaleza: BNB, 2000.
- COHEN, Ernesto & FRANCO, Rolando. *Avaliação de Projetos Sociais*. Petrópolis: Vozes, 1993.

CORIOLOANO, Luíza Neide M. T. 'O turismo de base local e o desenvolvimento na escala humana'. In: LIMA, Luiz Cruz & CORIOLOANO, Luzia Neide M. T.(Orgs.). *Turismo e Desenvolvimento Social Sustentável*. Fortaleza: EDUECE, 2003, pp 60-70.

FERNANDES, Aristóteles Viana. V. *Qualidade de Vida Rural com Sustentabilidade na Amazônia: o caso da Reserva Extrativa do Rio Cajari do Estado do Amapá*. Fortaleza: UFC/CCA/DEA, 1997. (Dissertação de Mestrado).

FERREIRA, Francisco H. G. Ferreira. 'Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional?'. In: HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, pp 131-176.

Governo do Estado do Ceará - Secretaria de Planejamento e Coordenação. *Consolidando o Novo Ceará. Plano de Desenvolvimento Sustentável 1999-2002*. Fortaleza: IPECE, 2000.

. *Ceará Cidadania: Crescimento com Inclusão Social. Plano de Governo 2003 - 2006*. Fortaleza: IPECE, 2003.

Governo do Estado do Ceará - Secretaria da Fazenda. Disponível: <http://www.sefaz.ce.gov.br>. Vários acessos.

GONDIM, Linda Maria Pontes (Org.). *Pesquisa em Ciências Sociais: o Projeto da Dissertação de Mestrado*. Fortaleza: EUFC, 1999.

IBGE. *Censo Demográfico: 2000*.

IPECE. *Anuário Estatístico do Estado do Ceará*. Fortaleza: IPECE, 2000.

IPECE. *Diagnóstico Social do Ceará*. Fortaleza: IPECE, 2002.

- IPECE. *Relatório Índice de Desenvolvimento Municipal (IDH-M)*. Fortaleza: IPECE, 2000.
- IPECE. *Informações Básicas Municipais: Paraipaba*. Fortaleza, IPECE, 2000.
- LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Maria de Andrade. *Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 1991.
- LEMOS, José de Jesus Sousa. 'Qualidade de vida nos municípios do Nordeste em relação aos municípios do Brasil: fundamentos para o planejamento do desenvolvimento sustentável da região', *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, 1999, v. 30, p. 316-335.
- MELO, José Airton Mendonça de & SOUZA, Myrtis Arrais de. 'Importância e desempenho da atividade turística da região Nordeste do Brasil', *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, 1997, v. 28, p. 27-49.
- MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. *Qualidade de Vida e Perspectivas dos Irrigantes do Projeto Jaguaribe-Apodi, Ceará*. Fortaleza: UFC/CCA/DEA, 1998. (Dissertação Mestrado).
- MONTE, Francisca Silvânia de Sousa. *Efeitos da Implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém-CE na Qualidade de Vida das Famílias Rurais da Região: o Caso do Reassentamento Cambeba*. Fortaleza: UFC/CCA/DEA, 1999. (Dissertação de Mestrado).
- NEIVA, Ana Cláudia G. Rodrigues et al. 'Irrigação, produção familiar e qualidade de vida no setor rural brasileiro', *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, 2001, v. 32, p. 184-204.
- PEREIRA, Potyara Amazoneida P. *Necessidades Humanas: Subsídios à Crítica dos Mínimos Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

PNUD. *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil 2003*. Disponível: <http://www.undp.org.br> (capturado em 03.02.2004).

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.

RICO, Elizabeth Melo (Org.) *Avaliação de Políticas Sociais: Uma Questão em Debate*. São Paulo: Cortez, 2001.

ROCHA, Sônia. 'Estimação de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil'. In: HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, pp 109-127.

SCHARER, René. 'O turismo como instrumento de desenvolvimento e redução de pobreza'. In: LIMA, Luiz Cruz & CORIOLANO, Luzia Neide M. T.(Orgs.). *Turismo e Desenvolvimento Social Sustentável*. Fortaleza: EDUECE, 2003, pp 28-59.

UNICEF. Disponível: <http://www.unicef.org.br>. Vários acessos.

Anexos:

Anexo 1 - Tabelas complementares

Tabela 1A – Grau de instrução da população de baixa renda de Lagoinha, entrevistada, em relação ao sexo.

Grau de instrução	Sexo					
	Masculino		Feminino		Total	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Sem idade para escolaridade	13	5,8	15	6,9	28	6,4
Analfabeto	27	12,1	17	7,9	44	10
Só escreve o nome	12	5,4	21	9,7	33	7,6
Sabe ler e escrever	13	5,8	5	2,3	18	4,2
1º grau incompleto	124	55,7	123	57,3	247	56,3
1º grau completo	6	2,7	12	5,6	18	4,2
2º grau incompleto	19	8,5	8	3,7	27	6,1
2º grau completo	9	4,0	12	5,6	21	4,8
Nível superior incompleto	0	0,0	2	1,0	2	0,4
Total	223	100	215	100	438	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 2A – Tipo de trabalho desempenhado pela população de baixa renda de Lagoinha, entrevistada, em relação ao sexo.

Trabalho	Sexo					
	Masculino		Feminino		Total	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Não trabalha / Do lar	105	47,1	157	73,0	262	59,9
Agricultura	31	13,9	1	0,5	32	7,4
Agricultura e pecuária	3	1,3	0	0,0	3	0,6
Pesca	23	10,3	1	0,5	24	5,4
Atividade Agrícola/pesca e empregado	3	1,3	1	0,5	4	0,6
Empregado indústria/comércio/serviços	6	2,6	3	1,3	9	2,0
Atividade setor turismo	11	4,9	2	0,9	13	2,8
Funcionário público	5	2,3	9	4,3	14	3,3
Autônomo	22	9,9	26	12,0	48	11,3
Aposentado/pensionista	14	6,4	15	7,0	29	6,7
Total	223	100	215	100	438	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 3A – Tipo de trabalho desempenhado pela população de baixa renda de Lagoinha entrevistada, em relação à faixa etária.

Trabalho	Idade											
	Até 15 anos		De 16 a 20 anos		De 21 a 40 anos		De 41 a 64 anos		Acima de 65 anos		Total	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Não trabalha / Do lar	147	98	41	62,2	52	37,9	21	32,8	1	4,8	262	59,9
Agricultura	1	0,7	5	7,6	15	10,9	7	10,9	4	19,0	32	7,4
Agricultura e pecuária	0	0,0	1	1,5	2	1,4	0	0,0	0	0,0	3	0,6
Pesca	0	0,0	1	1,5	15	10,9	8	12,5	0	0,0	24	5,4
Atividade Agrícola/pesca e empregado	1	0,7	0	0,0	3	2,2	0	0,0	0	0,0	4	0,6
Empregado indústria/comércio/serviços	0	0,0	4	6,0	5	3,6	0	0,0	0	0,0	9	2,0
Atividade setor turismo	0	0,0	3	4,5	7	5,2	2	3,1	0	0,0	13	2,8
Funcionário público	0	0,0	4	6,0	6	4,4	4	6,3	0	0,0	14	3,3
Autônomo	1	0,7	7	10,7	31	22,7	10	15,6	0	0,0	48	11,3
Aposentado/pensionista	0	0,0	0	0,0	1	0,8	12	18,8	16	76,2	29	6,7
Total	150	100	66	100	137	100	64	100	21	100	438	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 4A – Condição se a população de baixa renda de Lagoinha, entrevistada, estuda em 2004, em relação à faixa etária.

Estuda em 2004	Idade											
	Até 15 anos		De 16 a 20 anos		De 21 a 40 anos		De 41 a 64 anos		Acima de 65 anos		Total	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Sim	122	81,3	45	68,2	22	16,1	2	3,1	1	4,7	192	43,8
Não	28	18,7	21	31,8	115	83,9	62	96,9	20	95,3	246	56,2
Total	150	100	66	100	137	100	64	100	21	100	438	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 5A – Grau de instrução da população de baixa renda de Lagoinha, entrevistada, em relação à faixa etária.

Grau de instrução	Idade											
	Até 15 anos		De 16 a 20 anos		De 21 a 40 anos		De 41 a 64 anos		Acima de 65 anos		Total	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Sem idade para escolaridade	28	18,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	28	6,4
Analfabeto	0	0,0	1	1,5	11	8,0	19	29,7	13	62,0	44	10,0
Só escreve o nome	3	2,0	0	0,0	13	9,5	15	23,4	2	9,5	33	7,5
Sabe ler e escrever	0	0,0	0	0,0	8	5,8	8	12,5	2	9,5	18	4,1
1º grau incompleto	116	77,3	36	54,5	75	54,7	16	25,0	4	19,0	247	56,4
1º grau completo	1	0,7	3	4,5	12	8,8	2	3,1	0	0,0	18	4,1
2º grau incompleto	2	1,3	19	28,9	6	4,4	0	0,0	0	0,0	27	6,2
2º grau completo	0	0,0	6	9,1	12	8,8	3	4,7	0	0,0	21	4,8
Nível superior incompleto	0	0,0	1	1,5	0	0,0	1	1,6	0	0,0	2	0,5
Total	150	100	66	100	137	100	64	100	21	100,0	438	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Anexo 2 - Questionário

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas

Dissertação de Mestrado

Caracterização sócioeconômica e qualidade de vida da população de baixa renda residente no distrito de Lagoinha, município de Paraipaba (CE). Avaliação dos efeitos do Prodetur/NE I nos níveis de qualidade de vida dessa população.

Pesquisa de Campo

Aplicação do questionário.

Aluno: Romildo Carneiro Rolim

Orientador: Prof. Ricardo Figueiredo Bezerra

Nº do questionário: <input type="text"/>	
Localização: Zona Urbana <input type="checkbox"/>	Zona Rural <input type="checkbox"/>
Nome do entrevistado: _____	
Endereço: _____	
Data: ___/___/___	
Nome do entrevistador: _____	

PERGUNTA CHAVE:

A família, que atualmente reside nesta moradia, mora em Lagoinha (zona urbana ou zona rural) desde 1997 ?

SIM NÃO

Observação: Continuar com a aplicação do questionário para apenas as respostas afirmativas.

A) PERFIL SOCIO-ECONÔMICO POR DOMICÍLIO

1. CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO

- 1.1 – Qual o tipo de moradia: (1. casa), (2. apartamento), (3. cômodo)
- 1.2 – Qual a quantidade de cômodos existentes na moradia ?
(excluindo corredores e áreas externas – alpendres, área de serviço externa, varandas)
- 1.3 – Quantidade de cômodos utilizados pelos moradores como dormitório.
- 1.4 – Espécie de moradia: (1. Própria (já paga)), (2. Própria (ainda pagando)) (3. Alugada), (4. Emprestada por patrão), (5. Cedida de outra forma), (6. Outros, especificar) _____
- 1.5 – Qual a forma de abastecimento de água utilizada na moradia ? (1. CAGECE), (2. Poço ou nascente), (3. Outra, especificar) _____
- 1.6 – Como chega a água utilizada nesta moradia? (1. canalizada em pelo menos um cômodo) (2. canalizada só na propriedade ou terreno), (3. não canalizada)
- 1.7 – Qual a quantidade de banheiros existentes na moradia ?
(considerar banheiro o que contém pelo menos aparelho sanitário-privada)
- 1.8 – O escoamento de aparelho sanitário - privada é ligado a: (1. CAGECE), (2. fossa), (3. vala), (4. rio, lago ou mar), (5. outro escoadouro)
- 1.9 – Qual o destino do lixo da moradia ? (1. Coletado por serviço de limpeza pública), (2. Queimado (na propriedade)), (3. Enterrado (na propriedade)), (4. Jogado em terreno baldio ou logradouro), (5. Jogado em rio, lago ou mar), (6. Tem outro destino, especificar) _____
- 1.10 – A moradia tem energia elétrica ? (1) Sim, (2) Não
- 1.11 – A moradia tem telefone instalado ? (1) Sim, (2) Não
- 1.12 – Alguém na moradia possui celular ? (1) Sim, (2) Não
1.12.1 – Quantos celulares ?

2. CARACTERÍSTICAS DOS MORADORES

2.2 Caracterização dos residentes na moradia:

a. N°	b. Sexo	c. Idade	d. Relação c/ Entrevistado	e. Escolaridade	f. Estuda	g. Trabalho	h. Atividade e setor turismo	i. Atividade desempenhada	j. Renda obtida em março/2004
01									
02									
03									
04									
05									
06									
07									
08									
09									
10									

Observação : Utilize a legenda a seguir:

b.Sexo	d.Relação c/ entrevistado.	e. Escolaridade	f. Estuda
01. Feminino 02. Masculino	03. O próprio 04. Cônjuge, Companheiro(a) 05. Filho(a), Enteado(a) 06. Pai/ Mãe/ Sogro/Sogra 07. Neto(a), Bisneto(a) 08. Irmão, Irmã 09. Outro parente 10. Agregado(a)	11. Analfabeto 12. Só escreve o nome 13. Sabe ler e escrever 14. 1º grau Incompleto 15. 1º grau Completo 16. 2º grau Incompleto 17. 2º grau Completo 18. Curso Técnico 19. 3º grau Incompleto 20. 3º grau Completo	21. Sim 22. Não

g. Trabalha	h. Atividade setor turismo	i. Atividade desempenhada
23. Na Agricultura 24. Na Pecuária 25. Agricultura e Pecuária 26. Pesca 27. Atividade Agrícola / pesca e empregado na indústria, comércio, serviços. 28. Empregado na indústria, comércio, serviços 29. Desempenha atividade setor de turismo (ir p/ o próximo) 30. Funcionário Público 31. Autônomo 32. Não trabalha / Do lar 33. Aposentado/pensionista 34. Outros (identificar)	35. Em hotéis/pousadas 36. Em bares/restaurante 37. Artesanato 38. Guia turístico 39. Transporte / bugres 40. Outras (identificar)	41. Garçom 42. Cozinheiro(a) 43. Porteiro(a) 44. Motorista 45. Vendedor(a) ambulante 46. Fabricante 47. Comerciante 48. Recepcionista 49. Serviços gerais 50. Proprietário(a) 51. Atendente 52. Outros (identificar)

2.1 Identificação do entrevistado:

2.1.1 - Estado civil: (1. Solteiro), (2. Casado), (3. Desquitado),
 (4. Divorciado), (5. Viúvo(a)), (6. Separado(a)),
 (7. Outros, especificar) _____

2.1.2 - Nasceu em Lagoinha? (1) Sim (2) Não

2.1.2.1 - Se não, onde? _____

(01. Paraipaba-Sede), (02. Camboas), (03. Boa Vista), (04. Paracuru),
 (05. São Gonçalo do Amarante), (06. Trairi), (07. Caucaia), (08. Itapipoca),
 (09. Fortaleza), (10. Outras cidades do Ceará), (11. Outros estados),
 (12. Outros países).

2.1.3 - Tempo (em anos) de residência em Lagoinha, pela família:

2.1.4 - Tempo (em anos) de residência nesta moradia, pela família:

2.1.5 - Nº de pessoas residentes nesta moradia:

B) QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO BAIXA RENDA

I - INDICADOR SAÚDE

1. Os residentes nesta moradia têm acesso a quais serviços de saúde ?

1.1 - Em 1997 ?

- (1) Ausência de posto de saúde.
 (2) Atendimento por agente de saúde.
 (3) Posto de saúde com serviços básicos
 (vacinação, primeiros socorros, maternidade).
 (4) Hospital da rede pública.
 (5) Plano de saúde/atendimento particular.

1.2 - Atualmente ?

- (1) Ausência de um posto de saúde.
 (2) Atendimento por agente de saúde.
 (3) Posto de saúde com serviços básicos.
 (vacinação, primeiros socorros, maternidade).
 (4) Hospital da rede pública.
 (5) Plano de saúde/atendimento particular.

2. Qual o grau de satisfação quanto à estrutura de serviços de saúde que os residentes nesta moradia têm acesso ?

2.1 - Em 1997 ?

(1) Insatisfatório, (2) Neutro, (3) Satisfatório

2.2 - Atualmente ?

(1) Insatisfatório, (2) Neutro, (3) Satisfatório

II - INDICADOR EDUCAÇÃO

1. Dentre os itens abaixo, qual o acesso aos serviços de educação prestados aos residentes nesta moradia ?

1.1 – Em 1997 ?

(1) Ausências de escola

(2) Escolas de 1º grau

(3) Escolas do 2º grau

(4) Escolas agrícolas

(5) Faculdades

1.2 – Atualmente ?

(1) Ausências de escola

(2) Escolas de 1º grau

(3) Escolas do 2º grau

(4) Escolas agrícolas

(5) Faculdades

2. Qual o grau de satisfação quanto aos serviços de educação que os residentes na moradia têm acesso ?

2.1 - Em 1997 ?

(1) Insatisfatório, (2) Neutro, (3) Satisfatório

2.2 - Atualmente ?

(1) Insatisfatório, (2) Neutro, (3) Satisfatório

III - INDICADOR CONDIÇÕES DE MORADIA (HABITACÃO)

1. Qual a quantidade de cômodos existentes na moradia(excluindo corredores e áreas externas – alpendres, área de serviço externa, varandas) ?

	1.1 Em 1997	1.2 Atualmente
(1) Até 02 (dois) cômodos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(2) De 03 (três) a 04 (quatro) cômodos		
(3) De 04 (quatro) e 06 (seis) cômodos		
(4) Acima de 07 (sete) cômodos		

2. Qual o tipo de construção da moradia ?

	2.1 Em 1997	2.2 Atualmente
(1) Casa de taipa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(2) Casa de tijolo		
(3) Casa de tijolo, reboco		
(4) Casa de tijolo, reboco e piso		
(5) Casa de tijolo, forrada, reboco e piso		
(6) Outros. Especificar: _____		

3. Qual o tipo de energia utilizada ?

	3.1 Em 1997	3.2 Atualmente
(1) Lâmpião a querosene/ lamparinas e velas)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(2) Lâmpião a gás		
(3) Energia com gerador/bateria		
(4) Energia elétrica		

4. Qual o grau de satisfação quanto às suas condições de moradia (número de cômodos, tipo de construção e tipo de energia) ?

4.1 - Em 1997 ?

(1) Insatisfatório, (2) Neutro, (3) Satisfatório

4.2 - Atualmente ?

(1) Insatisfatório, (2) Neutro, (3) Satisfatório

IV - INDICADOR CONDIÇÕES SANITÁRIAS

1. Que tipo de água para beber é utilizada na moradia ?

	1.1- Em 1997	1.2- Atualmente
(1) Água sem tratamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(2) Água com tratamento (filtrada, fervida, com cloro)		
(3) Água da CAGECE		

2. Que tipo de água para outros consumos domésticos é utilizada na moradia ?

	1.1- Em 1997	1.2- Atualmente
(1) Água sem tratamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(2) Água com tratamento (CAGECE, cloro, filtro, fervida)		

3. Que destinação é dada ao lixo do domicílio ?

	3.1- Em 1997	3.2- Atualmente
(1) Lixo jogado nas ruas, canais e superfícies	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(2) Parte do lixo é enterrado ou queimado		
(3) Parte do lixo é recolhido por carros da prefeitura		
(4) Lixo totalmente recolhido por carros da prefeitura		

4. Que tipo de instalações sanitárias são utilizadas na moradia ?

4.1 – Em 1997 4.2 -Atualmente

- (1) Não possui água encanada, cisterna, privada e fossa
- (2) Possui fossa e privada
- (3) Possui fossa, banheiro e privada
- (4) Possui fossa, água encanada, banheiro e privada

5. Qual o grau de satisfação quanto às condições sanitárias na sua moradia?

5.1 - Em 1997 ?

- (1) Insatisfatório, (2) Neutro, (3) Satisfatório

5.2 - Atualmente ?

- (1) Insatisfatório, (2) Neutro, (3) Satisfatório

V – INDICADOR ACESSO A BENS DURÁVEIS

1. Quais os bens existentes na moradia ?

Em 1997		
Grupo I	Grupo II	Grupo III
<input type="checkbox"/> Bicicleta	<input type="checkbox"/> Televisão	<input type="checkbox"/> Carro de passeio
<input type="checkbox"/> Rádio	<input type="checkbox"/> Som	<input type="checkbox"/> Caminhão
<input type="checkbox"/> Bicicleta	<input type="checkbox"/> Geladeira	<input type="checkbox"/> Trator
<input type="checkbox"/> Fogão a gás	<input type="checkbox"/> Liquidificador	<input type="checkbox"/> Vídeo Cassete
<input type="checkbox"/> Máquina de costura	<input type="checkbox"/> Moto	<input type="checkbox"/> DVD
<input type="checkbox"/> Ferro de passar	<input type="checkbox"/> Máquinas Agrícolas	<input type="checkbox"/> Máquina de Lavar Roupas
Atualmente		
Grupo I	Grupo II	Grupo III
<input type="checkbox"/> Bicicleta	<input type="checkbox"/> Televisão	<input type="checkbox"/> Carro de passeio
<input type="checkbox"/> Rádio	<input type="checkbox"/> Som	<input type="checkbox"/> Caminhão
<input type="checkbox"/> Bicicleta	<input type="checkbox"/> Geladeira	<input type="checkbox"/> Trator
<input type="checkbox"/> Fogão a gás	<input type="checkbox"/> Liquidificador	<input type="checkbox"/> Vídeo Cassete
<input type="checkbox"/> Máquina de costura	<input type="checkbox"/> Moto	<input type="checkbox"/> DVD
<input type="checkbox"/> Ferro de passar	<input type="checkbox"/> Máquinas Agrícolas	<input type="checkbox"/> Máquina de Lavar Roupas

2. Diante do quadro anterior, marcar a opção abaixo mais adequada:

2.1 – Em 1997 **2.2 - Atualmente**

- | | | |
|---|--------------------------|--------------------------|
| (1) Não possui nenhum bem dos grupos citados | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| (2) Possui pelo menos um dos bens do grupo 1 | | |
| (3) Possui pelo menos um dos bens do grupo 1 e 2 | | |
| (4) Possui pelo menos um dos bens do grupo 1, 2 e 3 | | |

Grupo I:

Bicicleta, rádio, fogão à gás, máquina de costura, ferro de passar.

Grupo II:

Televisão, geladeira, liquidificador, moto, máquinas agrícolas de pequeno porte.

Grupo III:

Carro de passeio, caminhão, trator, vídeo cassete, máquina de lavar roupa.

3. Qual o grau de satisfação quanto aos tipos de bens duráveis utilizados pelos residentes nesta moradia ?

3.1 - Em 1997 ?

- (1) Insatisfatório, (2) Neutro, (3) Satisfatório

3.2 - Atualmente ?

- (1) Insatisfatório, (2) Neutro, (3) Satisfatório

VI – INDICADOR RECREAÇÃO E LAZER

1. Que tipo de áreas de recreação e lazer os residentes desta moradia têm acesso ?

1.1- Em 1997 **1.2- Atualmente**

- | | | |
|--|--------------------------|--------------------------|
| | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| (1) Somente acesso à praia | | |
| (2) Quadra ou campo de futebol | | |
| (3) Quadra, campo de futebol e centros comunitários | | |
| (4) Quadra, campo de futebol, praças, outras áreas públicas, acesso a clubes | | |

2. Qual o grau de satisfação que os residentes desta moradia têm com relação ao acesso a áreas de recreação e lazer ?

2.1 - Em 1997 ?

(1) Insatisfatório, (2) Neutro, (3) Satisfatório

2.2 - Atualmente ?

(1) Insatisfatório, (2) Neutro, (3) Satisfatório
